



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

FELA ARMANDO PEREIRA

**“PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO EM GUINÉ-BISSAU
(1974-2012): Uma análise teórica à luz de Charles Tilly”.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Florianópolis
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

FELA ARMANDO PEREIRA

**“PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO EM GUINÉ-BISSAU
(1974-2012): Uma análise teórica à luz de Charles Tilly”.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende

Área de Concentração: Atores, Processos e Instituições Internacionais.

Linha de Pesquisa: Segurança e Construção da Paz.

**Florianópolis
2016**

FELA ARMANDO PEREIRA

“PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO EM GUINÉ-BISSAU (1974-2012): Uma análise teórica à luz de Charles Tilly”.

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Relações Internacionais e aprovada em sua forma final pelo Programa Pós Graduação em Relações Internacionais, em 18 de março de 2016.



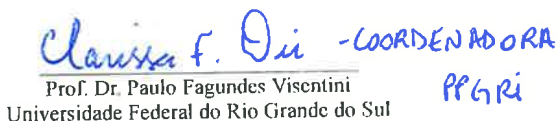
Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende
Universidade Federal de Santa Catarina (orientador)



Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelán
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dra. Graciela De Conti Pagliari
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

COORDENADORA
PPGRi

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento, antes de tudo, é a Deus, por amparar-me nos momentos difíceis, dar-me força interior para superar as dificuldades, mostrar-me os caminhos nas horas de incertezas e agruras, desde minha chegada ao Brasil; dificuldades pelas quais todos os estrangeiros passam.

Aos meus familiares: meus pais Linda Oliveira e Armando Pereira, e também meus irmãos, arquitetos dos meus sonhos e força.

Também gostaria de agradecer especialmente ao Ricardo Ossagô de Carvalho e Ndomolo Fernandes pela paciência, apoio e carinho demonstrado ao longo desse ano.

Na elaboração desta dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, fui ajuizado e amparado por várias pessoas. Todas elas contribuíram de alguma maneira para que eu pudesse concretizar o meu projeto e desejo, qual seja, o da realização deste trabalho. Também gostaria de agradecer em especial o Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais e Universidade Federal de Santa Catarina, em particular à Marina de Castro D. Biage.

A pesquisa em tela procede, em certo grau, das distintas disponibilidades acima referidas; disponibilidades essas sem as quais não teria sido possível levar a cabo esta tarefa. Assim sendo, aqui deixei expresso a todos os meus sinceros agradecimentos, em particular à Aline Dandara Rafael. Aos membros da banca de qualificação, nomeadamente Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan, Dra. Graciela de Conti Pagliari e aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, meu eterno agradecimento.

Destino admirável reconhecimento ao meu orientador, Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende, pela devotada apreciação crítica da composição do trabalho, pelo excelente contributo demonstrado em opiniões e propostas e por toda a diligência que sempre demonstrou na orientação desta pesquisa, desde a sua formulação primitiva até a etapa de um alargamento mais organizado.

Adereço igualmente os melhores agradecimentos aos meus amigos do curso que sempre tiveram ao meu lado nessa expedição.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é testar a teoria de Charles Tilly de formação dos Estados-Nação no processo de construção do Estado da Guiné-Bissau (1974-2012). Busca-se compreender o impacto e a fragilidade desse processo ao longo de seu processo histórico. Constatou-se que o processo de construção do Estado-Nação em vários países africanos teve seu início com a ocupação europeia (CANDÉ, 2013). A resposta dada a essa invasão, em diversos países africanos, foi o desencadeamento da resistência cultural e política contra essa ocupação (CANDÉ, 2013). No caso particular da Guiné-Bissau, a intensa organização para a descolonização teve seu marco a partir do Massacre de Pindjiguiti, em 1959, que impulsionou a via armada contra o regime colonial (CANDÉ, 2013). Por conseguinte, o Estado em referência tornou-se, após a independência, um simples instrumento político e econômico a favor dos dirigentes do PAIGC em detrimento da população guineense, sobretudo a da sociedade tradicional campesina (AMPAGATUBÓ, 2008). Dentro do trabalho, são apresentadas as teorias de Tilly (1996) e Herbst (2000) *Et al.*, além de outros autores complementares, que trabalharam o processo de formação do Estado na Europa moderna e na África. Com base disso, percebe-se que existe uma forte subversão entre as Forças Armadas e os dirigentes políticos em Guiné-Bissau, o que vem atrapalhando a consolidação institucional do Estado nos padrões teóricos apresentados. Conclui-se que não houve concentração de capital e da coerção em Guiné-Bissau desde a sua independência até os dias atuais. Logo, o caso empírico não cumpre o requisito fundamental de Tilly para a formação de um Estado-Nação. Logo, não se pode afirmar que Tilly seja suficiente ou insuficiente para explicar a não formação do Estado em Guiné-Bissau, uma vez que sua pré-condição jamais ocorreu no processo de formação do Estado em Guiné-Bissau.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Estado-Nação. Forças Armadas. Sociologia Histórica. Construção Estatal.

ABSTRACT

This master's thesis aims at testing Charles Tilly's theory in order to analyze and understand the construction process of the Estate-Nation of Guinea-Bissau (1974-2012). Furthermore, this thesis aims at understanding both impact and fragility of this process along its historic landmark. It has been concluded that the construction of several Estate-Nations in African countries has originated from European occupation. In response, the local inhabitants of those countries resisted culturally and politically against the European invasion (CANDÉ, 2013). Particularly speaking, Guinea-Bissau started organizing itself in favor of its decolonization in 1959, when the Pindjiguiti massacre took place. This massacre stimulated the local army against the colonial regime (CANDÉ, 2013). Thus, the Estate-Nation of Guinea-Bissau after the independence process became a simple economical and political instrument in favor of PAIGC, instead of being in favor of its local population (AMPAGATUBÓ, 2008). This thesis presents an interpretation of the works of Tilly (1996), Herbst (2000) *et al.*, who have worked with Estate formation in Europe and Africa. Based on that, it is noticeable that there is an institutional conflict between the military forces and the civil political power in Guinea-Bissau. The aforementioned conflict has brought problems to the Estate and to its institutions' centralizations in Guinea-Bissau. This thesis has concluded that there has not been neither capital concentration nor coercion in Guinea-Bissau since its independence. Therefore, the formation of the Estate-Nation in Guinea-Bissau is not in agreement to the fundamental requisite for an Estate-Nation formation proposed by Tilly (1996). Therefore, it is not possible to state that Tilly's concept is sufficient or insufficient for explaining the formation of the Estate-Nation in Guinea-Bissau, taking into consideration that Tilly's pre-condition for that has never taken place in that country's process.

Keywords: Guinea-Bissau. State-Nation. Military forces. Sociology Historical. Construction-Nation. Conflict and Power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Região da Senegâmbia pré-colonial.....	40
Figura 2 - Mapa Étnico de Guiné-Bissau.....	42
Figura 3 - Mapa da Região Sul de Guiné-Bissau.....	52
Figura 4 - Mapa da Região Leste de Guiné-Bissau.....	57
Figura 5 - Mapa da localização geográfica de atual Guiné-Bissau.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição das Forças Armadas da Guiné-Bissau.....	96
Quadro 2 - Cronologia dos golpes de Estado de 1980 a 2012.....	108

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANP	– Assembleia Nacional Popular
AP	– Armazéns do Povo
BCGP	– Boletim Cultural da Guiné Portuguesa
BM	– Banco Mundial
CONCP	– Conferência das Organizações Nacionais das Colônias Portuguesas
CR	– Conselho da Revolução
CSL	– Conselho Superior de Luta
FARP	– Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FLING	– Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné
FLING	– Frente de Libertação Nacional da Guiné
FMI	– Fundo Monetário Internacional
GUN	– Governo de Unidade Nacional
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
MDFC	– Movimento das Forças Democráticas de Casamança
MR	– Movimento Reajustador
PRS	– Partido da Renovação Social
OUA	– Organização Unidade Africana
ONU	– Organização das Nações Unidas
PAICV	– Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PAIGC	– Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PIDE	– Polícia Internacional de Defesa de Estado
UA	– União Africana
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UNODC	– Escritório das Nações Unidas para Droga e Crimes, do inglês <i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CAPÍTULO I - O SURGIMENTO DO ESTADO MODERNO	13
1.1 Estados no Terceiro Mundo.....	22
1.2 Processos históricos de construção dos Estados na África.....	24
1.3 Papel das Forças Armadas na África.....	33
2 CAPÍTULO II - A GUINÉ-BISSAU NO CONTEXTO DAS INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS E O NASCIMENTO DE UM ESTADO AFRICANO	39
2.1 A origem da formação social guineense.....	39
2.1.1 Do massacre de rindjiguiti a luta de libertação nacional.....	45
2.2 O início da luta armada de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde.....	54
2.3 Reflexos da evolução da luta no contexto internacional.....	65
3 CAPÍTULO III - PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO PÓS-COLONIAL NA GUINÉ-BISSAU	70
3.1 Primeira fase da independência (1974 - 1980).....	72
3.2 Segunda fase da pós-independência (1980 - 1999).....	75
3.3 A transição para o Sistema de democracia multipartidária.....	83
3.4 O Conflito Entre Facções no Interior da Instituição Militar.....	93
3.5 Composição demográfica das forças armadas da Guiné-Bissau.....	95
3.6 O Conflito Político-Militar de 07 de Junho de 1998.....	97
3.7 Os golpes de Estado na Guiné-Bissau como estratégia de poder e as ameaças à consolidação do Estado.....	102
CONCLUSÃO	112
REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo central testar a teoria de Charles Tilly (1996) com a intenção de analisar o processo de formação do Estado em Guiné-Bissau. Para isso, antes de compreender o processo em sua plenitude, buscamos os aspectos teóricos do autor. Com a finalidade de alcançar tal objetivo, foi desenvolvida uma apresentação da teoria da Sociologia Histórica de Charles Tilly (1996) sobre o processo de formação do Estado na Europa e o papel das Forças Armadas na construção do Estado e nas centralizações das suas instituições.

Para chegar a tais objetivos, partiu-se da seguinte hipótese inicial: a teoria de Tilly não pode ser testada no processo de formação do Estado em Guiné-Bissau, uma vez que suas premissas fundamentais não ocorreram ainda no país. A pesquisa foi efetivada com base nas apreciações das informações bibliográficas de diversos autores que se debruçam sobre a matéria. Essa pode ser qualificada como uma investigação da avaliação teórica de um estudo de caso. Procurar-se-á, com base em Tilly (1996) e os teóricos que buscaram ampliar o modelo original, analisar e contextualizar o recorte temporal da pesquisa (1974-2012), período em que o país tomou a sua independência, até 2012, quando houve o último golpe militar, que provocou a queda de um governo democraticamente eleito.

A proposta de pesquisar a construção do Estado na Guiné-Bissau justifica-se por dois motivos. O primeiro motivo está relacionado ao âmbito acadêmico. Como é um assunto ainda pouco estudado, este trabalho dará margem ao desenvolvimento de novos estudos sobre a temática em análise, o que possibilitará novas fontes de pesquisas para os futuros pesquisadores em relação à Guiné-Bissau.

A segunda faz parte de um desejo de melhor compreender como é possível construir um Estado na Guiné-Bissau. A escolha do caso europeu, proposto por Charles Tilly (1996) para entender o processo de consolidação do aparelho institucional em Guiné-Bissau surge de uma visão crítica, na qual procuraremos mostrar os alcances e limitações da teoria do Tilly (1996) para o caso guineense.

Existem tipos de princípios do Estado que podem ser testados nessa pesquisa. Segundo Tilly (1996), a guerra foi um elemento fundamental para centralização das estruturas dos Estados modernos europeus. As Forças Armadas desempenharam papel preponderante na manutenção das instituições dos Estados através das cobranças de tributos e controle dos seus territórios. Na Guiné-Bissau, corroborando o

Tilly (1996), a guerra de Libertação nacional foi fundamental para analisar o processo de formação do Estado na Guiné-Bissau ainda na sua fase embrionária. Contudo, a preparação para guerra não é condição suficiente para formação de Estados bem sucedidos na África. Mas, há casos que isso pode acontecer. A análise de Tilly (1996) não se aplica totalmente ao caso guineense. Mostra que não é suficiente que existia a guerra para a formação de Estado centralizado e capaz em termo militar, administrativo, econômico, social e político. A guerra ajudou a organizar as etnias que conviviam naquele espaço territorial em torno de um objetivo comum que é a luta armada pela independência, também ajudou a fundar as primeiras estruturas do Estado dentro do contexto colonial e que viria fazer parte das estruturas do Estado após a independência em 1974. É bom lembrar que a análise a partir dos contextos do surgimento de instituições em Guiné-Bissau, a de um processo revolucionário com a criação do Partido Africano para Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) e alguns outros acontecimentos que marcaram o país após a independência, sendo eles: o golpe militar de novembro de 1980, a democratização, o conflito militar de 07 de junho de 1998 e as rupturas que se seguem até o último golpe militar de 2012, o que de certa forma impactou diretamente na construção do Estado pós-colonial. O trabalho está estruturado em quatro partes. No primeiro capítulo, a preocupação central foi apresentar os aspectos teóricos, a partir do modelo desenvolvido por Charles Tilly (1996) para analisar a formação dos Estados Nacionais na Europa. No segundo capítulo, será abordado o processo de formação do Estado-Nação em Guiné-Bissau. Procuraremos ainda neste capítulo, mostrar o papel da guerra na condução desse processo a luz da teoria de Tilly(1996).

No terceiro e último capítulo, primeiramente, analisa-se o processo de formação do Estado pós-colonial na Guiné-Bissau e dentro desse processo procuraremos analisar as relações entre as Forças Armadas e a construção do Estado a partir da obra do Tilly (1996).

Por último, conclui-se nessa dissertação que a Guiné-Bissau não cumpre o requisito fundamental de Tilly (1996) para formação de Estado-Nação. Logo, as premissas básicas do Tilly não ocorreram. Assim sendo, não se pode afirmar que Tilly seja suficiente ou insuficiente para explicar a não formação do Estado em Guiné-Bissau, uma vez que sua pré-condição jamais ocorreu no processo de formação do Estado desse país. Observa-se que desde a sua independência até 2012, grande parte dos governos não possuiu monopólio legítimo da força perante as instituições do Estado.

CAPÍTULO I - O SURGIMENTO DO ESTADO MODERNO

O capítulo tem como finalidade analisar o processo de formação do Estado na Europa e na África. A organização do capítulo está disposta da seguinte maneira: na primeira seção, será investigado o processo histórico de formação do Estado moderno Europeu, concentrando tal análise nos principais elementos dos trabalhos de Tilly (1996). No segundo momento, será decomposto e apresentado o caso africano, concentrando-se na obra de Herbst (2000) et al. Procuraremos, ainda nessa seção, abordar o papel das Forças Armadas no continente africano.

Por um período superior a cinco milênios, os Estados têm sido as organizações políticas maiores e mais influentes do mundo. O conceito abarca, por conseguinte, as cidades-Estados, os impérios, as teocracias e muitas outras maneiras de instituições. Logo, por muito tempo, essa instituição política em tela foi em seu cerne cidade-Estado formada, diversas vezes, por uma capital administrada pelos clérigos e circulada por uma população pagadora de impostos (TILLY, 1996).

Segundo Tilly (1996), a consolidação do Estado Moderno relaciona-se com a busca do monopólio do uso da força dentro o seu território, a legitimação desse uso bem como a aquisição de autonomia perante outros Estados, deu-se fundamentalmente através da guerra. A guerra será um elemento fundamental no processo de fortificação das instituições face às ameaças dos Estados vizinhos. É oportuno frisar que o ensejo por território e poder levou governantes europeus ao conflito. As guerras demandavam recursos que eram extraídos das populações a eles subordinadas. O resultado foi a necessidade de unificação territorial, bem como a criação de burocracias e instituições que garantissem uma melhoria na capacidade extrativa de recursos, manutenção das Forças Armadas na guerra e na centralização do poder do Estado.

Para o mesmo autor, os Estados se organizavam como resultados não delineados dos empenhos que os governantes expuseram para tirar recursos e obter recursos indispensáveis que lutariam na guerra. Ainda segundo o mesmo autor, os dirigentes, aqueles que objetivaram imitar aos outros, em diferentes situações, formaram distintas formas de Estados.

Tilly (1996) apresenta uma analogia entre os Estados e os modelos de chantagem, nos quais criminosos chantageiam usando a violência e depois arrecadam impostos em troca de proteção. [...]. Essa condição compõe atributos particulares capazes da construção primária

do Estado europeu. É importante frisar que o exercício do poder, portanto, depende da capacidade coercitiva e acumulativa de capital. Essa é a pré-condição da estrutura do Estado moderno europeu, bem como da maior parte das organizações políticas modernas existente no mundo atual.

Neste contexto, várias vezes, as diferenciações entre os guerreiros, bandidos e líderes eram incertas. Já que os guerreiros e seus comparsas, perante as subjugações dos seus inimigos, que dominavam a violência dentro de uma região privada, seriam capazes de desapossar os tributos para manter os conflitos e tentar anexar áreas sobre o seu comando (TILLY, 1996).

De acordo com Tilly (1996), os dirigentes que conseguiram dominar as importantes formas de agressão em uma determinada região seriam capazes de comercializar proteção. Quando um grupo de criminosos conseguia o poder, as organizações ou grupos que colaboram com a mesma e obtinham sua proteção, adquiriam enormes benefícios sobre os seus adversários, e poderiam constituir domínios dentro da jurisdição de uma instituição criminosa.

Seguindo o seu raciocínio, Tilly (1996) coloca que, os líderes de governo pensavam diversas vezes que era apropriada uma segurança seletiva para as populações que possuíam capacidade de contribuir no provimento de recursos indispensáveis para os conflitos. Ainda segundo o mesmo autor (1996), essa condição convergiria a delimitar a estratégia dos governantes: os mesmos tornariam-se dependentes das classes, principalmente, os capitalistas, os quais abasteceriam os conflitos, o que proporcionava a esses líderes capacidade de adquirir organizações representativas, que influenciavam nas políticas dos dirigentes.

Nessa lógica Tilly (1996) sustenta que, as alianças compostas entre os dirigentes, os estratos dominadores e o modo de resistência interna davam à extração dos recursos por parte do Estado entusiasmo veemente devido à transformação na natureza e instituição dos Estados. Os governantes que dominavam os círculos de coerção, apostaram frequentemente em empregá-los para acrescentar a população e dar soluções com o propósito de exercer o poder. Quando estes dirigentes não enfrentavam as pessoas que contivessem uma autoridade igual de coerção, invadiam; quando se depararam com concorrentes, entraram em conflitos. Porém ao explicar o fundamento da dominação, análise que:

Alguns conquistadores tentaram exercer um controle estável sobre as populações de extensos

territórios, e obter um acesso rotineiro a parte dos bens e serviços produzidos no território; tornaram-se governantes. Toda forma de governo enfrentou limites expressivos à sua esfera de eficiência dentro de um tipo específico de ambiente. Quaisquer esforços para superar essa esfera produziram derrotas ou fragmentação do controle, resultando daí que o que a maioria dos governantes decidiu usar como uma combinação de conquistas, proteção contra antagonistas poderosos e coexistência com vizinhos cooperativos. (TILLY, 1996, p.61)

Os líderes mais importantes, de alguma província, propuseram os termos dos conflitos para todos; os pequenos governantes tiveram que sugerir entre adaptar-se às reivindicações dos vizinhos influentes e improvisar nos preparos para a guerra. A guerra e os preparativos fizeram com que os governantes apostassem em tirar recursos de guerra das populações (TILLY, 1996).

Segundo Tilly (1996, p. 67-68), “quando a acumulação e a concentração dos meios coercitivos se desenvolvem juntos, produzem Estados; formam organizações distintas, que controlam os principais meios concentrados de coerção dentro de territórios bem definidos”. Nesse sentido, o autor (1996) observa que, em certas condições essas desempenham preferências sobre todos os outros Estados, principalmente aqueles que atuam dentro dessas terras.

Os empenhos em conter os Estados vizinhos e guerrear contra os inimigos instituem estruturas de Estado sob não somente à maneira das Forças Armadas, contudo ainda, à forma de grupos de representações civis, os quais possuem recursos para sustentação dos exércitos e preparam o domínio do líder sobre as populações. O emprego da coerção na guerra e no controle interno colocavam aos guerreiros três condições. Na primeira, quando conseguem conter os seus competidores longe das regiões que disputam, os aplicadores de coerção ponderam-se forçados a governar as áreas, os bens e as populações que dominaram; submergem-se na extração de recursos e na repartição de riquezas e na apreciação das guerras (TILLY, 1996).

Na segunda condição, de acordo com o autor, determina-se um remanejamento do bem, assim como, a povoação e a administração de uma cidade desabitada. A terceira abandona presos nas posses dos conquistadores espalhando até com grande inteligência o compromisso de restaurar a produção e a população (TILLY, 1996).

Na sua visão, qualquer que seja a dominação provoca o comando do território. Os Estados europeus se depararam com múltiplas formas de harmonizar as cobranças de impostos, da extração e de outras agilidades fundamentais. Conforme Tilly (1996), os Estados comerciantes, como Génova comoveram os problemas por meio de empréstimos ou de acordo com a composição imperativa para sacar recursos de guerra.

Determinados Estados com menor capacidade de negociar apostaram em criar Forças Armadas competidoras por meio da penetração coerciva das suas regiões. Contudo, só os Estados que conseguiram acumular expressivo capital com as suas populações formaram apropriadamente grandes Forças Armadas internas, as quais se mostraram apoiadas no modo Europeu moderno de guerra (TILLY, 1996).

Os Estados europeus diferiram consideravelmente no que diz respeito às suas atividades e organizações relevantes. Três tipos diferentes de Estado proliferaram em diversas partes da Europa durante os principais segmentos do período a partir de 900: impérios extorquidores de tributos; sistemas de soberania fragmentada como as cidades-estados e as federações urbanas; e estados nacionais. Os primeiros constituíram um amplo aparelho militar e executivo, mas entregaram a maior parte da administração local aos detentores de poder regionais que acabaram por conservar grande autonomia. (TILLY, 1996, p.69)

Nos contextos de soberania fragmentada, coalizões transitórias e organizações de consulta cumpriram funções expressivas na guerra e na extração dos recursos, todavia surgiu em escala interna uma estrutura principal coordenada, importantes aparelhamentos de exércitos, extrativas, administrativas e muitas das vezes, distributivas e vitoriosas (TILLY, 1996).

Segundo Tilly (1996), durante alguns períodos, os impérios extorquidores de impostos contiveram a história global dos Estados. Os impérios surgiram, diversas vezes, em espécies de acúmulo com baixa coerção de grande centralização dos recursos. O autor ainda afirma que:

As federações, as cidades-estados e outros arranjos de soberania fragmentada diferiram dos

impérios em quase todos os aspectos. Eram sujeitos à acumulação relativamente alta, e concentrações relativamente baixas. De coerção; a disseminação das milícias urbanas na Europa Ocidental, no século XIV, tipifica essa combinação. Nesses Estados, uma coligação relativamente pequena de súditos nominais poderia equipar-se às forças do governo, ao mesmo tempo em que indivíduos, grupos e populações inteiras tinham abundantes oportunidades de revoltar-se contra jurisdições concorrentes. Os dirigentes dos Estados nacionais geralmente se compeliram de maneira mais clara na criação das estruturas aperfeiçoada e suprimir os apoios independentes de poder. (TILLY, 1996, p. 70)

Na sua análise aponta que, os governantes que administram, ou ambicionam governar as cidades-estados, federações e outras regiões de soberania descentralizadas, diversas vezes, obtiveram o domínio sobre uma parte isolada e sua zona contígua. Segundo Tilly (1996, p.74), [...] “o controle local habitualmente estava subordinado não só às forças de coerção da cidade, mas também ao fato de extensas propriedades rurais se acharem nas mãos da classe dirigente urbana”.

Os conflitos e as transações dos Estados com as diversas populações conformaram expressivamente os Estados europeus emergentes. Logo, as organizações das populações que se encontravam dentro do seu território influenciaram fortemente o papel de Estado; e as modificações na composição do grupo de uma determinada região da Europa determinaram diversificadas sistematizações dos Estados. Não somente os dirigentes, como também todas as populações, cujas saídas trouxeram alguma implicação a respeito da preparação para guerra (TILLY, 1996). Segundo Tilly (1996, p.78):

Com o passar de tempo, muito mais do que as outras atividades, a guerra e a preparação da guerra produziram os principais componentes dos Estados europeus. Os Estados que perderam guerras comumente se contrariaram, e muitas vezes deixaram de existir. Independentemente do seu tamanho, os Estados que detinham os maiores meios de coerção acabavam ganhando as guerras.

Portanto, é nítido entender que o Estado, segundo Tilly (1996, p.157), tem atividades completivas, que foram desenvolvidas através de um processo na estrutura de modo não regular e não delinear. Conforme Tilly (1996, p. 157):

“Os mínimos de agilidades efetivas de um Estado são três: *criação do estado*: atacando e controlando os competidores e desafiantes dentro do território reclamado pelo Estado; *prática da guerra*: atacando os antagonistas fora do território já reclamado pelo estado; *proteção*: atacando e controlando os antagonistas dos principais aliados dos governantes, quer dentro quer fora do território reclamado do Estado. Contudo, não dura muito um estado que negligencia uma quarta atividade crucial: *extração*: sacando de sua própria população os meios de criação do Estado de prática de guerra e de proteção. Os estados extorquidores de tributos permanecem no mínimo restritos a esse conjunto indispensável de atividades, intervindo nas vidas de seus súditos nominais especialmente para impor o poder da classe dirigente e para extrair rendas. Contudo, além de determinada escala, todos os estados acabam aventurando-se em outros terrenos perigosos: *aplicação de justiça*: solução peremptória de disputas entre os membros da população; *distribuição*: intervenção na divisão de bens entre os membros da população; *produção*: controle da criação e transformação de bens e serviços pelos membros da população”.

Sobre este assunto Tilly (1996, p. 22) descreve que:

Interagindo entre si e envolvidos conjuntamente em guerras internacionais, os governantes de diferentes partes da Europa propenderam para atividades semelhantes: tentaram criar e usar a capacidade de guerra em seu próprio benefício. Mas cada um o fez nas condições altamente variáveis estabelecidas pela combinação entre capital e coerção que prevalecia em seu próprio território.

Para Tilly, “as guerras aconteceram com maior frequência quando um detentor revela sinais de fraqueza em relação a seu vizinho, quando ocorre uma sucessão passível de disputa e quando entra em cena um novo conquistador”. [...]. Durante o século XVI, o processo de concretização do sistema de Estados europeus, a separação das Forças Armadas dos civis e o desarmamento dos povos, exacerbou mais a separação entre a guerra e a paz. A guerra intensificou-se e tornou-se mais destrutiva, entretanto, passou a ser um evento menos frequente (TILLY, 1996. p. 254). Conforme Tilly (1996, p. 260):

A guerra pesou bastante na formação dos Estados durante toda a história, o processo foi sempre externo. No entanto, quanto mais se retorna no tempo, mais os governantes e pretendentes governantes vê-se lutarem para sujeitar as populações dentro dos territórios que controlam, nominalmente, combaterem os antagonistas armados dentro dos mesmos territórios, conquistaram terras e povos adjacentes e construíram seus próprios monopólios de força. Assim, vê-se criarem irrefletidamente Estados cujas estruturas ostentam as marcas das lutas e negociações, que lhe deram origem.

Para continuar a evidenciar tais problemas, para o autor (1996), os conflitos eram relacionados a quem deveria governar em determinados territórios, quais organizações políticas precisariam dominar as políticas dos outros Estados e quais permutas de recursos, população e alimentos entre Estados careceriam acontecer. No processo formação os Estados europeus tenderam a serem mais ou menos definidos do que os Estados Nacionais, não impérios nem cidades-estados, nem Federações, contudo, os Estados Nacionais de acordo com os tipos proporcionados auxiliados e afiançados pelos grandes Estados (TILLY, 1996).

Os processos de construção dos Estados europeus iniciaram em diferentes contextos, no que diz respeito à repartição de capital e coerção concentrada. [...] “Mudaram à medida que se alteraram as interseções do capital e da coerção. Mas a competição militar acabou impelindo-os na mesma direção geral”- Neste contexto, tornaram fortes ao mesmo tempo à construção e o resultado final do Estado (TILLY, 1996, p. 271).

É importante sublinhar que durante o processo da consolidação das instituições modernas, europeias variaram sob diferentes trajetórias. Gerados de acordo com as diferentes distribuições de riqueza e, conseqüentemente, com as diferentes classes sociais encontradas nos diferentes países, bem como de acordo com a concentração de coerção necessária para a extração dos supracitados recursos. Deve-se sublinhar, entretanto, que não necessariamente o processo de negociação com as populações era pacífico. Foi um processo violento e de aplicação massiva de coerção e, inclusive, nas áreas de poucos recursos econômicos.

Durante todo processo de formação dos Estados europeus, o exercício de guerra e a proteção acarretaram na ação extrativa, que gerou a comercialização dos meios de guerra e assistência (BENTO, 2007). Essa combinação provocou uma relação adicional dos Estados na fabricação, repartição e aplicação da justiça (TILLY, 1996). Sendo assim Tilly (1996) coloca que:

As cidades-Estados, as cidades-império, as Federações e as organizações religiosas, todos prosperaram na Europa até o século XVI, os impérios que predominavam na região europeia. Neste contexto, as organizações políticas europeias começaram a ganhar relevância. E conseguiram-na por dois motivos afins: primeiro, a comercialização e acumulação de capital em Estados maiores como a Inglaterra e a França reduziram as vantagens na guerra dos pequenos Estados mercantis; e segundo a guerra expandiu-se em um custo e em escala parcialmente em função do aumento da capacidade dos Estados maiores de drenar suas economias para pagar as Forças Armadas. Ganharam as guerras dos Estados menores para defender-se e transformaram, absorveram ou combinaram em Estados Nacionais (TILLY, 1996, p. 271)

Ainda durante o processo de constituição dos Estados europeus, o autor supracitado acredita que o procedimento de formação do Estado britânico aproximou-se mais do que a França do caminho de construção do Estado com extensa inversão de capital. Neste contexto, a Inglaterra desenvolveu um extraordinário acordo de simples acesso ao capital e intensa vinculação aos donos de terras. Na França, apesar de boa parcela

dos dirigentes locais estarem do mesmo modo atrelados aos nobres e padres, os empenhos para sacar recursos de uma capitalização menos acumulada e comercializada originou uma estrutura do Estado mais robusta do que a Inglaterra (TILLY, 1996).

Segundo Tilly (1996), constituição das Forças Armadas e suas implicações organizacionais modificaram de uma região europeia para outra, devido à importância do capital e da coerção. Mesmo que, todos os Estados devotassem seus esforços aos conflitos armados e aos preparatórios para a guerra, além dessa condição frequente, as suas estratégias predominadoras modificaram segundo suas disposições nas organizações de capital e de coerção e suas narrativas históricas (BENTO, 2007; TILLY, 1996). Além do mais, mesmo estratégias parecidas deixaram resquícios organizacionais distintos que estiveram ligados ao local em que aconteceram, as semelhanças com os outros Estados motivaram as composições e ações de qualquer Estado (TILLY, 1996). Ainda segundo Tilly (1996, p. 235):

[...] Por causa de suas vantagens em traduzir recursos nacionais em sucesso na guerra internacional, os grandes Estados Nacionais substituíram os impérios extorquidores de tributos, as Federações, as cidades-estados e todos os outros competidores como entidades políticas predominantes na Europa e como modelos de formação do Estado. Esses Estados, finalmente, determinaram o caráter do sistema estatal da Europa e se estenderam ao mundo inteiro.

De acordo com o que fora analisado ao longo desse estudo, é perceptível que os Estados europeus se diferenciaram de maneira considerável no que diz respeito ao seu respectivo processo de formação. Ao longo da análise realizada, constatou-se o papel central que as Forças Armadas desempenharam na descentralização das estruturas do Estado e no agrupamento de coerção e acúmulo de capital durante a história de formação dos Estados Europeus (TILLY, 1996; BENTO, 2007). É importante realçar que durante todo o processo de formação dos Estados europeus, a guerra e os seus preparativos foram elementos fundamentais nas centralizações do poder do Estado. E a competição militar foi compelindo-os a traçar diferentes trajetórias de concentração de coerção e acúmulo de capital, organizar as populações em torno dos seus respectivos territórios.

Conforme Tilly (1996) e Bento (2007), as Forças Armadas ajudavam no processo construção nacional na proteção da sua própria população, também foi o meio que os governantes utilizavam para aplicar a coerção em troca de proteção. Esta instituição ajudava na construção das rodovias e participavam também no processo de desenvolvimento dos respectivos países. Na visão do Bento (2007), corroborando com Tilly (1992), o processo de formação do Estados modernos europeus foi resultado de um processo de repetição das trajetórias mais bem sucedidas que o autor chama de coerção capitalizada. Para os dois autores, os Estados que conseguiram combinar esses dois elementos tinham mais capacidade de vencer na guerra também conseguem construir as instituições militares mais eficientes para controlar os seus territórios assim como, combater os inimigos fora dele.

1.1 Estados no Terceiro Mundo

Em seu capítulo final, Tilly (1996) remete a partir de sua análise sociológica histórica da Europa implicações para os Estados contemporâneos, sobretudo para os do Terceiro Mundo¹. Ainda de acordo com o autor, durante o processo de formação de Estados Nacionais independentes não houve o controle civil sobre as organizações militares em grande parcela do chamado Terceiro Mundo. [...] “os oficiais militares ainda usam ameaças e às vezes rebeliões para proteger os seus interesses e limitar as ações dos políticos civis. Os aparelhos das Forças Armadas com as melhores estruturas que outras partes do governo, foram acontecimentos que acrescentaram poder das Forças Armadas em relação aos dirigentes políticos civis” (TILLY, 1996, p.31) acerca do terceiro mundo o autor ressalta que:

“Para entender as relações entre civis e militares no Terceiro Mundo dever-se-ia examinar a extensão com que os militares dependem das populações domésticas e dos setores civis do governo quando precisam de recursos. Na mesma proporção em que podem deixar de negociar os recursos com as populações civis, os Estados e os

¹Essa expressão ainda comum do período da Guerra Fria, que separava em primeiro, segundo e terceiro. Agora se fala desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvido.

militares podem evitar o estabelecimento de direitos reais e duradores. Na mesma medida em que podem adquirir armas e dinheiro sem depender de organizações fiscais eficientes ou de uma indústria bélica doméstica administrada por civis, os militares podem evitar ser controlados pelos políticos civis.”² (TILLY, 1996, p. 31).

Tilly (1996) acredita que o apoio as Forças Armadas e outras maneiras de auxílios diretos por parte dos Estados Unidos e da União Soviética, durante o contexto da Guerra Fria, foram fatores fundamentais para o avanço da independência e da competência organizacional da própria instituição no Terceiro Mundo em relação às classes políticas e civis. [...] “Os governos estrangeiros que fornecem armas ou dinheiro adquirem influência sobre as organizações militares do Terceiro Mundo, mas habitualmente se preocupam mais com as alianças internacionais de um Estado do que em saber se ele é controlado por generais ou civis, e podem até preferir os primeiros”. (TILLY, 1996, p.32).

Tudo isso acaba dificultando a negociação dos direitos civis mediante as instituições do Estado. Segundo Castellano da Silva (2012, p.39), “o ambiente da Guerra Fria trouxe à África a interferência de forças externas que atuaram no papel central de conflitos armados. Os resultados dessa política foram danosos”.

Ademais, Tilly (1996), também sugere que a renda do Estado proveniente da exportação de determinados produtos primários tende a separar os Estados das relações com as suas populações e contorná-los mais vulneráveis aos golpes. Salienta ainda Tilly (1996), que a maior possibilidade dos Estados de ficarem isolados existe quando esses necessitam da exportação das mercadorias consideradas importantes, produzidas sob influência dos estrangeiros, de um segmento da classe social, ou do próprio Estado, situações características, muitas vezes, das

²Nesse estudo fora realizada uma pesquisa minuciosa sobre alguns (poucos) autores específicos por dois motivos em especial. Primeiramente, pela dificuldade de encontrar em território nacional obras que contemplassem as informações necessárias para essa dissertação. E segundo, devido à limitação monetária para se fazer pesquisas de campo na própria Guiné-Bissau. A próxima etapa desse estudo objetiva acessar a esses documentos por meio de viagens de campo, as quais proporcionarão condições mais informativas de trabalharmos determinados assuntos. Ainda assim, todas as obras aqui citadas tiveram alto rigor científico para facilitar enivelar às informações apresentadas.

exportações de matérias-primas. “Quando regimes militares estão no poder, essas fontes de renda independentes podem dar-lhes condições de evitar a negociação com os grupos civis” (TILLY, 1996, p. 32).

Tilly (1996) reafirma que os Estados, os quais anseiam diminuir os riscos da ação das Forças Armadas na política deveriam forçar-se em fazer com que suas respectivas instituições nos meios políticos se tornassem dependentes das economias do país. A medida mais óbvia nesse sentido seria abolir o apoio militar externo por parte de outros Estados influentes, como, por exemplo, os Estados Unidos. O autor insiste em insinuar que o fim das rivalidades da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, possivelmente diminuiria a quantidade de auxílio militar, forçando os líderes das Forças Armadas a manter maiores vínculos com os civis no sentido de obterem os recursos necessários.

1.2 Processos históricos de construção dos Estados na África

Segundo Vasconcelos (2014, p.1), [...] “o estudo dos Estados africanos permeia áreas que envolvem tanto a história, a teoria política e as relações internacionais, mas também a geografia”. Para compreender esse processo é necessário ampliar a concepção que se tem de Estado tirando-lhe do conceito clássico de instituição política europeia para entender as várias diferenças históricas das organizações políticas em todos os continentes. Logo, para entender a consolidação dos Estados africanos não pode ser movida dos seus contextos histórico-específicos (pré-coloniais) e do momento da dominação europeia.

Ainda para Vasconcelos (2014, p.11):

“Os Estados africanos derivam-se da interação entre culturas e desenvolvimentos locais com os processos de expansão europeus principalmente a partir do século XIX. Isso faz com que as instituições políticas e jurídicas, mas também os processos sociais e econômicos como um todo sofram diferenciações pertinentes e irreversíveis para as sociedades africanas. As relações internacionais da África estão vinculadas a aspectos próprios da construção dos seus Estados”.

De acordo com Vasconcelos (2014, p. 24), [...] “a consolidação da

legitimidade do Estado no contexto africano é um problema de identidade entre as múltiplas etnias que compartilham as mesmas fronteiras políticas”. Antes do começo da colonização europeia na África, as classes sociais que conviviam e desenvolviam seus costumes de maneira descentralizada. A relação entre os mesmos não fora satisfatória para que houvesse a unidade nacional. Ainda de acordo com Vasconcelos (2014 p.25):

Os Estados africanos são caracterizados por processos históricos nitidamente distintos daqueles da consolidação dos Estados soberanos europeus. A distinção recai não somente sobre diferentes relações sociais e instituições e diferentes momentos históricos, mas, sobretudo no que se refere, no caso africano, às interferências europeias. Claro que muitos aspectos de continuidade são visualizados sobre comportamentos políticos e instituições dos estados africanos atuais com organizações políticas pré-coloniais, mas é igualmente inquestionável uma complexa infiltração de valores europeus no continente africano durante e após o período do colonialismo. Apesar de essa intervenção ser interpretada em diferentes graus, ela faz parte da própria construção dos Estados africanos.

Ainda segundo Vasconcelos (2014, p. 26), “Para a compreensão exata dos problemas sistêmicos dos Estados africanos que suscitam extenso debate, uma diferenciação analítica entre instituições e processos históricos sobre a consolidação dos Estados europeus se faz necessária”. Por outro lado, no que diz respeito ao processo de formação do Estado Europeu, esse acredita que: [...] “No caso europeu, portanto, os processos de concentração de coerção e o acúmulo de capital são processos localizados nos seus contextos históricos específicos”. (VASCONCELOS, 2014, p. 25)

Para o mesmo autor, as organizações políticas provenientes desse processo histórico não apresentam semelhanças com várias organizações de concentração e extensão da autoridade no mundo. No entanto, as questões relacionadas com o poder dentro desse contexto são possíveis de serem generalizados, ou seja, embate pelo poder local, territorial e os fluxos do domínio são problemas comuns a todos os Estados

(VASCONCELOS, 2014) como podemos ver em sua análise:

As transformações europeias que culminam na formação dos Estados possuem íntima relação com as dinâmicas populacionais. Em outras palavras, a considerável densidade populacional percebida na Europa continental seria um aspecto importante para se compreender a formação de fronteiras para um maior alcance de uma autoridade centralizada. Isso também vai de acordo com o fato de que conflitos e guerras começavam a ganhar espaço em termos de competição territorial. Logo, a formação do Estado moderno deriva do conflito entre concentração e descentralização do poder.

Sobre essa discussão ainda, podemos observar também que outros autores apresentam esse tipo de análise, por exemplo, para Nkiwane (2001), além dos problemas demográficos, o processo de consolidação das organizações africanas deve-se ao colonialismo europeu. A situação colonial teve impacto muito grande na consolidação dos Estados pós-colonial, pode-se relacionar isso à tentativa dos dirigentes africanos em tentar imitar os modelos dos Estados europeus. Ainda é possível correlacionar tal condição aos problemas de alcances territoriais colônias, corrupções e conflitos pré-coloniais ainda hodiernas no continente (NKIWANE, 2001).

No caso do colonialismo, segundo Vasconcelos (2014), a primeira aparência que se conecta na autoridade europeia com os estabelecimentos locais é a própria ocorrência de que o poder colonial fora garantido pelas lideranças locais. O colonialismo europeu na África, dessa forma, transforma e torna complicada a consolidação das organizações políticas africanas. Na sua visão:

[...] A dinâmica dos Estados africanos, em contrapartida, possui aspectos diferentes da confluência das políticas expansivas dos Estados europeus, já consolidados, com a dinâmica de suas próprias comunidades. Pensar os diversos Estados africanos não pode se desvencilhar da compreensão das mudanças ocorridas na África durante o século XIX pré-colonial. Desde então, líderes locais se deparavam com a difícil tarefa de projetar a autoridade no território, uma vez que

este era ocupado por escassas e esparsas populações. (VASCONCELOS, 2014, p.27)

Segundo Vasconcelos (2014), o processo de construção dos Estados africanos retrata os acontecimentos do século XIX. Houve duas ocorrências fundamentais na construção do Estado tendenciado à centralização do poder (VASCONCELOS, 2014). [...] “Em primeiro lugar, houve uma sucessiva transferência do centro das relações de parentesco e religiosas para a organização militar”. De acordo com Vasconcelos (2014), a elevação das classes guerreiras que, desde a luta pela independência sobre um determinado espaço, mudou-se para uma comunidade de guerreiros com a capacidade de intervir no Estado.

Em segundo lugar, os conflitos no continente africano não eram focados na posse territorial, como ocorrido na Europa, conforme Tilly (1996). Como oposto, as guerras étnicas em sua grande maioria, desdizem as diversidades de poder sobre as pessoas, e não sobre o espaço. Conforme Vasconcelos (2014, p.25):

O século XIX é também um período de rápidas e contraditórias transformações. Ao mesmo tempo em que é percebido esse movimento em torno da consolidação de algumas fronteiras e delimitação do poder, acontece uma penetração, apesar de reduzida até meados do século XIX, de Estados europeus interessados na criação de entrepostos comerciais e no tráfico de escravos. Essa penetração era, sobretudo, concentrada nas áreas costeiras e, por isso, os Estados europeus tinham pouco conhecimento da maior parte das transformações do continente africano. De qualquer forma, a situação pré-colonial da África já se traduzia na concentração do poder. O colonialismo europeu, além da irreversível imposição de instituições exógenas, assegura seu poder colonial através da ajuda do pessoal e das instituições africanas desenvolvidas nesse período anterior.

Ainda sobre os Estados africanos, o autor afirma que, as disposições que se formaram no século XVIII e no começo do século XIX, já demonstravam certos sinais de organizações políticas, as quais se misturaram com a política colonial. Neste contexto, é importante frisar que as limitações territoriais como, clima, relevo, juntadas a baixa

densidade das populações torna impossível, ainda mais custosa uma projeção da autoridade por extensas áreas. Essa situação elucidaria durante o século XIX, os Estados africanos como diferentes dos europeus (VASCONCELOS, 2014).

De acordo com Herbst (2000), essa naturalização das organizações políticas africanas herdadas pelos governantes pós-coloniais pode ser compreendida nos seguintes problemas: no primeiro caso deve-se a capacidade dos líderes africanos em arcar com a despesa da grandeza dos seus respectivos territórios. No segundo caso, tais condições relacionam-se com problemas mal resolvidos de fronteira, durante época pré-colonial. Já no terceiro caso, devem-se as determinações da organização dos sistemas de Estados africanos. Esses problemas na verdade, permaneceram para que vários conflitos sociais, étnicos e religiosos não fossem travados.

Segundo Carvalho (2010), os processos de formação dos Estados africanos, coloniais e pós-coloniais seguiram uma trajetória totalmente diferente. A topografia menos favorável, a agricultura e a baixa densidade populacional na África contribuíram para descentralização do poder sobre as populações. Por esta razão, a dimensão das instituições políticas tradicionais africanas diferiu de acordo com as probabilidades de comércio, os quais se relacionavam com as despesas de descentralização da autoridade. O outro autor que vem fazendo referência a isso também é o Pinto (2007) em que enfatiza que:

[...] Este é um dos motivos da dificuldade da extensão da autoridade do governo a fim de regulamentar todos os grupos étnicos dentro das fronteiras. Se as guerras na Europa demandavam uma grande quantidade de recursos e pessoas fomentando o desenvolvimento das redes de ligação entre a capital e a periferia, ao contrário do que aconteceu na Europa, os conflitos no continente africano eram motivados principalmente pelo interesse em escravos em riquezas, e não com o interesse de anexar territórios, por isso requeriam menor mobilização da população. Os modelos que relacionam guerra e formação do Estado não se ajustam à história africana, mas há casos em que isto pode ocorrer.

De acordo com Castellano da Silva (2011), é possível compreender que no mínimo as organizações políticas precisariam além

do território capacidades coercitivas contra seus inimigos. Além desses meios coercitivos, as instituições políticas deveriam formar regularmente domínios extrativos, jurídicas, distributivas e produtivas. [...] “O grau de especialização do Estado nessas esferas se relaciona com a interação entre capital e coerção dentro e fora dele, sendo que a sua adoção equilibrada é própria de um tipo ideal, do qual se aproxima o Estado europeu” (CASTELLANO DA SILVA, 2011, p.31).

Como sublinha Pinto (2007), uma ameaça externa tende a gerar na população a consciência de se pagar mais impostos, além disso, a partir dessa condição as pessoas ficam mais propensas a preocupar-se com os interesses da Nação. O processo de consolidação das organizações políticas africanas se desenvolveu através de um conjunto de símbolos nacionalistas, que se desenvolveu por meio dos conflitos. Menos alguns Estados africanos como Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Namíbia e Zimbábwe, os quais tiveram que lutar por sua independência. De acordo com Carvalho (2010, p.46):

A ausência de um inimigo externo capaz de induzir os líderes políticos africanos a cobrar impostos e preparar-se para a guerra fez com que o território não fosse de vital importância para a Constituição do Estado tradicional africano.

Segundo Castellano da Silva (2012), as organizações políticas africanas passaram por maiores ameaças em seu espaço interno geográfico do que externamente devido aos conflitos territoriais, é uma das condições que geram sofrimento aos Estados africanos. Na análise de Tilly (1996), não há o ponto em que retrata ameaça doméstica, mas tem o ponto em que fala da ameaça externa e disse que isso obrigou os Estados europeus a intensificar seus mecanismos coercitivos, a extração de recursos para financiar sua proteção. É compreensível que a Guiné não consegue justificar as ameaças estrangeiras, todavia pode alegar coerção interna.

Para Pinto (2007), [...] “apesar dos líderes africanos não pretenderem perder os seus territórios em circunstâncias normais, a maioria não estava disposta a pagar o preço para defendê-lo, principalmente se este território correspondesse à periferia do Estado”. Habitualmente, a área que abarca a projeção de domínio era determinada por meio da irradiação do poder territorial, condição a qual se desamparava com algumas cidadelas a margem da organização política nacional (PINTO, p. 14, 2007).

De acordo ainda com Castellano da Silva (2012)

“A cooperação entre os países colonizadores, na divisão de seus domínios no continente, foi fundamental para evitar custos indesejáveis da guerra ou da ocupação efetiva do território como se havia na Europa moderna. As disputas no continente eram realizadas no campo diplomático, sem o concurso dos meios militares, ao menos no âmbito do território africano. Assim sendo, devido à ausência da necessidade de se fortalecer as estruturas estatais para uma eventual guerra de defesa do território contra ameaça externa como aconteceu na Europa moderna, obrigou os Estados na África concentrarem-se mais na coerção interna”. (CASTELLANO DA SILVA 2012, p.32)

Para o mesmo autor (2012, p.41), “outro elemento importante relacionado ao fenômeno da guerra e que interfere diretamente no processo de construção de Estado é a forma de financiamentos dos conflitos armados”. Na visão do autor, a cobrança dos impostos geraria mais capacidade governativa por parte do Estado e geraria aproximação entre o Estado e a sua população.

Segundo Herbst (2000), não tem melhor abrangência estatal do que a sua competência de angariar os tributos. Se um Estado não é capaz de controlar o seu território, seguramente perderá a capacidade de cobrar os impostos. Para Tilly (1996), a cobrança de impostos foi fator determinante na centralização de coerção e no acúmulo de capital na Europa. Segundo Castellano da Silva (2012, p.42), [...] “na África, em grande parte dos casos, a guerra foi financiada por recursos externos vindos com assistência militar ou por empréstimos internacionais e pela extração e concessão de exploração de recursos naturais”.

De acordo com Castellano da Silva (2012), o financiamento dos conflitos recomenda que um dos aspectos fundamentais para o financiamento da guerra africana foi baseado na economia de enclave, ou seja, foi sustentado na extração dos recursos nacionais. Logo, esse tipo de situação não ajudou no aumento da exploração das taxas populacionais e, por conseguinte, no restabelecimento de uma maior centralização das instituições políticas e na sua ligação com as populações um pouco mais distantes, como ocorreu no caso Europeu segundo Tilly (1996); Herbst (2000); Castellano da Silva, (2012). Ainda conforme Vasconcelos (2014, p.28):

“Os padrões civilizatórios impostos à África completam a gama de seus problemas estruturais crônicos. A corrupção que se alastra sem preocupação por parte da comunidade internacional também contribui e intensifica esse quadro geral. O meio institucional pouco confiável, a falta de infraestrutura de produção e comunicação, bem como de capital humano, e políticas econômicas incorretas com empresas locais sendo favorecidas por suas boas relações com a burocracia estatal, fazem com que os Estados africanos sejam duplamente alijados do desenvolvimento global”.

De acordo com Pinto (2007), o término do tempo colonial, o panorama dos Estados africanos não indicava bons sinais. As ausências de coesão nacional, existentes no contexto pré-colonial, não foram ultrapassadas. Embora a constituição das fronteiras e da consolidação dos Estados, o artificialismo destas instituições serenou a integração das populações. As dificuldades relacionadas com a expansão do domínio do território não ajudaram na resolução dos conflitos étnicos. (PINTO, 2007).

Ainda conforme Pinto (2007), durante a descolonização vários problemas de diferenças sociais entre as classes permaneceram deixados diante das preocupações pela emancipação política. Contudo, quando a independência foi conseguida, os dirigentes excluídos na administração dos assuntos do Estado começaram a confrontar-se. As contestações pela participação nos problemas estatais, muitas vezes, eram afrontadas como ameaças a identidade nacional e rejeitadas impetuosamente, condição essa que inviabiliza as reclamações secessionistas.

Segundo Pinto (2007), os elementos internos e externos facilitaram a construção de uma identidade africana, mesmo transitória e delicada. O movimento de pan-africanismo sobrepunhou, ainda que por pouco tempo, as desigualdades entre diferentes grupos sociais africanos, todos se juntaram em torno da luta de libertação do continente e quando isso aconteceu, novas maneiras de coesão nacional precisaram ser repensadas.

De acordo com Harbeson (2009 apud Vasconcelos, 2014, p.27):

“Outro ponto importante que permeia a problemática dos Estados africanos é o da democracia. Apesar de um progresso geral da

democratização, esses consideráveis avanços se mantêm incompletos, problemáticos e passíveis de reversão. Três fatores favoreceram esse avanço democrático: significativas deliberações constitucionais com diferentes graus de consenso; pressão ativa da sociedade civil doméstica; extensivo comprometimento externo. Isso, contudo, confronta com a própria percepção negativa por parte da população”.

Ainda no que a democracia nos diz respeito, conforme Vasconcelos (2014, p.28):

A democracia na África estaria fadada, pelo menos em um futuro próximo, a corrupções estruturais complexas, pois, como argumentou Michael Bratton, a essência da história da África subsaariana pós-colonial é, portanto, um embate político não resolvido. De um lado, elites políticas querem estender a autoridade do Estado sobre populações dispersas, em sua maioria vivendo em áreas rurais. Por outro lado, camponeses permanecem determinados em preservar uma autoridade situada na decisão sobre suas próprias vidas.

Seguindo a sua análise, para Vasconcelos (2014), a democratização restringiu-se aos centros, sem progressos para grande parte das populações rurais africanas. As melhorias democráticas com a reformulação dessas, sem preferências, protestam sobre o enfoque das instituições internacionais no que diz respeito à ingerência, e para quem sofreria com os resultados estruturais. Neste contexto, as instituições africanas transportam incoerências para relativização do modelo clássico de soberania estatal.

Ainda Segundo Vasconcelos (2014), [...] “o sistema diferenciado dos Estados africanos, sustentados pela baixa densidade populacional, exigiria instituições políticas mais dinâmicas e mais condizentes com sua localidade”. Logo, essa seria uma das condições para a formação dos Estados africanos, já que se constatou a continuação dos limites fronteiriços estáticos e artificiais, embasados nas estruturas impossibilitadas de materializar o poder estatal em toda sua extensão. Essa insuficiência causa o desmembramento do Estado e coloca em questão a capacidade das ações democráticas. Finalmente, essa condição

apresenta um antagonismo no conceito clássico de soberania com as intuições políticas africanas (VASCONCELOS, 2014, p. 29).

1.3 Papel das Forças Armadas na África

Um último ponto importante que permeia a problemática dos Estados africanos fundamental para nossa pesquisa é o papel das Forças Armadas na África. Berghe (1966) descreve o papel das Forças Armadas no processo de consolidação de Estados africanos contemporâneo. Para o autor, o desempenho das forças coloniais não pode ser ignorado no continente africano moderno. Inicialmente, é possível inferir que as qualidades se constituem somente como transitórias e que a África se contorne, pouco a pouco, dominada militarmente (BERGHE, 1966).

As administrações coloniais retardaram os seus combates de maneira livre na Europa, e conservaram os seus armamentos em postos adiantados, sobretudo para manter a segurança nacional. A emancipação política abriu novamente todas as contestações das zonas em conflitos durante o momento colonial e transferiu as questões de tendência dessas subversões. Em um segundo momento, os números exatos de circunstâncias específicos retrocederam as Forças Armadas no continente, elemento individualmente encantador de apreciação durante este período de mudança momentânea, de independência para a soberania (BERGHE, 1966).

Na visão de Berghe (1966), [...] “as forças coloniais são, talvez, a espécie mais comum na África e também mais tipicamente africana. Como o seu nome indica, as forças coloniais são constituídas por antigas tropas nativas das potências europeias” (BERGHE, 1966). Principiaram como aparelhos do domínio dos colonialistas, ao invés de órgãos das aristocracias clássicas autóctones (BERGHE, 1966, p.114).

Ainda segundo o mesmo autor, as forças coloniais geralmente associavam quotas de indivíduos de distintos dirigentes ou utilizavam um ou outro formato de conscrição involuntária. Eles não tinham os guerreiros coloniais equiparados aos conscritos em uma polícia das populações. “Eram dotados, armados e favorecidos, mais ou menos forçados pelas circunstâncias a servirem seus senhores estrangeiros, conquistando e subjugando aos concidadãos africanos” (BERGHE, 1966, p.114).

Sob tais condições, as forças nativas, ainda que não custosas, não eram dignas de confiança. As desordens eram banais mesmo que fossem simplesmente dominadas com ajuda de outras tropas nativas das classes

étnicas rivais; em qualquer fato, os desordeiros comumente não apresentavam chefes e se expandiram em formato de facções, desenfreados. Para acrescentar à submissão das forças coloniais, as provisões de um grupo étnico, várias vezes, aquartelavam-se bem longe de casa, entre os oponentes tradicionais ou, pelo menos entre os indivíduos com as quais nada tinham em comum (BERGHE, 1966).

Ainda de acordo com Berghe (1966), em muitas ocasiões, eram vistos com intensa suspeita pela população local, como ferramentas do conquistador branco. [...] “Entre os próprios exércitos, os postos de oficiais eram a proteção dos brancos, exceto a integração nominal racial por parte da França e Portugal, mesmo então, os oficiais não brancos muitas vezes vinham mais das índias Ocidentais ou da Ásia do que da África”. Os guerreiros africanos aproximavam-se gradualmente para avaliar os oficiais brancos como símbolos da dominação, de sorte que a confiança se desgastou nas últimas décadas de repressão colonial (BERGHE, 1966, p.166).

De acordo com Berghe (1966), a função das Forças Coloniais, tolerando ou amortecendo o aparelho colonial completo, explica um comprometimento peculiar. Na maioria das vezes, as tropas nativas cuidavam bem do império colonial. Várias vezes, esses colaboraram para o império organizar as populações africanas em obediência externa e seguraram conflitos coloniais também na Ásia.

Contudo, o emprego das tropas africanas nas duas Guerras Mundiais ainda cooperou expressivamente para o desmoronamento do império europeu. [...] “Dezenas de milhares de africanos entraram em contato com o mundo exterior, associando-se aos brancos em termos de igualdade e intimidade” (BERGHE, 1966, p. 114-115). E encontraram costumes raciais e políticas distintas das cultivadas pelos líderes e repressores brancos, aos quais tinham, antes, se contido e, ocasionalmente, participavam na destruição bélica de seus dominadores (BERGHE, 1966). Em resumo, segundo este autor:

[...]A experiência da guerra desvendou um mundo novo onde os brancos não podiam conservar a pretensão de ser uma raça superior. Muitos africanos, membros das forças armadas, ao voltarem, descontentes por serem desmobilizados, e incapazes de se reajustar a vida civil, aliaram seu peso a vaga de descontentamento e inquietação do pós-guerra contra o regime colonial. Em parte por causa das limitações educacionais, porém, os soldados raramente atingiram os postos de

comando dos movimentos de independência e as Forças Coloniais conservaram-se altamente apolíticas. Alienados da população civil e do seu próprio corpo de oficiais, as Forças Coloniais restantes ofereceram um perigo especial aos novos Estados, como já tornou evidente com os motins no Congo, em 1960, no Quênia, Uganda e Tânganica, em 1964. (BERGHE, 1966, p.115):

Segundo o mesmo autor supracitado, [...] “por serem julgadas com tal suspeita pela população geral e também por não possuíram uma casta de oficiais de carreira africanos, não puderam ser usados em *putschs*, ou realmente, para nenhum fim social planejado”. A sua adequada essência, várias vezes, fornece constantemente ameaça de conflito as lideranças que julgam proteger. Com instrução desprovida de exercício de oficiais africanos em serviço e o expurgo de classes insurgentes nos velhos exércitos coloniais, estas quando volúveis foram visivelmente temporárias, mas várias dessas tropas permaneceram renunciando em exércitos nacionais protegidos (BERGHE, 1966, p. 115). Ainda segundo o mesmo autor:

Há, naturalmente, algumas notáveis exceções a essas generalidades acerca das Forças Coloniais como uma sujeição aos novos Estados africanos. Em Ruanda, país comprimido entre dois Estados, onde, realmente, houve conflitos, o antigo Exército Colonial apoiou o governo republicano na violenta subversão da aristocracia da Tutsi. No Senegal, o exército duas vezes apoiou Senghor, nos momentos críticos. Em Gana e na Nigéria, as forças armadas até agora têm provado ser dignas de confiança (BERGHE, 1966, p. 115).

Neste ponto, foi instrutivo o episódio do Sudão. Entre 1953 e 1956, cerca de 400 oficiais submissos foram treinados na academia militar de Khartum, de sorte que as Forças de Defesa Sudanesa eram absolutamente chefiadas por africanos independentes. As remotas Forças Coloniais tinham ampliado uma estrutura de oficiais profissionalizados, que foram transformados em Forças de Golpe. Esses se caracterizam por uma corporação de oficiais fortemente profissionalizados e políticos, quando surgiu tal precisão em 1958 (BERGHE, 1966).

É necessário frisar que existem dois pontos cruciais, os quais parecem agir diretamente sobre a confiança e o equilíbrio dessas forças dominantes. O primeiro, é a extensão em que o corpo de oficiais foi africanizado, antes da independência. Um segundo fator importante na resolução do comportamento pós-independência das antigas Forças Coloniais é o nível que possuem de legalidade e prestígio como organização verdadeiramente africana. Em muitas partes da África, como foi observado anteriormente, o povo encarava as Forças Armadas com receio ou oposição, e como símbolo da dominação dos colonialistas (BERGHE, 1966).

Como sublinha Berghe (1966), em algumas sociedades tradicionais, a maioria na África Ocidental da qual a Guiné-Bissau faz parte, o serviço militar achava-se ligado ao status social inferior, e esta atitude foi passada para os exércitos coloniais. A menos que desse essa legitimidade aos militares por parte dos chefes políticos dos movimentos de libertação antes da independência, seu papel, no processo de construção da nação, foi arriscado e tendeu a ser considerado marginalizado. Para o autor:

Gana a disciplina e estabilidade do exército foram, em larga escala, resultado da atitude favorável de Nkrumah, apesar do fato de que apenas 10 % do corpo de oficiais ser africanizado até 1957. O antigo Congo Belga, onde a Force Publique se achava inteiramente afastada da população civil e não possuía oficiais comissionados africanos independentes, é caso extremo, do outro lado (BERGHE 1966, p. 116).

De acordo com Berghe (1966), outro elemento atuante na função das antigas forças coloniais foi sua composição étnica. As potências coloniais geralmente recrutavam tropas sem formação, que formavam guerreiros mais flexíveis e entre grupos com conhecimentos militares ou fama de agressão. Estes não eram as caravanas dos quais, habitualmente, procedia aos dirigentes formados na Europa.

Segundo o mesmo autor (BERGHE, 1966, p.111), “no Quênia, por exemplo, a intelligentsia era principalmente Kikuyu e os Rifles africanos do Rei, em sua quase totalidade, não eram Kikuyu; em Gana e na Nigéria, os recrutas do exército eram na maior parte muçulmanos setentrionais analfabetos e a elite predominantemente cristã e meridional”. Estes diversas pretextos étnicos explicam a animosidade da

intelligentsia, agora às vezes camada predominante, pelos exércitos para ele:

[...] A composição étnica das Forças Armadas tem significado político especial em grandes Estados africanos, tais como Congo-Leopoldville e Nigéria, onde a estabilidade e unidade dependem de um equilíbrio regional e étnico. Sob o colonialismo, o exército foi, essencialmente, instrumento de repressão, objeto melhor assegurado pelas rivalidades étnicas fomentadas e pelo equipamento de tropas entre estrangeiro, ou mesmo inimigos tradicionais. (BERGHE, 1966, p. 166)

Segundo Berghe (1966), as Forças Armadas de um Estado independente têm a finalidade de servir a coesão interna contra ameaças externas. A dificuldade de transformar Forças Coloniais em ferramenta de política nacional não é diminuída quando a estabilização étnica do exército se torna uma esfera política, como na Nigéria, onde a massa das tropas ainda é, maior parte, do Norte, enquanto os oficiais e técnicos foram ultimamente aliciados no Sul.

Berghe (1966) ainda salienta que os empregos educativos das velhas Forças Coloniais permanecem ainda largamente em desavença com os fins dos Estados pós-colonial. Mesmo que as derradeiras Forças Coloniais treinassem alguns mecânicos e técnicos subordinados africanos, e a França imaginasse um exercício militar com a metodologia de absorção da tradição francesa, as Forças Coloniais beneficiavam as tropas primitivas apolíticas, nos ambientes camponeses e tradicionais.

O autor ainda afirma ainda esse autor que as instituições políticas autônomas, por outro lado, buscam desenvolver nas Forças Armadas cultos imbuídas da ideologia nacional. Em algumas Forças Armadas africanas, a coesão interna está sendo requerido, ajustar-se a conscrição militar em pouco espaço de tempo com a educação básica e o ensinamento político (BERGHE, 1966).

Para Berghe (1966), outra forma de integração das Forças Armadas com a população em geral, e de estímulo e bondade com os militares é o uso dos mesmos (Forças Armadas) para fins construtivos, tais como: serviços de saúde pública, socorro, viação e obras públicas. Os da Guiné-Conacri, do Mali e da Tanzânia são exemplos notáveis dessas duas posições.

A Guiné-Bissau é um Estado que afrontou esses procedimentos, mas suas implicações tormentosas ainda prosseguem ultimamente. É assunto que iremos analisar com mais profundidade nos próximos capítulos quando iremos tratar do processo de formação do Estado da Guiné-Bissau. No próximo capítulo, observaremos algumas irregularidades, problemas e interpretações sobre o Estado da Guiné-Bissau, tendo em vista os problemas acima citados pelo Tilly (1996); Herbst (2000) et al.

Em linhas gerais, é importante historiar que todos os autores reconheceram o papel da guerra na construção dos Estados. Esses também, confirmam o papel das Forças Armadas na centralização das instituições dos Estados. Para Tilly (1996), os Estados modernos europeus nasceram como resultados dos empenhos na centralização do poder, elemento capaz de gerar conflitos, isso para impossibilitar sua subordinação a outras organizações estatais, ou se fortificarem, aumentando seu poderio.

Segundo Tilly (1996), o Estado-Nação nasce dos empenhos para cumulação da coerção (através da força) pelos donos de terras, para batalharem, no sentido de proteger e também aumentar sua concentração de terra. Assim sendo, esses criaram formas de extrair capital do povo objetivando aumentar tal acúmulo de bens. Ainda segundo Tilly (1996), as Forças Armadas são consideradas importantes, pois não se balizam apenas as suas respectivas ações, coerção externa e interna na visão dos autores como Tilly (1996) e Castellano da Silva (2011). Isso porque sua competência transmutativa excede esse papel e intervém em outros procedimentos incluídos na formação estatal.

No caso africano, sustentam Herbst (2000), Castellano da Silva (2011) e Vasconcelos (2014), que as organizações políticas coloniais africanas se caracterizaram frequentemente por possuir uma área chefiada por uma capital intensa, garantida por limites geográficos afastados e originais, todavia, que tinham um vazio de domínio nas áreas do interior. Neste contexto, as problemáticas principais para construção estatal na África são a grande área territorial e a respectiva fraqueza demográfica.

Segundo Vasconcelos (2014), no processo de formação estatal da Guiné-Bissau transluzem a consideração e assuntos que transpassam as classes do Estado, as limitações sobre a constituição da identificação nacional, os antagonismos de um modelo clássico estatal, as particularidades e desafios sociais africanos.

CAPÍTULO II - A GUINÉ-BISSAU NO CONTEXTO DAS INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS E O NASCIMENTO DE UM ESTADO AFRICANO

Pretende-se neste capítulo analisar e explicar o papel da guerra no processo da construção do Estado pré-colonial na Guiné-Bissau. Isso será realizado levando-se em consideração que o processo de formação do Estado teve uma diferença histórica que foi a sua independência, depois de 11 anos de luta libertação nacional, algo que não aconteceu com os outros países da sub-região (África Ocidental). [...] “Trata-se de um processo de luta de libertação nacional na qual as práticas dos atores políticos guineenses, no seio do PAIGC durante aquele período, legitimaram a proclamação da República da Guiné-Bissau como um Estado independente e soberano” (AMPAGATUBÓ, 2008, p.121). Nessa discussão ainda, podemos ver a reflexão de Gomes (2010) sobre os Estado Africanos é que:

“um dos mais importantes aspectos do debate histórico contemporâneos sobre os Estados africanos independentes tende a sublinhar uma das grandes diferenças entre a África e a Europa. Enquanto que na história europeia a construção política do Estado foi consequência do processo de unidade nacional conquistada no curso dos séculos, no continente africano, esse mesmo processo foi inverso, isto é, deu-se primeiro a construção do Estado e só sucessivamente se veio a verificar a unidade nacional”. (GOMES, 2010, p.10)

Ainda de acordo com Gomes (2010), portanto, a nova forma de organização africana tentou organizar e integrar as populações de diferentes realidades social e cultural em torno dos seus respectivos territórios.

2.1 A origem da formação social guineense

De acordo com Ampagatubó (2008) o processo da formação social guineense relaciona-se com a história do Sudão; concretamente do Sudão Ocidental. A grande parte dos povos do atual território de Guiné-Bissau, exceto os crioulos, é oriunda de certas populações, as

quais na época conviviam naquela localidade do Sudão Ocidental, concretamente na Senegâmbia pré-colonial. Segundo Ampagatubó (2008, p.80) “nestes países como na Guiné-Bissau, conviveram vários povos ou etnias vindas do antigo Sudão Ocidental que virão fazer parte das estruturas das Forças Armadas de Guiné-Bissau durante a luta de libertação nacional”. Como pode ser visto na figura a seguir, em que a mapa representa a região da antiga Senegâmbia (Senegâmbia pré-colonial) onde se localiza a atual Guiné-Bissau e os países fronteiriços com este território.

Figura 1 - Mapa da Região da Senegâmbia pré-colonial

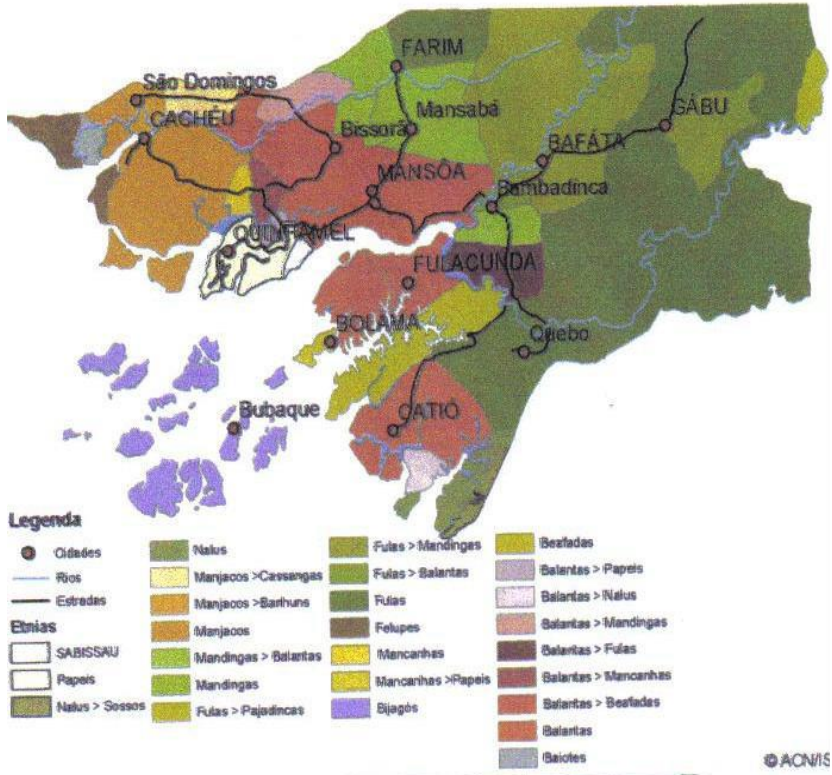


Fonte: Google Mapas (2015).

Conforme Ampagatubó (2008), os processos que explicam as imigrações desses povos para o atual Guiné-Bissau têm a ver com os problemas de vários fatores: o movimento migratório na região, relacionado ao desmoronamento do Império Gana e do Império do Mali; e das grandes guerras que aconteciam dentro desses impérios, Gana, Mali e Sonhai, que englobava toda essa região de África Ocidental, a região de Senegâmbia pré-colonial. Esse processo acabou levando os povos que viviam nessas regiões a imigrarem para atual Guiné-Bissau. Portanto, acabou ajudando a formar vários povos de diferentes culturas e línguas no único território que é conhecido hoje como Guiné-Bissau. Ainda conforme o mesmo autor

“Este será um longo e complexo processo de gestação e formação social guineense através das relações e ou interações interétnicas (em uma primeira fase) e mais tarde com a colonização dos europeus, sobretudo os portugueses, quem possibilitou a formação de grupos sociais heterogêneos. O mapa 2 representa o espaço territorial designado hoje por Guiné-Bissau. Também aqui convivem vários povos ou etnias vindas do antigo Sudão Ocidental como já se referiu nas páginas anteriores” (AMPAGATUBÓ, 2008, p.81).

Figura 2 - Mapa Étnico de Guiné-Bissau.



Fonte: Nóbrega (2003, p. 13).

Ainda sobre o processo de formação social guineense. De acordo com Ampagatubó (2008, p.84):

“Os grupos étnicos que normalmente povoam o litoral do país são geralmente conhecidos como animistas. A expressão *animista* foi utilizada na era colonial para designar os grupos étnicos que não aderiram ao cristianismo e nem o islamismo, continuando fieis às suas religiões tradicionais. Nesta dissertação foram designados como sociedade tradicional. São compostas por: Balantas (Balantas Manés, Cunantes e Nagas), Djolas (Baiotes e Felupes), Barlhuns, Cassangas e Cobianas, Mancanhas (Brames), Manjacos e

Papéis, Bijagós, Biafadas, Nalus, Bagas, Landumãs. Dentro deste primeiro grupo, houve algumas etnias que foram influenciadas pelo Islã através dos Fulas e Mandingas. São elas, o Balantas Manés, Biafadas, Nalús e Cassangas”.

Durante década de 1950, segundo Gomes (2010), constatou-se o fim dos impérios colonialistas na África. Neste período o Reino Unido e a França fizeram uma transferência de poder de forma pacífica e negociada com as populações colonizadas. Por sua vez, Portugal negava qualquer tipo de diálogo com os dirigentes políticos dos países colonizados. Contudo, tentou de todas as formas atrasar uma solução, começou a criar províncias ultramarinas, não permitindo que os povos africanos se tornassem independentes, isso levou os últimos à luta armada.

Ainda segundo Gomes (2010), nos primeiros anos do século XX, os regimes políticos que vigoravam em Portugal eram a ditadura militar e o Estado Novo defendiam o império português. As várias ameaças externas, que Portugal confrontava, levaram à adoção do Ato Colonial em 1930, o qual tem como objetivo colonizar o império ultramarino. Para autora:

[...] A identidade nacional pressupunha o projeto colonial e vice-versa. Por outro lado, a expansão econômica portuguesa do pós-guerra, possibilitada, sobretudo graças à subida dos preços dos gêneros colônias, deu novo impulso às exportações e reforçou os laços comerciais entre a Metrópole e o Ultramar. Paralelamente à evolução econômica positiva de Portugal, iniciava-se a crise geral e o descontentamento nas suas colônias. Foi em resposta a esta situação de crise em que 1951 o governo de Salazar decidiu pela revisão constitucional, abolindo o Ato Colonial e transformando as colônias em *províncias ultramarinas*, evocando assim uma nação pluricontinental. (GOMES, 2010, p.25, *grifo nosso*)

De acordo com Gomes (2010), neste momento, 1956, o Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde (PAIGC) através das suas Forças Armadas desempenhavam papel central no processo de construção do Estado. Essa função consertou em estrutura e

formou um contra poder, permitindo a formação de um Estado Independente.

Segundo Gomes (2010) O processo de formação de Guiné-Bissau e Cabo-Verde faz do PAIGC um movimento político histórico. A forma como o processo de criação do PAIGC se deu por meio das ideologias seguidas, e conquistas sociais políticas conseguidas deram-lhe as características únicas. Desempenhava a função de uma organização política e revolucionária. Para autora, (2010, p.34) “O PAIGC, nasceu de uma profunda massa popular. Neste sentido, assumiu-se como um partido revolucionário, na medida em que era portador de uma mensagem de viragem cultural”.

[O movimento de luta de libertação é acima de tudo um ato de cultura (...). A cultura é o próprio fundamento do movimento de libertação e apenas podem mobilizar organizar-se e lutar as sociedades que preservaram a sua cultura. Esta qualquer que sejam as características ideológicas ou idealistas da sua expressão é um elemento essencial do processo histórico. Compreende-se assim que, sendo a dominação imperialista a negação do processo histórico da sociedade dominada, ela seja necessariamente a negação do seu processo cultural. (CABRAL, 1974, p. 24, Apud, GOMES, 2010)

Conforme Candé (2013), toda essa situação demonstrou que Portugal não estava interessado em negociar as independências das suas respectivas colônias. Assim sendo, esse processo pode ser compreendido através das várias manifestações pelas colônias e que deram respostas por meio da violência do governo português, resultando em vários massacres.

Ainda conforme Candé (2013), essa onda de contestação pacífica, que culminou no massacre durante a década 1950 e 1960 levou as lutas armadas de libertação nacional nas antigas colônias portuguesas explicadas através por vários motivos como melhores condições de trabalho e salário, trabalho forçado, excessos de violências, abuso do poder, discriminação racial e obtenção da independência. Salienta a autora de que [...] “na Guiné-Bissau, todos os movimentos nacionalistas se encontravam na clandestinidade devido à repressão da polícia política do regime português, chamada de Comandos colonial (PIDE), que

impedia aos seus ativistas desenvolverem as mobilizações de forma direta”. (CANDÉ, 2013, p.144)

O momento anterior ao Massacre de Pindjiguiti de 03 de agosto de 1959 na Guiné-Bissau foi conduzido pelos guineenses como um enfretamento da pressão colonial. As estratégias utilizadas por nacionalistas baseavam-se em ajudar a maioria dos trabalhadores em orquestrar paralisações para reclamar seus direitos legítimos de povo da Guiné-Bissau, a obtenção da independência da soberania (CANDÉ, 2013).

2.1.1 Do massacre de pindjiguiti a luta de libertação nacional

Segundo Candé (2013), levando em consideração as informações anteriormente relatadas, os trabalhadores portuários deliberaram organizar em 1959 com os mesmos propósitos da primeira greve, nessa condição dirigidos pelo Movimento da Libertação da Guiné (MLG). Todavia, os portugueses deram respostas violentas, justificando a greve como ilegal.

Naquele momento havia intervenção do exército português junto aos manifestantes para reprimir e colocar ordem obrigatoriamente, isso levou a inúmeras vítimas. [...] “O Massacre de Pindjiguiti, de 03 de agosto 1959, constitui-se num marco da repressão que a administração colonial executou contra os marinheiros e estivadores no Cais de Pindjiguiti, devido a uma greve organizada por estes no intuito de reivindicar melhores condições de salário” (CANDÉ, 2013). A autora sustenta ainda que:

“Depois de assassinatos dos estivadores portuários e de marinheiros em greve, os Bissau-guineenses acompanharam de perto os reflexos da repressão do regime colonial. Com objetivo de neutralizar a repressão colonial após o Massacre de Pindjiguiti, a elite intelectual reformulou as estratégias junto às massas populares. Desse modo, surgiu a necessidade de uma organização mais consistente para enfrentar a administração colonial: a via armada”. (CANDÉ, 2013, p.146)

Na concepção da autora supracitada, essa situação foi mais difícil para os nacionalistas, os colonialistas utilizaram a força para manter o poder da coerção. Assim sendo, além do uso da força eles ativaram outros meios de repressão a população. Fizeram subir os preços dos

alimentos, também acionaram a fome como meio para reprimir e intimidar os nacionalistas. Logo, a situação gerou maiores reclamações das populações como podemos observar na reflexão:

“Cabe lembrar que o uso da fome como recurso para oprimir não se limitava apenas a Guiné-Bissau, mas também às ilhas de Cabo Verde, cuja população era submetida a esta condição pelo governo português, que entre 1958 e 1959 obrigou milhares de jovens cabo-verdianos a trabalharem nas plantações portuguesas de outras colônias. A repressão portuguesa não se limitava apenas a esse modo de operar. Ampliava as suas táticas com bombardeamento de aldeias como forma de aterrorizar e intimidar as massas populares que apoiavam a elite intelectual local no tocante ao movimento de libertação nacional” (LOPES, 1996, Apud, Candé, 2013, p. 146)

Para autora, todos esses acontecimentos obrigaram ao PAIGC a organizar os camponeses do interior para aderir à luta de libertação nacional. As várias contestações por parte dos colonialistas portugueses tramaram uma maior mobilização das classes populares a fazer parte da estrutura das Forças Armadas como forma de defender a soberania nacional obrigações. Diferente dessa condição, os colonialistas iniciaram a perda do auxílio de algumas etnias que os apoiara anteriormente, devido ao uso do poder, cobrança de impostos e não cumprimento das suas obrigações (CANDÉ, 2013).

Ainda segundo Candé (2013, p. 147,) [...] “depois dos acontecimentos do Massacre de Pindjiguiti, PAIGC decidiu através das Forças Armadas darem corpo ao projeto de luta armada. A partir desse momento, as mobilizações se intensificaram entre os bissau-guineenses e caboverdianos, que partilhavam do mesmo ideal para liquidar o colonialismo”. Para Candé (2013), a finalidade da guerra pela independência objetivava a unidade entre duas nações, as quais fizeram uma trajetória para obtenção das suas respectivas independências, almejando acabar com a presença dos colonialistas. Cabral resguardou seu plano de unidade de duas nações com objetivo na aliança histórica entre os dois países.

Conforme Oramas (1998 apud CANDÉ, 2013 p. 149), [...] apesar de tais laços históricos, esses dois povos não se reconheciam mutuamente como um só povo. Portanto, é a partir deste momento que a

ideia da unidade africana é redesenhada sob novos contornos na Guiné-Bissau, objetivando a congregação étnica sem distinção de pertencimento étnico e religioso, como também da unidade com os filhos de Cabo Verde. Isto seria a ideia que conduziria a mobilização para a luta, unidade e luta. Nesse sentido, Amílcar Cabral desempenha um papel decisivo na criação de estrutura política binacional e bi territorial que engloba a Guiné-Bissau e Cabo Verde.

De acordo com as afirmações Candé (2013), o PAIGC traçava os seus planos que se resumiam entre o programa mínimo e o maior. A finalidade menor centrava no preparo de todas as organizações com objetivo de alcançar a independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde, entre outros planejamentos, que proclamava as necessidades dos guerreiros (programa maior). Com isso, a autora coloca que:

[...] Este programa traçava nove pontos, a saber: 1) independência imediata e total; 2) a unidade da nação na Guiné-Bissau e em Cabo Verde; 3) a unidade dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde; 4) A unidade africana; 5) o regime democrático anticolonialista e anti-imperialista; 7) a justiça e progresso para todos; 8) A defesa nacional eficaz e ligada ao povo; e, 9) a política internacional própria no interesse da Nação, da África, da paz e do progresso da humanidade. (CANDE, 2013, p.150)

Segundo Candé (2013), a preparação para luta de obtenção da soberania nacional, em 1959, fez com que Amílcar Cabral juntasse os guineenses e cabo-verdianos em Senegal com intuito de proporcionar a unidade das duas nações, por meio da organização dos povos da Guiné-Bissau e Cabo-Verde em prol da luta pela independência nacional. Frisa ainda que esse encontro em Dakar foi o marco da fundação do PAIGC. A partir deste momento com a contribuição da população fez com que o PAIGC conseguisse desencadear uma ação ofensiva contra os colonialistas.

No entanto, é importante frisar que o partido se deparava nas suas organizações com as pessoas de baixo nível de escolaridade e tinha que suprir esse problema por meio de cursos de alfabetização e formação desses quadros. Referente à educação, a mesma era responsabilidade das escolas missionárias ou das igrejas. As populações nativas não tinham obrigação à formação, isso se verificou em todas as colônias portuguesas na África (CANDÉ, 2013).

Conforme Candé (2013), o primeiro momento da organização e mobilização das pessoas em torno da luta foi em Bissau. Desta forma, os nacionalistas estabeleceram suas primeiras relações com as pessoas que tinham domínio da leitura e da escrita, que moravam nas regiões urbanas, concretamente Bissau.

“Segundo a autora, o processo de mobilização foi desencadeado nesses estratos sociais acima referidos, sendo o PAIGC o representante dos interesses dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde nas reivindicações contra o sistema colonial. Não obstante, nem todos estavam comprometidos para lutar contra a dominação estrangeira, em particular a pequena burguesia que não se manifestou em renunciar aos privilégios concedidos para aliar-se à defesa da população. O Massacre³ de Pindjiguiti confirmou, para os movimentos nacionalistas da Guiné-Bissau, que o processo da independência não passaria pela mesa de negociações. A prepotência dos colonialistas ficou evidente depois acontecimento de 03 de agosto de 1959, reforçando, a sua posição de responder com violência a todo e qualquer movimento que viesse a contestar o regime colonial”. (CANDÉ, 2013, p.152).

Com isso, podemos ver que a reflexão da autora citada acima é que, os acontecimentos do Massacre de Pindjiguiti ajudaram o PAIGC a organizar a sua estratégia para enfrentar a luta. E foi com esse desejo que as massas populares concluíram que não era possível desencadear a luta armada na cidade de Bissau. Nesse sentido, o PAIGC foi obrigado a intensificar-se junto às populações objetivando o confronto às repressoras colônias através das suas Forças Armadas. Ainda na visão Candé, (2013, p. 152):

³ Massacre de Pindjiguiti de 03 de agosto de 1959. Foi um acontecimento, onde os funcionários trabalhadores portuários reivindicavam os seus direitos juntos a administração colonial portuguesa. Durante essa greve registrou-se 50 mortes e centenas de feridos. Ficou marcado na história da Guiné-Bissau como o marco da luta da libertação Nacional.

Os desdobramentos dessa reformulação de estratégia de luta abrem uma nova etapa, o deslocamento do combate para o interior do país (zonas rurais) e a mobilização das massas camponesas local para aderirem às fileiras das Forças Armadas. Deste modo, Amílcar Cabral estabelece as linhas gerais de um plano de ação que orienta a organização da luta: a) mobilizar e organizar sem demora as massas camponesas, que a experiência revelou ser a força principal da luta de libertação nacional; b) reforçar a organização nos meios urbanos e mantê-la na clandestinidade, evitando toda e qualquer manifestação pública; c) desenvolver e reforçar a unidade dos africanos de todas as etnias, de todas as origens e de todas as camadas sociais à volta de partido; d) preparar o maior número de quadros, tanto no interior como no exterior, para a direção política da organização e para o desenvolvimento vitorioso da luta; e) mobilizar os emigrados residentes nos territórios vizinhos a fim de servirem à luta de libertação e ao futuro do povo; e, f) lutar para obter os meios indispensáveis à continuação vitoriosa da luta.[...]

Para ela, este momento foi considerado a segunda fase da organização da luta armada que marca a presença dos camponeses na mobilização no contexto da libertação nacional. A tática incidiu-se no cotidiano das massas camponesas. Esse processo de mobilização dos camponeses instituiu-se em um momento delicado para a organização contra o domínio colonial, pois não se relacionava a uma condição exploratória de trabalho, como ocorrido em Angola e Moçambique. No contexto da Guiné-Bissau os colonialistas não instituíram empresas como acontecia nos países anteriormente referidos.

De acordo ainda com Cabral (1975 apud CANDÉ, 2013) na Guiné-Bissau a terra era propriedade da coletividade da *tabanca*, no qual alguns pequenos campesinos não constituíam das consequências da dominação colonial, pois a terra permanecia como um bem comum de toda a *tabanca*. Para autora:

“A cidade de Bissau era toda dominada pelo governo português, visto que todas as empresas eram controladas por eles e a população urbana dependência única e exclusivamente do comércio

e emprego das empresas colônias existentes na cidade e, por isso, era fácil ser manipulado pelas autoridades colônias nessa relação de dependência. Apenas a população urbana não teria condições de dar corpo à luta armada, pois haveriam sempre os infiltrados que atrapalhariam a organização da luta, visto que, alguns haviam sido corrompidos pelos privilégios concedidos pelo governo colonial concedido pelo governo colonial, de integrar a sociedade como assimilados”. (CANDÉ, 2013, p. 153)

De acordo com Candé (2013), após várias problemáticas deparadas por Amílcar Cabral no contexto da organização da população para a luta armada, as massas populares surgiram com a principal força corporal da guerra de libertação nacional com apoio de algumas elites. É importante ressaltar o desempenho dos vários grupos étnicos que participaram no processo de Luta Armada.

Na visão de Gomes, (2010, Apud Candé, 2013), o processo de organização para a luta armada, todos os grupos sociais desempenharam suas respectivas funções durante a guerra de libertação. O apoio desses grupos ajudou nas estratégias desenvolvidas pelo PAIGC na condução da luta para independência nacional.

Para Candé (2013), tendo-se em conta o processo da luta armada, é oportuno realçar que a condução da luta por meio da frente única, da união, sem elevar os problemas étnicos e sociais, foram aderidas pelas populações camponesas nas fileiras do partido. Para autora:

“O massacre de pindjiguiti em Bissau foi considerado como um ato marcante para a libertação do povo da Guiné-Bissau. O massacre teve um efeito catalisador, forjando a consciência nacional dos bissau-guineenses que, embora em uma fase incipiente, convocou a unidade com os cabo-verdianos para a viabilização da luta conjunta de libertação nacional contra a opressão colonial”. (CANDÉ, 2013, p.157)

De acordo com Candé (2013), a situação após o massacre de pindjiguiti juntou as duas organizações nacionalistas, PAIGC e MLG em uma frente de combate possibilitando a Amílcar Cabral representar os desejos das duas nações (Guiné-Bissau e Cabo-Verde) no contexto

interno internacional. Além de orientar as estratégias políticas ideológicas do partido durante a contestação da independência dos dois países.

Ainda de acordo com Candé (2013), esse foi o objetivo traçado durante toda a luta, fundamentado na união das duas nações, estabelecendo assim, uma organização política de grande dimensão genuinamente nacional, que concebeu a preocupação contestatória para a independência nacional. Conforme a sua análise [...] “os símbolos representativos destes dois países foram traduzidos num único Partido (PAIGC). Unidade acentuada em uma aproximação histórica entre dois povos, que na verdade estão ligados pelos laços de ancestralidade comum”. (CANDÉ, 2013, 158).

Figura 3 - Mapa da Região Sul de Guiné-Bissau.



Fonte: Google Maps (2015).

Candé (2013) ainda salienta, que no contexto externo, as estratégias conglomeram-se na passagem do Secretariado do partido para Conacri, no país vizinho de Guiné-Bissau. Assim sendo, Amílcar Cabral resolveu estender a sua estratégia fora do território de Guiné-Bissau, Angola e Lisboa, delineando de maneira primordial sua presença em conferências internacionais.

Em fevereiro de 1960, foi organizada a primeira conferência no Reino Unido, onde foi acusado de maneira decisiva o colonialismo português, suas estratégias políticas e o seu Estatuto indígena de imposto sobre as suas respectivas colônias. Como consequência, Amílcar Cabral organizou uma mobilização internacional, admitindo o comando das organizações nacionalistas de Guiné-Bissau e Cabo Verde. De acordo a autora:

[...] “Com fins de fortalecer a mobilização interna e externa, Amílcar Cabral, cria em dezembro de 1960, o primeiro jornal do partido, denominado Libertação, um instrumento imprescindível na divulgação, agitação e denúncia do colonialismo português. Através do jornal, Cabral conseguiu expressar as ideias centrais do partido e os fins que justificaram a criação de movimentos nacionalistas; com isso, a nível interno e externo, o jornal era um meio para tornar conhecidas as hostilidades do colonialismo português na Guiné-Bissau”. (CANDÉ, 2013, p.159)

Consoante Candé (2013), diz que é oportuno afirmar que a internacionalização do PAIGC se relaciona a precisão em arquitetar um fórum de diálogos entre as colônias, que objetivava regularizar as organizações nacionalistas na conjuntura internacional. Além de obter auxílio internacional, assim como, organizar grupos unidos para enfrentarem de maneira assertiva as estratégias dos colonialistas.

Para Candé (2013, p. 159), [...] “todas essas questões estão rubricadas nas resoluções das conferências de Manchester e da África Ocidental, sob liderança de Kwame N’Krumah, na década de 1950”. É benéfico afirmar que os anos de 1950 foi assinalada por contestações políticas, por meio de outras maneiras, contra a dominação estrangeira. “tão importante quanto as duas conferências acima mencionadas é a Conferência de Bandung (1955), que declarou apoio incondicional à independência para todos os povos, além de postular ajuda mútua entre os povos da Ásia e da África na luta pela libertação”. (CANDÉ, 2013, p.159)

Candé (2013) ainda sublinha que a conferência de Bandung, que anunciava a luta contra a repressão colonial na África em reciprocidade com uma frente definida de representação internacional, e a Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-asiáticos no Cairo (1957) sinalizavam o período das independências das colônias africanas. Durante essas conferências, o objetivo central fundamentava-se na consideração da independência das colônias africanas.

Estes acontecimentos aumentaram a vontade de lutar contra a preponderância colonial, objetivando assegurar o trabalho da libertação no continente em que Candé reafirma que:

[...] “Neste cenário, podemos perder de vista a influência do reflexo de efervescência da unidade

africana que permeava o continente e que, sem dúvida, orientou a criação destas ações políticas conjuntas dos movimentos nacionalistas das colônias portuguesas. Este espírito de unidade estava evidente também no contexto interno de cada colônia no que se refere à articulação que se fazia, a fim de criarem uma única frente de representação política, que apregoava em nome de todos os movimentos”. (CANDE, 2013, 161).

Como já havíamos referido anteriormente, o objetivo deste trabalho, é testar a teoria de Tilly (1996) em Guiné-Bissau no período pós-independência. Resolvemos voltar ao período pré-colonial e colonial para poder dar mais consistência ao trabalho. Partimos do princípio que é difícil entender o processo de formação de Estado sem voltar um pouco ao seu passado histórico.

2.2 O início da luta armada de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde

Segundo Candé (2013), o ano de 1963 assinalou o começo da guerra de libertação nacional. O sucesso da guerra não demorou, pois, o objetivo da luta era relacionado aos benefícios do sul do país em semelhança à sua composição geográfica e suas condições adequadas. Nesse aspecto, para autora [...] “O Sul é considerado o chão dos Nalus e Balantas, etnias que são conhecidas pela tradição agrícola, em particular o cultivo de arroz. Em vista disso, dominavam a geografia da região, principalmente no que refere a atravessar os rios que dividiam as tabancas umas das outras” (CANDE, 2013, p.168).

Ainda segundo ela, a junção de distintas etnias foi determinante para o início da guerra pela independência, uma vez que todas essas classes sociais levaram para a luta os seus conhecimentos de guerrilha nas expedições de pacificação, executado pelo colonialismo português durante décadas de 1915 a 1930. É importante frisar que a luta armada pela independência na Guiné-Bissau durante a década de 60 foi o marco oficial da unidade africana. A partir desse período, os dirigentes políticos revolucionários do PAIGC iam começar a preparar a estrutura do futuro Estado de Guiné-Bissau.

Com a necessidade de instituir as diretrizes políticas que guiassem a coordenação da luta armada para a independência dos países

africanos, os dirigentes dos Estados independentes resolveram se encontrar em Adis-Abeba (Etiópia), com o intuito de constituir um Comitê da Libertação Africana, que tinha como missão, organizar e conduzir os nacionalistas para prosseguirem a guerra pela independência no continente. Como podemos ver:

[...] “A reunião protagonizada por Kwame N’Krumah (Gana), SekouTuré (Guiné-Conacri), Abel Gamal Nasser (Egito), dentre outros líderes, selava a criação da Organização de Unidade Africana (OUA), no dia 25 de maio de 1963, com propósitos de renovar votos de solidariedade para com os países colonizados e mobilizar apoio internacional para pôr fim ao colonialismo, como analisado anteriormente. No início da luta, devido às dificuldades de conduzir as munições para abastecer as frentes de batalha, os guerrilheiros contavam com algumas pistolas e metralhadoras que eram incompatíveis com o arsenal e o aparato militar de que dispunham os colonialistas portugueses”. (CANDE, 2013, 168)

Ainda conforme Candé (2013) os líderes do PAIGC beneficiavam-se do conhecimento territorial do país, o que lhes ajudara nas estratégias para enfrentar os colonialistas, permitindo-lhes acomodar devido às abundâncias de materiais, produtos importantes para a guerra contra os colonialistas. Foi durante essa definição que os colonialistas portugueses aumentaram os ataques tanto nas regiões urbanas quanto no interior do país contra as populações do sul de Guiné-Bissau, aos ajudantes ligados ao PAIGC, no sentido de dominar aos combates.

De acordo com Cabral (1977 apud CANDÉ, 2013), intimidados perante as táticas e os avanços dos libertadores, os exércitos dos repressores desencadearam em todo o país, especialmente no Sul, a contenção militar e policial contra as populações locais, sobretudo, contra os acusados de fazerem parte do PAIGC. Os colonialistas prenderam, castigaram e assassinaram, massacraram populações e incendiaram todas as *tabancas*.

Segundo Candé (2013), todas essas situações anteriormente relatadas não fizeram recuar o PAIGC, e o alargamento da luta armada intensificou-se nas zonas interioranas da Guiné-Bissau, coordenadas em composições adequadas às frentes, norte, sul e leste, na definição militar, divididas em pequenas regiões e integração dos combatentes.

Essa estrutura está fundamentada nas instituições do país, adotando as pertenças das novas estruturas das Forças Armadas.

Candé (2013) frisa que a luta armada não ocorreu de maneira igual em todas as frentes do combate. Era claro que ao concordarem entrar na luta armada, os nacionalistas estavam rejeitando a soberania dos colonialistas e logo a sua preponderância cultural. No entanto, igualmente estavam confirmando suas atitudes sobre a valorização dos conhecimentos culturais no significado de pertencerem ao seu espaço ou a certo território.

A guerra, a qual estava constituindo a Nação africana, os planejamentos não foram bem preparados, por ensejos de conflitos entre vários estratos sociais e as separações designadas pelos próprios invasores portugueses, por exemplo, indígenas e assimilados. [...] “A Guiné-Bissau como os demais países africanos, que estavam em processo de formação, ficava cada dia mais consciente de si mesma, mas ao mesmo tempo, era necessário se manter vigilante em relação ao desenvolvimento do fenômeno classe no seio desta nova nação” (CANDÉ, 2013, p. 170). Nessa reflexão a autora aponta que:

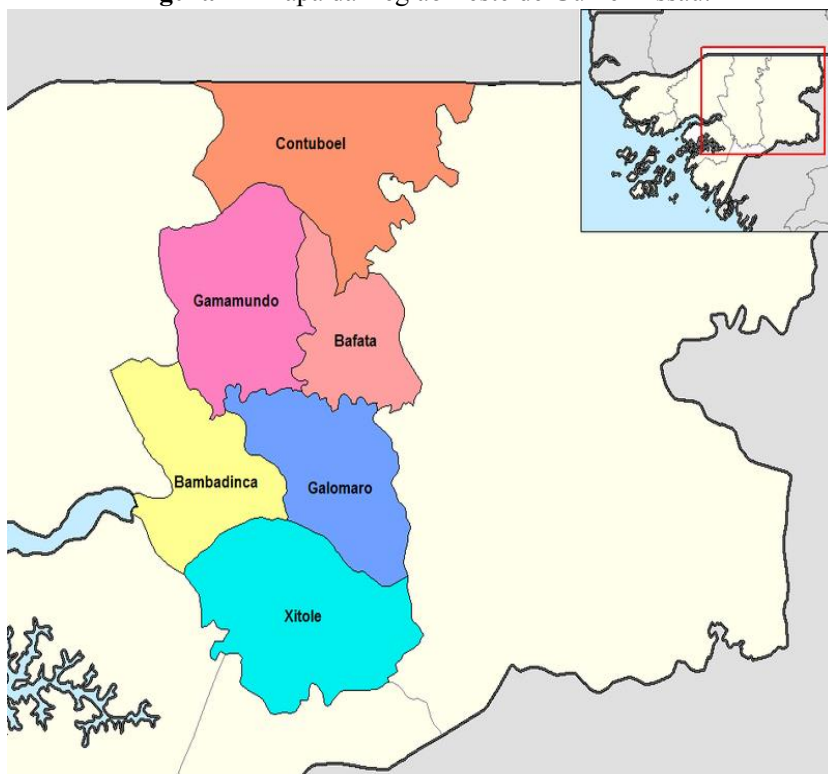
“Entretanto, a luta nos dá uma experiência baseada exatamente neste postulado, pela qual não só reforçaremos cada dia mais na nossa unidade política e moral como nação, mas também reforçaremos a nossa vigilância para evitar que o problema da luta de classes venha a tomar um aspecto que possa ser prejudicial ao progresso do nosso próprio povo. Por certo, há exceções, entretanto nem todos se manifestavam dessa forma. Diferente da frente sul, nas outras frentes, como por exemplo, a frente leste, havia uma forte colaboração dos chefes de tabanca, ou seja, chefes locais que eram intermediários e confidentes do regime colonial. No Leste, povoado pelo grupo étnico dos Fulas, que na sua maioria eram aliados dos portugueses e mantinham estreita ligação com o regime colonial, essa relação ocorreu de forma diferente”. (CANDÉ, 2013, p. 170)

Para o PAIGC (1974), as massas populares organizava-se para denunciar a presença de qualquer rebelião que não seja das tropas coloniais portuguesas. Dessa forma, também algumas lideranças tradicionais (grandes anciões) se colocaram contra a organização da luta

contra o regime colonial. Em detrimento de conseguir altos cargos coloniais, entre outras vantagens (PAIGC, 1974).

É importante sustentar que todo o processo para organização e mobilização objetivadas por Amílcar Cabral ressaltava o valor das lembranças culturais locais, como elemento primordial da condução da guerra contra os repressores coloniais. “Cabral tinha noção de que, para conseguir ampliar a luta, num contexto em que reinava falta de conhecimento, determinadas “fé” ancestrais contribuíram transformar-se num ensejo libertador”. (CANDÉ, 2013)

Figura 4 - Mapa da Região Leste de Guiné-Bissau.



Fonte: Google Maps (2015).

De acordo com Davidson (1976 apud CANDÉ, 2013, p.171), a luta da libertação nacional também é uma luta cultural, de preservação da cultura e da recusa de submissão colonial. Desta maneira, se por um lado a recusa da imposição do domínio cultural europeu incentivou a

convivência e troca de experiências culturais diferentes entre as etnias de Guiné-Bissau, por outro, forjou um projeto comum: a cultura de libertação nacional. Isto também foi testemunhado por Cabral. Considerado como um dos precursores do projeto de unidade étnica que visava dissipar as diferenças entre os diversos grupos étnicos, Cabral estabeleceu um espírito comunitário e forjou a mobilidade territorial através de um vínculo de comunicação nacional: o crioulo, uma língua de unidade nacional, que englobava o país em uma só nação, em uma só língua nacional.

Segundo Candé (2013), logo, as populações de diversas etnias viviam e mantinham laços de autoajuda, edificando assim os vínculos de coesão interna. De tal modo, a preparação para a guerra não só idealizou o projeto dos dois países, mas traçou também uma integração étnica que geriu o processo de emancipação política. Porém, esta relação étnica foi peremptória para a criação do Estado, estimulou o procedimento de construção do Estado-Nação da Guiné-Bissau e Cabo-Verde teve a sua origem na guerra contra os colonialistas. De acordo com Liberato (1992), a presença colonial gerou conflitos étnicos, mas esses conflitos já aconteciam no passado. As mudanças que foram feitas têm relação com o tratamento em referência, esses acabaram por dar o significado ao conceito (LIBERATO, 1992).

Os processos de formação dos Estados da Guiné-Bissau e Cabo-Verde obrigaram o PAIGC, a investida de uma nova diligência igualitária, fundamentada não só nos princípios de mudanças ideológicas, mas também em uma modificação política, competência permanente de reorganização e remodelações das estruturas e das táticas da guerra. De acordo com Candé (2013), a perseverança em combater os colonialistas e o anseio da libertação nacional, incentivou os líderes do PAIGC a continuar com a guerra de independência para obtenção da sua própria soberania, abaliza prejuízo acordo da união das experiências e forças originárias de diferentes classes sociais, procedendo numa compaixão de coesão nacional ligado a uma nação que se almeja ser autônoma (HANDÉM, 1989). Contudo, segundo Candé (2013, p. 279) vale sublinhar:

É desta unidade, baseada em uma vontade comum de libertação do jugo colonial, que vai nascer à guerra e é desta guerra que vai emergir a consciência nacional, compreendida como o sentimento de pertença a uma comunidade que ultrapassa as fronteiras étnicas, ou seja, uma

comunidade pluriétnica.

Após repartições nas frentes de combate, o PAIGC através das suas Forças Armadas iniciou a definição dos seus espaços territoriais, que em seguida compuseram o território emancipado do país. Os colonialistas naquela época não tinham reconhecido o PAIGC como a organização política, a qual almejava a independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde, somente subestimavam a essência dos pequenos grupos de bandidos do mato e decidiram seguir para a região sul do país, com o seu arsenal de guerra para combater os apelidados militantes do partido (CANDÉ, 2013).

Conforme Candé (2013), na tentativa de responder esse ataque, entre janeiro e março de 1964, o PAIGC através das suas Forças Armadas desencadeou uma forte batalha contra os colonialistas portugueses na Ilha de Como (sudoeste de Guiné-Bissau). Esse acontecimento, apelidado de Batalha de Como, compõe uma das mais importantes investidas desenvolvidas pelo PAIGC, também foi um dos mais duros e prósperos combates na Guiné-Bissau, culminando em grandes números de perdas militares ao colonialismo português durante setenta cinco dias.

Segundo Gomes (2010), tendo em conta a alargamento das frentes da luta, o PAIGC através das suas Forças Armadas alcançou diversos propósitos fundamentais: garantir o comparecimento em várias frentes de guerra, impulsionar a estratégia para contestar os planos dos colonialistas portugueses, consentir o alargamento de um dispositivo de comunicações e avaliar uma disposição sistêmica ou de tática através do Comando de Combate, que efetivamente representa um Estado-Maior.

Dessa forma [...] “dos três mil soldados envolvidos no ataque, dois mil haviam sido transferido há pouco de Angola para a Guiné. Ao contrário dos que chegavam direto de Portugal, os primeiros já estavam preparados para a luta contra guerrilheiros africanos”. Habitados ao clima, aos bichos, adotando normalmente seus medicamentos de combate à malária, os exércitos coloniais portugueses atacaram os guerrilheiros em diferentes frentes de combate com a ajuda de aviões (CANDÉ, 2013, p. 172).

Esquadras de jatos arremessavam em direção ao mato, afastadas do mar, em certas regiões, aproximadamente três quilômetros das areias e pântanos, de vasta terra plantada. “Como era circulada pelos rios e por mares, os quais dividiam o continente, os exércitos portugueses apanharam os combatentes ligados ao PAIGC em circunstância

controversa”. Os exércitos coloniais progrediram em várias regiões de combate, resguardados pelos aviões e por armas pesadas. Adiantamento acelerado nos momentos iniciais, os exércitos portugueses contiveram as seguintes apreensões no começo: combater *tabancas* onde as Forças Armadas do PAIGC necessariamente conseguiam incendiar cultivos de arroz, como a forma de coagir (AZEVEDO, 1977 Apud CANDÉ, 2013).

Para autora, [...] “esse território passou a fazer parte das regiões denominadas de zonas libertadas, que estavam sob domínio do PAIGC, as quais tinham como comandante das operações, João Bernardo Vieira (Nino Vieira), responsável pela frente sul”. (CANDÉ, 2013, p.173)

Consoante Candé (2013), a conquista em Como, estabelece o maior sucesso militar que em determinado grau foi o alicerce de diversas conquistas das Forças Armadas no transcorrer da década de 1964. A autora lembra que Cabral afirmava que a *Batalha de Como* impulsionou de forma eficaz o aprimoramento de diferentes acontecimentos da vida e da organização da luta armada, pois, foi essa batalha que instituiu novas dificuldades militares de falhas e ameaças para o PAIGC durante o contexto da guerra de libertação nacional.

Para Candé, (2013) [...] “A condução da luta no sul do país concedeu sucesso ao partido nas conquistas das zonas libertadas. Além de facilitar o deslocamento com a República de Guiné-Conacri, que faz fronteira com a Guiné-Bissau ao sul, onde o partido tinha uma base militar”. É importante ressaltar que estas regiões conquistadas se conformavam como um Estado guineense, dentro do Estado colonial, gerando políticas sociais de abrangência que considerasse as populações locais e os dirigentes do PAIGC por meio de edificação de centro de formação para os futuros dirigentes políticos, postos de saúde, etc. (CANDÉ, 2013, p. 173)

Deste modo, organizavam as estruturas embrionárias, instituídas nessas regiões conquistadas, as quais se tornaram base de apoio a um vindouro Estado autônomo. Ainda segundo Candé (2013), o PAIGC apresentava o desejo de garantir que os empenhos e os esforços gastos na captação e na preservação das zonas conquistadas trouxessem a sua gratificação concreta o quanto antes.

Esses ganhos eram os centros de formação incipientes, os postos de saúde e os diversos serviços públicos. Perante esse contexto, Amílcar Cabral solicita o I Congresso do PAIGC, em fevereiro de 1964, nas regiões conquistadas de Cassacá, zona sul do país, trazendo como organizadores os dirigentes militares, encarregados de *tabancas* e os membros do partido. Para mesma autora, o Congresso aconteceu durante cinco dias, com fortes discussões, para problematizar assuntos

disciplinares dos combatentes.

Para Candé (2013, p. 173), [...] “os motivos da convocação gravitam em torno de vários aspectos. Entretanto, o mais preocupante recaía sobre os desvios dos princípios do partido e da conduta, por parte de alguns dirigentes do partido, nas bases da unidade de guerrilha”. Nos objetivos traçados durante o Congresso foram denunciados o mau comportamento e o abuso do poder sobre as populações por parte de certa liderança do partido.

É importante realçar que o Congresso de Cassacá, além de contribuir para resolver certos problemas também ajudou na estruturação do PAIGC e no planeamento de novos planos de guerra. Além disso, confirmou que a luta armada só traria benefícios a todos se contivesse unidade com as populações, e aconselhando os combatentes completamente unificados e castigando qualquer ato de militarismo. Também ajudou a construir as primeiras estruturas do Estado de Guiné-Bissau. É importante frisar que ela não garantiu as estruturas políticas, econômicas necessárias para que haja um projeto político comum que visa a construção de uma identidade nacional. De acordo com Handem (1989, p. 279):

“É incontestável os alicerces da nação guineense, ou seja, da Guiné Bissau, nasceram da luta de libertação nacional que, ao trabalhador para a unidade das populações residentes e ao desencadear uma nação Inter étnica contra a dominação colonial, levou a formação de uma consciência nacional num território cujas fronteiras não foram o produto de uma história interna, mas o fruto de uma vontade exógena arbitrária”.

Os assuntos desse caráter poderiam colocar em risco todas as táticas políticas e militares planejadas pelo PAIGC. Juntando-se a esses problemas citados anteriormente, advertia à legalidade do PAIGC, objetivando denegrir toda a ideia de construção pública do partido, das suas respectivas finalidades, que o distinguiam do regime repressor (HERNANDEZ, 2002, apud CANDÉ, 2013). Para autora:

[...] a mudança efetuada no *Congresso de Cassacá*, considerada primordial na reorganização do partido concentrou-se em dois níveis: político e militar. No nível político e administrativo, foram

criados comitês especiais de administração (estado civil, justiça, instrução, saúde, etc.), como forma de suprir as carências das populações e controlar as atitudes abusivas. Além de fortalecer as estratégias do partido para o desenvolvimento da luta de libertação nacional, o congresso serviu também em nível militar, para lançar as bases do partido-Estado, através da criação do bureau político, com poderes para criar um Comitê Executivo, constituído por Comitê Central de 65 membros com os seguintes departamentos: Ação Política das Forças Armadas e do Aparelho do partido, Secretariados para Atividades Políticas, Informação e propaganda, Segurança, Economia e Finanças, Desenvolvimento e Coordenação da Organização do Partido entre as Massas. (CANDÉ, 2013, 175)

Segundo Gomes (2010), durante o Congresso de Cassacá formaram as Forças Armadas com intuito de operar como Forças Armadas regular, com a missão de manter a segurança e defesa nas regiões conquistadas pelos guerrilheiros. Assim sendo, o exército do PAIGC estava estruturado e reorganizado para combater os colonialistas das seguintes condições: o primeiro relaciona-se com o desenvolvimento de políticas, ajustar o funcionamento da guerra e mitigar o abuso do poder. A segunda tem relação com a organização militar com determinações de executar os objetivos traçados para luta e alcança-los (GOMES, 2010).

Ainda de acordo com Candé (2013), um dos grandes objetivos do ⁴Congresso de Cassacá (1964) é a criação das Forças Armadas capaz de suprir os guerrilheiros, que estavam em frente de combate desde o início da luta armada. Os mesmos já se deparavam com dificuldades para desempenhar seus objetivos dentro do partido, e que até aquele momento faziam parte dos guerrilheiros. O estabelecimento das Forças Armadas regular assinalou, assim, o começo de nova etapa em termos militares.

Na percepção da autora, “durante o Congresso de Cassacá, foram também redefinidas a nova tática militar resultante da experiência da própria guerrilha, além das questões relacionadas à unidade Guiné-

⁴ Segundo PAIGC (1974), foi o primeiro congresso organizado pelo PAIGC durante o processo de luta armada de libertação nacional na Guiné-Bissau.

Bissau e Cabo Verde”. A acomodação dos postos de saúde nos territórios conquistados foi fundamental, pois, ocorreram em um momento que os repressores apelaram ao uso do poder bélico, especificamente os aviões de bombardeio contra os nativos. Isso com o intuito de coagir o alargamento da luta armada pelo PAIGC (CANDÉ, 2013, p. 177).

Conforme ainda sublinha Candé (2013), esses apoios foram firmados pelas atuações das Forças Armadas na reorganização e remanejamento, por meio da criação de chefias inter-regionais e de um aparelho principal do comando da luta armada (Conselho de Guerra). Esses tinham como objetivo transportar o incremento das estratégias nos alicerces dos combatentes, por meio da criação de exército e polícia populares, responsáveis por manter a segurança nas zonas conquistadas. Para mesma autora, a criação Das Forças Armadas assinala de maneira crucial uma nova fase da luta armada e construção do Estado.

Nesse sentido, a autora supracitada ressalta ainda que, esta nova fase de organização em torno da luta ajudou o PAIGC a assegurar a condição o território conquistado, assemelhava-se ao Estado autônomo. Especificamente os centros urbanos eram dominados pelos colonialistas. Essa estratégia foi utilizada depois por Amílcar Cabral para reclamar junto da Organização das Nações Unidas (ONU), que essa verificasse no território das conquistas dos guerrilheiros em relação à área ocupada pelos repressores. Para autora:

É importante observar que a criação das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) antecede o surgimento do Estado-Nação na Guiné-Bissau. Entretanto, foram as FARP o baluarte principal do partido em termos de ações militares e na estruturação das unidades de luta. (CANDÉ, 2013, p.176)

Conforme Candé (2013), assim sendo, com a contribuição das Forças Armadas, o PAIGC conseguiu manter a segurança das suas populações e organizaram novas estruturas políticas e econômicas que ajudam no melhoramento das regiões conquistadas. Nesse contexto, foram criados armazéns do povo, os quais foram fundamentais para fornecer os produtos de primeira necessidade.

Essa estratégia da criação do armazém do povo teve a finalidade de surgir como um serviço do Estado, o qual além de auxiliar o abastecimento dos produtos ao povo das regiões conquistadas por meio

da troca impulsionou também a criação e a evolução do comércio externo. No entanto, no que tange a organização das regiões conquistadas o PAIGC optou por instituir estruturas políticas e administrativas que contemplavam várias instituições. Estas operaram concomitantemente ao PAIGC e tinham como objetivo assegurar e proteger a ideologia do partido com a intenção de administrar o Estado e a sociedade (CANDÉ, 2013).

Com base neste entendimento para a mesma autora, essas estruturas criadas pelo partido abarcam as zonas urbanas. As administrações das regiões conquistadas estavam entregues ao Comitê Nacional das Zonas Libertadas, no qual o poder executivo, a Comissão Permanente era encarregada de deliberar todos sobre todas as problemáticas nas regiões conquistadas do norte como nas regiões sul e leste de Guiné-Bissau (CANDÉ, 2013).

Ainda de acordo com Candé (2013, p. 177), [...] “o responsável nacional da justiça trabalha em estreita ligação com a Comissão Permanente do Comitê Nacional das Regiões libertadas. A justiça é praticada em nível das tabancas pelos Tribunais”. No que tange à educação, destacam-se os centros de formações (escolas pilotos) considerados como escola dedicados a educação dos filhos dos dirigentes políticos e órfãos da guerra.

Ainda de acordo com tudo o que fora supracitado no desenvolvimento nesse capítulo, tenciona-se retomar as ideias fundamentais que conduziram a luta armada de libertação nacional como, por exemplo, Congresso de Cassacá (1964) e a ⁵Batalha do Como. Por conseguinte, constatou-se que esses fatores foram essenciais no processo da própria organização da guerra de independência na Guiné-Bissau. E também na gênese do Estado-Nação guineense. De acordo com Cordeiro (2008), a partir deste momento as Forças Armadas Revolucionárias do Povo contribuíram imensamente no que diz respeito ao desenvolvimento e a condução da luta armada pela independência.

⁵ Segundo Woollacott (1983, p.134), a batalha pelas ilhas Como, nos inícios de 1964, provavelmente o acontecimento militar mais importante das guerras africanas, representou um momento decisivo de grande alcance. Durante mais de três meses, o exército português lançou ataques sucessivos sobre as ilhas Como, na tentativa de se assegurar uma base estratégica, a partir da qual pudesse atacar a frente sul do PAIGC. Esta operação foi, todavia, um insucesso, constituindo um sério revés militar e psicológico para o colonialismo português e um enorme reforço para o moral e a determinação do PAIGC.

Assim como, permitiu o PAIGC libertar o seu povo sob domínio colonial português, que durante muito tempo viveu nessa condição. Concordando com Cordeiro (2008), Gomes (2010) considera que o partido conseguiu confrontar os colonialistas libertando regiões antes dominadas com o apoio massivo da população e das Forças Armadas como maneira de lutar contra os repressores consentindo a independência soberana dos povos das duas nações unidas em torno da luta armada.

2.3 Reflexos da evolução da luta no contexto internacional

Neste contexto, segundo Candé (2013, p.199), [...] “a vitória da luta de libertação nacional não se restringia somente a unidade das duas nações como projetou Amílcar Cabral. Em nível internacional o partido contava com o apoio da Organização da Unidade Africana (OUA), ONU no reconhecimento da soberania política dos dois países”.

No que diz respeito ao apoio internacional a ONU deliberou por meio da resolução 2395 (XXIII), parágrafo 12 da Assembleia Geral, de 29 de novembro de 1967, adotar medidas severas a Portugal em relação à utilização da força para compelir os movimentos nacionalistas africanos. As advertências tinham relação com os constantes ataques aéreos às populações nas regiões dominadas pelo PAIGC e no uso das armas pesadas, forçando a população a aceitar a dominação colonial e a fazer parte das forças coloniais africanas.

Conforme Cabral (1974), no que se refere ao contexto internacional, a Guiné-Bissau além de ajuda da ONU, da OUA, o PAIGC conseguiu vários apoios dos países socialistas (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS e Cuba).

Segundo Cabral (1974), várias ajudas foram cedidas a Guiné-Bissau como: carros, artigos de primeira necessidade, medicamentos, fardamento, armas e outros equipamentos que auxiliaram as Forças Armadas. Ainda segundo Cabral (1974), esses apoios colaboraram de maneira significativa no andamento da guerra de libertação nacional de Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Como ressalta Candé (2013), esses apoios recebidos pela Guiné-Bissau minaram todas as táticas de Portugal e não limitaram as atividades do partido, favorecendo o desgaste e perdas humanas dos repressores. Por meio do reconhecimento dado a Guiné-Bissau pelas organizações internacionais, os objetivos da luta de libertação nacional tornavam-se mais reais e próximos dos anseios do PAIGC.

Perante o cenário apresentado, segundo Candé (2013) no dia 24 de setembro de 1973 a Guiné-Bissau e Cabo-Verde obtiveram as suas emancipações políticas. Esse acontecimento marcava assim, a gênese do novo Estado independente. Logo, Luís Cabral, meio irmão de-Amílcar Cabral, ocupou o cargo de Presidente do Conselho do Estado, cargo equiparado a de presidente da república. Só depois de 25 de abril de 1974, Portugal reconheceu a independência total e a proclamação do novo Estado (IBID., p.168). Ainda sobre o mesmo assunto, para Candé (2013):

Esta fase encerra a luta armada de libertação nacional, e sinalizava para o nascimento do Estado africano sedimentado sob a divisa da unidade nacional. A complexidade que traduzia esta fase residia nas instituições tomadas de empréstimos do sistema colonial, baseada na opressão e ajustes de contas, tanto dos que participavam do movimento de libertação, quanto dos bissau-guineenses que colaboravam com o colonialismo português. Depois da luta, todas as pessoas que contribuíram para luta na clandestinidade foram isoladas e maltratadas, como se não bastasse à tortura que sofreram nas mãos dos colonos. (CANDÉ, 2013, 200)

Durante esse processo de independência, de acordo com Candé (2013), é importante enaltecer o desempenho das elites africanas no processo da condução da luta de libertação nacional. Os mesmos expuseram a união interna e externa, que objetivava reclamar a autonomia, a soberania no sentido de contrariar firmemente a dominação europeia na África. Para Ampagatubó (2008), no contexto político da Guiné-Bissau os líderes do PAIGC desta época, confiavam no processo de formação do Estado pós-colonial e esse mesmo processo, derivavam das experiências da luta da libertação nacional e do vagaroso amadurecimento da população guineense: uma forma de ideologia de uma coesão nacional.

Como afirma Candé (2013), essa preocupação com a identidade nacional tramou a ocorrência da unidade nacional. Para Lopes (1986), a gênese do novo Estado da Guiné-Bissau advinha de uma forma de explicar a guerra de libertação nacional. Ainda para Lopes (1986), depois da sua autonomia política, uma nova maneira de organização administrativa teria sido desenvolvida. Neste contexto, a junção dos

grupos étnicos foi essencial para a constituição de uma ideologia cultural nacional na Guiné-Bissau.

O conceito de nação é anterior à ideia de Estado. [...] “é através do nacionalismo que vai se criar um movimento ideológico regulado pela unidade de uma identidade nacional que constituíram alicerce de um Estado verdadeiramente nacional através da cultura”. Vale frisar que em quase todo o continente, a década de 1950-60 foi marcada por intensas reivindicações nacionalistas, que constituíram as etapas decisivas do nacionalismo com vistas à independência (CANDÉ, 2013, p.2012). Na sua reflexão aponta que:

É pertinente dizer que Estado colonial usou as questões étnicas como canal ideológico na Guiné-Bissau para manipular a distribuição política entre os chefes nativos locais, ao atribuir importância política a uns em detrimento de outros, criando privilégios entre os grupos étnicos, estimulando assim as guerras e acirrando as diferenças. (CANDE, 2013, p.209)

Na análise de Ampagatubó (2008), sobre a pós-independência nacional, a atuação dos líderes do partido parecia ter circunscrito tudo aquilo que fora proposto anteriormente. Em consequência deste fato, assistiu-se na Guiné-Bissau pós-colonial uma série de golpes, com inúmeras tentativas de gênero falhadas, as quais se tornaram evidentes. Logo, perpetuou-se a instabilidade político-militar na Guiné-Bissau.

Corroborando com Ampagatubó (2008), e Candé (2013, p. 219) quando afirmam que[...] “o período pós-independência foi marcado por fraquezas características do período da colonização, ausência de sinais de desenvolvimento e o PAIGC mergulharam nas próprias contradições ideológicas”. Isso foi, segundo os autores acima referidos, o motivo que explica o atraso do desenvolvimento nacional e que limita o objetivo de construção do Estado-Nação tencionado por governantes do PAIGC, de promoção das políticas sociais, econômicas e culturais do país.

Durante o período pós-independência de acordo com Ceita (1996), os governantes do PAIGC ao conseguir a independência se apropriaram do poder. A partir desse momento eles não foram capazes de desenvolver um diálogo sobre a identidade cultural e nacional, e muito menos, conseguiram centralizar as estruturas do Estado, que foram desenvolvidos ao longo do processo da guerra de libertação nacional (CEITA, 1996 apud CANDÉ,2013).

De acordo com M'bokolo (2011 apud CANDÉ, 2013), a incoerência ideológica marcada no pós-independência não é de exclusividade do PAIGC. Situação parecida ocorreu na maior parte dos países africanos cujos líderes nacionalistas preconizavam a unidade política sustentada, por meio de regimes de partidos únicos. Contudo, depois da independência, alguns governantes do grupo de Monróvia, constituídos por doze países, que eram antigas colônias francesas, alinharam-se à preleção de que a coesão que devemos neste momento é de ambições e atos de unidade do continente e da identidade nacional.

“É oportuno ressaltar que o pan-africanismo, além dessa solidariedade africana, trouxe também capilaridade de regimes africanos fortes em torno de formação de partidos únicos que engendraram a de seus Estados nacionais”. Este processo não só impulsionou a limitação desses regimes, assim como também criou entraves para o acompanhamento de novas reorganizações multipartidárias com estruturas democráticas em diferentes países africanos (CANDÉ, 2013, p. 209).

Nesse contexto, segundo Candé (2013), o pan-africanismo enquanto ideal da independência nacional da luta contra os repressores estrangeiros, no pós-independência mostrou-se inviável aos procedimentos democráticos, os quais necessitavam de regimes multipartidários. Como consequência, na ausência dos colonialistas as relações da coesão nacional foram rompidas devido aos processos de debate político, exprimindo a disputa pela dominação do aparelho estatal.

De acordo com Pierson-Mathy (1980), o papel central da luta armada incidia em abolir a ocupação colonialista. Os únicos entraves à ideia de formação de um Estado-Nação onde verificaria a democracia são: a) todas as classes sociais compartilhariam com equidade na formulação das estratégias de desenvolvimento nacional b) os dirigentes políticos precisariam estruturar a nova instituição administrativa pós-colonial conforme os desejos da grande parte do povo guineense (PIERSON-MATHY, 2008, Apud AMPAGATUBÓ, 2008, p.220).

Vale ressaltar que pelo que fora analisado até aqui, é a luta armada da libertação nacional. Dessa maneira, analisando o caso de Guiné-Bissau e voltando à teoria de Charles Tilly (1996), a preparação para guerra de libertação nacional teria sido fundamental para investigar o processo de formação de Estado pré-colonial em Guiné-Bissau, como já foi dito, ajudaram nas construções das primeiras estruturas do Estado. Passando esse momento histórico, os dirigentes políticos que assumiram o poder, mergulharam em várias crises institucionais, corrupções, golpes

de Estado. Acontecimentos esses que impactaram fortemente na consolidação das instituições do Estado e nos seus projetos políticos, sociais e econômicos.

O PAIGC não conseguiu definir qual era o caminho a seguir pelo novo Estado pós-independência. “Como confessariam alguns dirigentes, não houve uma reflexão aprofundada de tipo de Estado que se queria instituir” (CANDÉ, 2013, p. 204). É com base nessa análise que partiremos para analisar o nosso terceiro e o último capítulo. No terceiro capítulo, retomaremos as teorias de Tilly (1996); Herbst et al (1989). À luz do marco teórico, vamos entender porque razões não acorreram concentração de coerção e o acúmulo de capital na Guiné-Bissau.

CAPÍTULO III - PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO PÓS-COLONIAL NA GUINÉ-BISSAU

Pretende-se, neste capítulo, analisar o processo da consolidação e do funcionamento do Estado pós-colonial na Guiné-Bissau a luz da teoria de Tilly (1996). Segundo Ampagatubó (2008, p.123), [...] “trata-se de um processo de luta e de libertação na qual as práticas dos atores políticos guineenses, no seio de PAIGC durante aquele período, legitimaram a proclamação da República da Guiné-Bissau como um Estado independente e soberano”. Será analisado minuciosamente no andamento deste trabalho primeiro o golpe de Estado em 1980, liderado pelo ex-Presidente da República João Bernardo Vieira “Nino” até os últimos golpes das Forças Armadas que aconteceram em 2012.

A Guiné-Bissau é um país da costa ocidental da África, que se estende desde o Cabo Roxo até a ponta Caguete. Faz fronteira com o Senegal a norte, a leste e sudeste com a República da Guiné (Conacri), e, ao sul, com o Oceano Atlântico. Além do território continental, o país integra ainda a parte insular com cerca de oitenta ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijagós (com destaque para as ilhas de Bolama, Bubaque, Canhabaque, Orango, entre outras) separado do continente pelos canais de Rio Geba (SANTOS 2014, p.48).

Segundo Gomes (2012), a Guiné-Bissau oferece uma estrutura étnica diversificada, combinada por vinte grupos étnicos: Balantas 26%, Fulas 25, 4%, Mandingas 13, 7%, Manjaco 9,2%, Papeis 9,2%, Mancanhas 3,54%, Beafadas 3, 2%, Bijagós 2,1%, Felupes 1, 43%, Nalus e Sossus 1,2% e Outros 5,3 (SEMEDO, 1989). É importante frisar que as Forças Armadas são formadas por essas etnias.

Segundo Candé (2013), o clima do país é quente e úmido. Trata-se de clima favorável para a prática de agricultura e pesca que constituem principais fontes de subsistência para população. Ainda de acordo com Silva (2012), também é importante enfatizar que o Estado de Guiné-Bissau é totalmente dependente de ajuda externa dos seus principais parceiros internacionais, a União Europeia (UE), Fundo Monetário Internacional (FMI). A população corresponde 1.530.673 habitantes. Tem uma densidade de 33, %22 habitantes por km², e a grande maioria da população reside em zonas rurais (SILVA, 2012). A língua oficial é o português e a moeda nacional é Franco Fcfa.

A Guiné-Bissau encontra-se politicamente organizada sob um sistema de semi-presidencialismo, de representação proporcional, com um Presidente da República, uma Assembleia Nacional Popular (ANP) e um Governo liderado por um Primeiro-Ministro. De acordo com a

Constituição da República de (1991), o Presidente é eleito por sufrágio direto dos eleitores recenseados e por maioria absoluta dos votos validamente expressos (50 por cento mais um voto), em dois turnos, se necessário, para um mandato de cinco anos, e pode ser reeleito para um segundo mandato. Os 102 membros da ANP são eleitos para um mandato de quatro anos sob um sistema eleitoral distrital de representação proporcional, e o Primeiro-Ministro é escolhido pelo partido vencedor de acordo com os resultados eleitorais da eleição legislativa por um mandato de quatro anos. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE GUINÉ-BISSAU, 1991).

Guiné-Bissau foi uma colônia de Portugal desde o século XV até proclamar a sua independência em 24 de setembro de 1973 (unilateral), reconhecida oficialmente por Portugal no dia 10 de setembro de 1974. Foi a primeira colônia portuguesa do continente africano que teve sua independência reconhecida por Portugal (SILVA, 2012).

Figura 5 - Mapa da localização geográfica de atual Guiné-Bissau.



Fonte: Google Maps (2015).

3.1 Primeira fase da independência (1974 - 1980)

De acordo com Cordeiro (2008, p.1), “a luta pela independência foi conquistada graças ao importante desempenho das Forças Armadas (FARP), que foram instrumento da libertação do povo guineense”. Por isso, o seu controle na política desde a gênese da formação do Estado-Nação guineense, desempenham um papel central no restabelecimento da ordem constitucional. É importante frisar que as Forças Armadas foram fundamentais no contexto da luta armada de libertação nacional. Esse papel desempenhado funcionava até o período colonial. Passando esse período histórico, assistiu-se no país várias tentativas de golpes e contra golpes de Estado perpetrados pelos militares.

Ainda de acordo com Cordeiro (2008), tais mandos desempenhados pelas Forças Armadas no contexto de guerra pela independência conduziu a Guiné-Bissau à experimentação do João Bernardo Vieira, ex-militar e ex-comandante da frente Sul durante o processo da luta de libertação nacional que derrubou Luís Cabral, primeiro ex-presidente da República ocupou o cargo da presidência na nova etapa do regime autoritário. Pretendemos analisar como aconteceu o primeiro golpe de Estado após a independência, aquela que derrubou o próprio ex-presidente João Bernardo Vieira depois da abertura política.

Para Ampagatubó (2008, 133), [...] “com a proclamação da independência em 1973, Luís Cabral (irmão de Amílcar Cabral) viria assumir a presidência do Estado de Guiné-Bissau”. Instigados pelo renome internacional de que os dirigentes políticos do PAIGC gozavam, por motivo da sua força no desenvolvimento da luta de libertação nacional, estes líderes ao assumir o poder, escusaram de ajuda da massa camponesa nos problemas políticos e econômicos. Posteriormente, Ampagatubó (2008, p. 133) acrescenta que:

“Esse suposto esquecimento provocou na população do meio rural o regresso às suas terras de origem no final da luta armada, sem nenhuma ajuda por parte dos agentes políticos guineenses ligados ao PAIGC, isto é, do novo Estado pós-colonial. Os únicos meios de contato entre a população e os atores políticos guineenses ligados ao PAIGC, antes da institucionalização do regime multipartidário na Guiné, circunscrevem-se essencialmente aos momentos da cobrança do chamado imposto da reconstrução nacional. É importante ressaltar que essa ligação dava-se no

ato eleitoral, funcionava como estratégia de conseguir os votos e permanecer no poder”.

É importante frisar que estes negócios eram feitos de maneira exata, sempre que os dirigentes políticos do PAIGC necessitavam sensibilizar seu povo sobre um assunto de seu interesse, no sentido da auto reprodução desses governantes. Segundo Amapagatubó (2008), neste contexto, esses problemas passam a ser importantes na essência das clivagens relativas à formação social, bem como nas maneiras de clientelismo político constatado ao longo de quarenta e dois anos da independência nacional. É oportuno frisar que esse tipo de comportamento continua persistindo no cenário político guineense. Em parte, acabam sendo parte de diversos conflitos sociais, políticos e militares que vem impactando na consolidação das instituições do Estado nos seus projetos políticos

Na concepção do autor supracitado, Ampagatubó (2008), além desta situação, os problemas que daí derivaram não comprometerem a dinâmica da reprodução da classe-Estado. Nesse sentido, [...] “a afinidade entre os dirigentes políticos e a população centrou-se no paternalismo dos líderes políticos ligados ao PAIGC, no âmbito da política de ajustes socioculturais, agravando-se a composição e os desacordos de racionalidades, os quais se relacionavam com aculturação dessas classes”. No entender dele:

“Enquanto enveredavam por aquele tipo de práticas na interação com a maioria da população guineense, os agentes políticos ligados ao PAIGC preparavam, em simultâneo, um alargamento da base de reprodução da classe-Estado em formação, através das nacionalizações de importantes setores da atividade econômica do país. Vale a pena frisar que PAIGC tentava pautar a sua estratégia política no princípio do centralismo das instituições. O Estado apoderou-se de tudo: hotéis, restaurantes, bares, empresas rodoviárias para ato contínuo e para demonstrar sua incapacidade e a falta de vocação para administrá-los”. (AMPAGATUBÓ, 2008, p.134)

É importante frisar que essa lógica não se restringe somente a incapacidade de administração dos assuntos do Estado. Também se relaciona com intuito de apropriar das instituições do mesmo para

resolver os seus problemas pessoais. Deixavam grande parte da população fora de repartição da riqueza nacional. Para Ampagatubó (2008), essa situação parecia demonstrar que os desejos dos dirigentes políticos se pautaram na atuação dos mesmos através da apropriação do aparelho do Estado, acabaram esquecendo as promessas feitas ao longo do processo da luta armada da independência nacional. Demonstra-se assim, a incoerência nos discursos proferidos pelos mesmos que defendiam a estratégia do desenvolvimento social e econômico do país, e prometeram que a agricultura seria fator primário no investimento e o passo fundamental para a industrialização do país. Constata-se que durante o período pós-independência nunca houve o incentivo para a prática de agricultura como foi permitido ainda no contexto da luta armada. As estratégias desses dirigentes políticos passam pela lógica de auto reprodução social através de um pequeno grupo de amigos.

Além do argumento do autor, esses problemas acima relatados foram mencionados no documento do terceiro Congresso do PAIGC durante o processo da luta armada, o qual resguardava que:

[...] Na nossa estratégia de desenvolvimento, decidimos que, pelo menos durante os anos que constituírem a fase de transição necessária para a total liquidação da herança e das estruturas resultantes da dominação colonial portuguesa, daremos prioridade a agricultura na Guiné. No quadro de tal estratégia, a nossa preocupação é beneficiar em primeiro lugar, o povo camponês. A nosso ver, isso tem a sua razão de ser só porque esta é a camada social numericamente maior e sobre a qual recai a principal responsabilidade no grande coletivo de reconstrução nacional (PAIGC, 1977 apud AMPAGATUBÓ, 2008, p. 138).

Segundo o mesmo relatório:

A agricultura é tradicionalmente o meio ambiente em que vive e trabalha o grosso da nossa população. A agricultura será, pois, a nossa primeira prioridade e servirá de base para o nosso desenvolvimento nesta fase de transição, devendo permitir a necessária acumulação de riqueza para o lançamento futuro da própria industrialização (PAIGC, 1975 apud AMPAGATUBÓ, 2008, p. 138).

No entanto, nota-se que o partido tinha como objetivo o desenvolvimento social da população pautado no trabalho produtivo dos mesmos, contudo, isso não aconteceu. [...] “pois as decisões eram tomadas espontaneamente, fato que fazia com que não servisse a estratégia anunciada. A prioridade foi dada a projetos industriais em grande escala, financiados com empréstimos em longo prazo e que muitos contribuíram para o endividamento do país”. A Guiné-Bissau durante esse processo passou cada vez mais a depender da exportação para suprir consumo interno e produtos de primeira necessidade (RUDEBECK, 1982, apud AMPAGATUBÓ, 2008, p.138).

É importante sustentar que durante esse momento histórico, as pequenas instituições econômicas do Estado que foram criadas ainda no contexto colonial, como Armazém do Povo, foram abandonadas, as populações passavam fome, a grande massa popular não tinha condições necessárias de adquirir uma cesta básica. Os produtos eram muito caro e com altas taxas de juros.

3.2 Segunda fase da pós-independência (1980 - 1999)

O objetivo dessa seção é analisar os acontecimentos políticos e militares que aconteceram na Guiné-Bissau desde a segunda fase da independência, transição política até o conflito político e militar. Situação essa que veio agudizando ainda mais as instituições do Estado que já deparava com várias crises.

Para Ampagatubó (2008, p.141), [...] “o extrato feito anteriormente sobre o comportamento dos agentes políticos ligados ao PAIGC na formação e funcionamento do novo Estado parece ter piorado nesta segunda fase”. Além do golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, conduzido pelos militares, os quais derrubaram o regime de Luis Cabral, aparenta que os dirigentes do PAIGC demonstraram maior interesse na sua auto reprodução social, isso impactou também nos conflitos ideológicos entre os atores políticos no processo de consolidação do Estado-Nação pós-colonial. É importante frisar que o golpe de 14 de novembro 1980 foi o primeiro golpe militar que aconteceu em Guiné-Bissau, e foi liderado pelo General João Bernardo Vieira, vulgo Nino Vieira. Onde este permaneceu no poder durante dezoito anos. É oportuno lembrar que durante esse momento, o país vivia em um regime militar de fortes repressões em que as pessoas não tinham direito de manifestar as suas vontades políticas. Candé (2013)

aponta também que foi por meio do golpe de 14 de novembro de 1980 que a Guiné-Bissau se separou de Cabo Verde, após muitos anos de contestação da independência. As probabilidades políticas que explicam esse processo de separação das duas nações são passíveis de várias interpretações. Não pretendemos entrar em grandes análises sobre esse assunto, nem tal caberia no âmbito dessa pesquisa, que tem objeto delimitado, mas apenas clarificar determinados pontos que poderão ajudar a lançar alguma luz sobre a situação e contribuir para este debate inacabado.

Assim sendo, Candé (2013) aponta que é possível afirmar que a conjuntura que se delineava no período pós-independência apontava o abrandamento da união dos dois povos; ou seja, os conflitos que foram herdados desde o processo da luta armada e que, provavelmente, pioraram com a morte de Amílcar Cabral, permearam o processo da condução de independência e ampliaram no governo de Luís Cabral durante a primeira fase de consolidação do Estado-Nação.

“Some-se a isso outros aspectos adotados no contexto pós-independência, herdados da administração colonial: a exacerbação da repressão; do desrespeito pelos direitos humanos; da falta de segurança pública; da ausência de liberdade de imprensa e de expressão; do baixo crescimento econômico e insegurança alimentar; e da perseguição e execução de várias personalidades civis e políticas”, etc. (Candé, 2013, p.156).

É oportuno deixar claro que o projeto de Amílcar Cabral de unir duas nações e formar um Estado binacional nunca foi unânime em ambos os países. Os dois países não tinham o mesmo projeto político. A luta armada de libertação nacional acabou sendo o único objetivo comum. Durante ainda o contexto da luta de libertação nacional e com a morte de Cabral, havia vários conflitos e desconfianças dentro da Estrutura do PAIGC. Para Candé, (2013, p. 221), [...] “a unidade entre os bissau-guineenses e cabo-verdianos para a emancipação política desfaz-se quando os primeiros alegaram a situação de submissão aos cabo-verdianos, traduzida como uma nova forma de colonização”. Nesse sentido, os conflitos entre os dirigentes do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) foram fortificados, a coesão foi dissipada após seis anos da emancipação política.

Para a mesma autora, várias crises mal solucionadas desde a luta

de libertação pioraram com a morte de Amílcar Cabral em janeiro 1973, que veio a culminar na governação de Luís Cabral (seu meio irmão), o que provocou o golpe de Estado de 14 de novembro de 1980. Vale a pena ressaltar, que durante esse período não havia clareza na divisão entre as Forças Armadas e o exercício de poder político, pois nesta época, o regime era do partido único.

Até porque virou um detalhe, na qual uma das condições para se ter acesso aos cargos políticos terá que ser um grande combatente de liberdade da pátria e um alto oficial das Forças Armadas Revolucionárias do Povo. As Forças Armadas tinham prestígio e influência, que vieram da luta armada de libertação nacional, que seria difícil a recusa da repartição do poder político com os militares.

Para Gomes (2010), [...] as Forças Armadas beneficiavam do carisma das populações pelo fato de terem sido bons guerrilheiros durante o processo de luta armada e considerados vitoriosos em algumas frentes de combate contra as Forças Armadas portuguesas. É importante frisar que o mesmo pode-se dizer em relação às constantes guerras pela hegemonia política e o monopólio do poder na Guiné-Bissau. Essa disputa tinha como objetivo controlar as instituições estatais e enriquecer ilicitamente.

Em relação a isso, Ampagatubó (2008) afirma que essa influência de guerra fez com que alguns dirigentes do PAIGC sacrificassem um dos seus cúmplices de luta armada. Também é importante frisar que foram mortos várias civis e militares que eram considerados os colaboradores do regime colonial. Isso se deu como uma maneira de impedir uma provável crise em resposta aos erros perpetrados e, concomitantemente, prevenir a instauração de uma oposição intensa como alternativa aos líderes do PAIGC, então no poder. Como podemos ver na análise do Ampagatubó (2008):

“O referido golpe de Estado parece ser também uma estratégia bem-sucedida dos dirigentes políticos no seio do PAIGC, como meio de neutralizar judicialmente toda a concorrência política e reconquistar a legitimidade perdida. Foi neste contexto que as infraestruturas de *prestígio*, criadas na primeira fase da independência do país, foram na sua totalidade abandonadas, com o argumento da sua inadequação. Em seu lugar, não se fez nada de importante, mesmo em nível da própria agricultura”. (AMPAGATUBÓ, 2008, p. 141).

Candé (2013) afirma que o denominado Movimento⁶ Reajustador 14 de novembro foi qualificado como uma revolução nacionalista sem ter em seu início um significado ideológico e programático, ou seja, revelaram-se protestos genéricos de servir o interesse do povo guineense, de melhorar as iniquidades e outras. Na análise de Teixeira (2007) e Candé (2013), os conflitos que se estabeleceram na estruturado PAIGC de Guiné-Bissau, provocaram a perda de competência de mobilização das massas popular, ou seja, na estruturação política das classes sociais.

Como já foi dito, a agressão também se regia contra as remotas autoridades, milícias africanas do Exército Colonial, e contra os líderes tradicionais. Grande parte das lideranças tradicionais culpadas por crimes contra o Estado-Nação foram julgados e condenados à morte em tribunais populares instituídos (CANDÉ, 2013).

Nessas conjunturas do golpe de Estado, os dirigentes do PAIGC da ala bissau-guineense ponderavam a união entre as duas nações (Guiné-Bissau e Cabo-Verde) onde apenas os cabo-verdianos exerceriam poder na Guiné-Bissau”. Importante ressaltar que todas as crises políticas geradas pelo desentendimento de 14 de novembro foi somente uma condição limitante em meio de vários conflitos, que já existia entre os dirigentes do PAIGC. [...] Essas crises institucionais já vinham acontecendo ainda na fase colonial. É um dos motivos que levaram Amílcar Cabral convocar o Congresso de 1964 com objetivo de resolver essas controvérsias existente dentro das estruturas do PAIGC. (Candé, 2013, p.174)

Para mesma autora, no momento pós 14 de novembro, a Guiné-Bissau tinha poucas garantias de crescimento socioeconômico devido à carência de quadros técnicos e superiores para conduzir as instituições do Estado, assim como, anomalias dos procedimentos das instituições retornadas à corrupção. Além do mais, vários países socialistas que amparavam a Guiné-Bissau mitigaram os apoios financeiros oferecidos ao país. Em relação a isso, no entender no Ampagatubó (2008, p. 175)

[...] Podemos assim admitir que esta situação prejudicou fortemente o funcionamento do

⁶ Segundo Mendes (2013, p.6), “o Movimento Reajustador”, nome dado ao golpe de Estado encabeçado por “Nino” Vieira, inaugura a tradição de golpes militares como método de substituição de regime e conquista do poder.

Estado, como também as centralizações das suas instituições e também recusa quase sistemática da população guineense em colaborar com as políticas propostas pelas autoridades saídas do golpe de Estado de 1980, porque estas visavam simplesmente satisfazer, em princípio, as estratégias de reprodução social dos mesmos em detrimento do desenvolvimento econômico do país.

Para o autor supracitado (2008, p.147), “essa situação levou as autoridades pós-golpe ao impasse. A produção interna era cada vez mais insuficiente, em todos os níveis, sem que esses vislumbrassem melhorias”. Até os produtos de primeiras necessidades básicas tinham que ser exportados com recursos de ajuda externa, como acontecia nos primeiros momentos da independência, a qual, gradualmente incidia em créditos, e não em concessões, para custear importações de comidas, combustíveis e matérias primas.

Analisando o período decorrente, é possível entender que foi nessa conjuntura que apareceu em um primeiro momento pós-independência, o Programa de Estabilização Econômica. Este previa uma política de preços que beneficiava os agricultores, abertura do mercado, desvalorização da antiga moeda nacional (Peso), redução do déficit da balança de pagamentos, combater à ampliação da massa monetária e da inflação (AMPAGATUBÓ, 2008).

Com isso, é importante frisar que nenhum dessas estratégias definidas mencionadas foram alcançados. Constatou-se, pelo contrário, que naquela época, aumentavam-se os custos, o desenvolvimento do negócio paralelo de bens e divisas e havia uma constante dificuldade de honrar com as obrigações assumidas com o povo durante a luta armada de libertação nacional. Pois, para Galli (1989):

Durante esse período, as despesas governamentais dobraram. As receitas também passaram para o dobro, mas não foram suficientes para cobrir as despesas em 1986, embora o tenham feito em 1984 pela primeira vez na curta história do governo. A expansão monetária passou de 22,4% em 1983 para 41 7% em 1985. O Peso foi desvalorizado em mais de 100%. Em 1986, o governo começou a liberalizar o comércio[...].

Ainda de acordo com Galli (1989)

[...] A produção agrícola global aumentou aproximadamente 33% entre 1983 e 1985. Ainda em 1986, o consumo excedeu a produção em 10% no conjunto da economia. Mesmo a evolução da produção agrícola era considerada insatisfatória irregular pelos membros do governo. As dificuldades da balança de pagamentos continuaram sensivelmente ao mesmo nível que antes. O país atrasou-se no pagamento do serviço da dívida que começara em 1984. O serviço da dívida em 1985 era de 11,5 milhões de dólares, enquanto as exportações agrícolas representavam apenas 11,6 milhões. Em 1986, a dívida externa ascendia a 320 milhões de dólares. (GALLI, 1989, Apud AMPAGATUBÓ, p.148)

Com essa análise de Galli, Ampagatubó (2008) insiste que [...] “a política de desenvolvimento praticada na Guiné-Bissau nestes anos pós-independência foi contrária à ideologia professada pelos atores políticos do PAIGC durante a luta armada”. Deixaram de gerar como de preferência, um desenvolvimento compartilhado nos campos, seguidos por uma industrialização de acordo com a realidade do país, competência de fabricação e absorvimento, capacidade técnica, abandonaram a população do campo, disseminou o país em planos industriais disfuncionais e, em grande parte, inexequíveis (AMPAGATUBÓ, 2008, p.148).

Por certo momento, a grande quantidade de recursos externos recebidos parece ter consentido à auto reprodução dos dirigentes do PAIGC e algumas pequenas classes-estado, contornando-os, autônomos de ajuda da população, mas planejaram uma aguda dependência externa. Ao mesmo tempo, esta situação induziu a um afastamento intenso da população rural em relação aos atores políticos e à classe-Estado que ofereciam e prosseguiram a apresentar corpo ao Estado (AMPAGATUBÓ, 2008). Ainda nessa linha de raciocínio Candé (2013)

[...] Os anos que se seguiram à independência foram de muitas dificuldades para construção de um Estado verdadeiramente nacional. Isso porque, além das disputas por uma hegemonia política no aparelho estatal entre bissau-guineenses e caboverdianos, outro aspecto reforça essa

fragilidade: as diferenças étnicas bissau-guineenses ganham cenário nas narrativas discursivas do Estado-nação, desta vez não no formato de uma unidade nacional, mas na necessidade de uma determinada etnia possuir representante político com amplo poder de destaque no Estado. Ou seja, a pertença étnica tornou-se uma das principais formas de identificação social em detrimento da identidade nacional. (CANDÉ, 2013, p.242)

É importante realçar que as fragmentações étnicas não podem ser consideradas como a causa para não centralização da autoridade do Estado. Retomando a Tilly (1996), constata-se que no processo de construção dos Estados modernos europeus, havia também as pequenas cidades-Estados fragmentadas. Portanto, é importante deixar claro que quando os problemas étnicos são usadas como o instrumento da dominação política, pode-se condicionar o processo de construção de identidade nacional. Também pode criar conflitos internos. É importante frisar que não existe nação com fragmentação política. O processo de construção da identidade nacional se dá através de um projeto político da nação. Ainda de acordo com Ampagatubó (2008, p.160) [...] “os dirigentes do PAIGC aparentam não terem nenhuma capacidade de pôr a funcionar os aparelhos de Estado pós-coloniais, em comparação com o seu modelo de referência implícito e incontestado, o Estado colonial”. Em suma, parecia que a conduta dos dirigentes ligados ao PAIGC e sua futura relação com a classe-Estado fez com que quase tudo permanecesse como antes, principalmente no que tange ao funcionamento do Estado deixado pelos colonizadores. Com isso, o autor aponta que:

[...] Os dirigentes políticos guineenses, em geral, julgavam possível que a independência do país era uma espécie de panaceia contra os males sociais na Guiné-Bissau e que o Estado era o reservatório de toda sabedoria humana. Por outro lado, deve-se apontar também como causa provável da referida crise do Estado pós-colonial na Guiné-Bissau [...] os problemas relacionados essencialmente com o que, em princípio, parecem ser as estratégias da auto-reprodução social dos dirigentes. A procura hegemônica por parte dos políticos ligados ao PAIGC obrigou-os a uma prática intensiva de

acumulação econômica através do Estado. Daí a importância desta instituição para a compreensão do comportamento destes dirigentes do PAIGC em geral. (AMPAGATUBÓ, 2008, p. 163-164)

Nesse contexto, o Estado passou a ser o instrumento político de reprodução social e de classes políticas ligadas ao PAIGC. Todo esse contexto relaciona-se ao fato de que o Estado-Nação foi o principal responsável pela concentração de economia neste país, concomitantemente, o grande ator econômico. Logo, tanto no regime de Luís Cabral (1973-1980) quanto no de João Bernardo Vieira (1980 – 1999), os dirigentes políticos se preocupavam em intensificar a unificação do Estado pós-colonial no sistema econômico mundial. Isso tudo com intuito de beneficiar a acumulação econômica explorando a população. (AMPAGATUBÓ, 2008).

Na Guiné-Bissau, durante esse período, as instituições do Estado estavam completamente dominadas pela corrupção e forte repressão popular. As populações foram afastadas dos assuntos do Estado. Não havia o sentimento de nacionalismo que havia durante o período colonial, onde as populações identificavam-se e participavam ativamente no processo da luta armada pela independência nacional. Para Ampagatubó (2008), em todo regime do PAIGC, tanto na primeira fase como na segunda fase pós-independência, as estratégias políticas-econômicas adotadas pelos dirigentes do partido no processo da consolidação do Estado de Guiné-Bissau nunca estavam de acordo com os anseios da população local. Contudo, fizeram a integração econômica capitalista mundial, principalmente no segundo regime. Pois, durante esse período histórico, os problemas das populações não eram a preocupação desses atores políticos, o que lhes interessavam era resolver os seus problemas pessoais através da apropriação do aparelho estatal.

Por outro lado, nota-se que os procedimentos dos atores políticos guineenses em termos econômicos, políticos e sociais, demonstraram ter deixado a população a sua sorte por razões não somente relacionadas com as práticas acima apontadas, mas também com as suas estratégias de auto reprodução (AMPAGATUBÓ, 2008). Ainda de acordo com o autor supracitado (2008, p.165) observa que:

[...] “consequência desses fatores, as clivagens sociais normalmente dispararam na sociedade entre os atores políticos e a população, bem como entre

os centros urbanos e o mundo rural, agravando a crise do Estado pós-colonial. Os conflitos de racionalidades e o inevitável esgotamento ou caducidade dos modelos econômicos adotados são exemplos disto. O exposto, em conjunto com a resistência da população em colaborar com os programas de desenvolvimento econômico elaborados pelos atores políticos subordinados ao PAIGC, em pressões internas por parte dos diferentes atores sociais, nomeadamente as dos partidos da oposição, e em particular, as externas, contribuíram direta e indiretamente para as mudanças políticas do regime monopartidário na Guiné-Bissau a favor do multipartidarismo”.

3.3 A transição para o Sistema de democracia multipartidária

Conforme Ampagatubó (2008, p.167), [...] “a partir de 1960 até os finais da década de 80 do séc. XX discutia-se em nível internacional os mecanismos a utilizar por aproximar o continente africano do europeu em matéria de desenvolvimento econômico, social e político”. Tendo em conta esses mecanismos relatados, recorreremos às teorias da modernização e da dependência, tanto uma quanto a outra, defendiam que as estruturas socioeconômicas e políticas do continente africano, pré-colonial e colonial, não satisfaziam as demandas das populações pós-coloniais.

Neste sentido, o Estado foi considerado como a organização política primordial na promoção do bem-estar e desenvolvimento do continente, com encargo de organizar as estruturas sociais dentro da área da sua jurisdição. Nessa ordem de ideia, concordamos com Ampagatubó (2008), onde analisa que tem que ser levado em conta a crise que contagiou o continente principalmente na década de 1980, as consequências do insucesso foram impostas à falta de conhecimento das estruturas socioeconômicas do continente pós-colonial, nas quais a influência das instituições tradicionais na sociedade africana exaltada.

Como já foi ressaltado anteriormente, neste contexto, a presença da população nos assuntos do Estado quase não tem relevância na atividade política, especificamente, no que diz respeito ao planejamento dos planos de desenvolvimento socioeconômico e problemas de direitos humanos foram considerados como uma das causas fundamentais a serem levadas em conta. [...] “Em consequência desse reconhecimento,

a introdução da democracia pluralista foi considerada como condição indispensável e prioritária para superar a crise e conseguir o desenvolvimento dos países africanos” (AMPAGATUBÓ, 2008, p.167).

Neste caso, é importante ressaltar que essas táticas também foram seguidas em relação à Guiné-Bissau. Seguindo essa mesma lógica, consoante com Ampagatubó (2008, p. 168):

“As posições acima expostas permitiram a ocorrência, nos anos 1980, de uma verdadeira onda de *transições* para a democracia em África, inclusive na Guiné-Bissau, onde foi menos ventílico e mais circunstancial já que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) passaram a exigir a adoção do modelo democrático pluralista como pré-condição para a concessão dos créditos indispensáveis a sobrevivência do regime saído do golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980”.

Neste caso, podemos insistir ainda na Ampagatubó (2008, p.168), análise que foi [...] “a sequência do Programa de Ajustamento Estrutural implementado no país na década 1980, que a Guiné-Bissau encaminhou a sua transição para a democracia a partir do fim da década 1980”. Esse mecanismo de transição foi à tentativa inicial de mudança do Estado pós-colonial na Guiné-Bissau para um regime democrático. É importante frisar que o processo de transição de regime monopartidarismo para a democracia foi conduzido pelos próprios golpistas de 14 de novembro de 1980. Razão pela qual, não havia um debate qualificado sobre a democratização no país. Não havia uma conscientização das populações sobre os desafios que a democracia possa trazer. Fizeram a transição de forma rápida, com objetivo de perpetrar no poder e seguir com a mesma lógica de auto reprodução social.

O referido autor ainda afirma que o processo de introdução da democracia pluralista na Guiné-Bissau não foi um trabalho fácil para os governantes guineenses habituados tanto no passado (durante a luta de libertação), como quanto nos regimes de Luis Cabral e de João Bernardo Vieira a serem apoiados em termos de ajuda militar pelos países socialistas principalmente. Todos ainda esperavam contar com aquele auxílio para permanecer com o regime monopartidário e em consequência desse processo, a possível satisfação dos seus desejos pessoais. É importante frisar que essa situação de apoio da antiga União

Soviética não limitava-se somente a Guiné-Bissau, grande parte dos países revolucionários africanos beneficiava-se desses apoios. Na Guiné-Bissau, foram fundamentais no desenvolvimento da luta armada de libertação nacional. Os apoios eram feitos através de treinamentos das Forças Armadas, fornecimentos de armas, formação dos quadros do partido e assistência médica. (AMPAGATUBÓ, 2008)

O mesmo autor (2008) sustenta que o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e da Guerra Fria tornaram-se condições de difícil gerência pelos agentes políticos do partido. Isso, pois, tais informações significavam em âmbito internacional, uma nova configuração do Estado pós-colonial guineense em termos socioeconômicos, e, sobretudo, políticos.

Ampagatubó (2008, p. 169) reafirma ainda que, [...] “os prejuízos dos aliados ideológicos e militares, com poucas alternativas de união política no contexto internacional”. Esses constituem fatores fundamentais, os quais obrigaram os agentes políticos ligados ao PAIGC e a classe-Estado em geral, a aceitarem articular-se de maneira favorável ao processo de transição do monopartidaríssimo para o multipartidarismo, assim como, na adoção da economia do mercado na Guiné-Bissau. O mesmo pode se dizer em função da pressão popular na Guiné-Bissau por causa das dificuldades econômicas responsáveis por afetar a produção do país (no primeiro e segundo regime do PAIGC), sendo que o sistema produtivo permaneceu agravado com a crise da década de 80⁷.

Com esse entendimento, percebemos que a inconsistência da incapacidade do Estado da Guiné Bissau continua visível no seio da sociedade guineense, em que Ampagatubó (2008) sustenta um argumento consistente para justificar o fracasso do Estado da Guiné-Bissau a partir da crítica ideal na sua observação naquele momento: observando a sociedade naquele momento:

⁷ África entrou numa fase de mudanças rápidas. Algumas dessas mudanças devem-se a fatores internacionais. A queda dos regimes comunistas na Europa do Leste enfraqueceu as capacidades repressivas de muitos Estados ao sul do Sahara, privando-os de uma assistência policial preciosa, contribuindo desta forma no surgimento em força de oposições que reivindicavam a democracia multipartidária. Mas essas importantes transformações no seio do sistema mundial, não devem escamotear o caráter interno das referidas mutações, pois foram essencialmente o resultado direto do agravamento da crise econômica em África (AMPAGATUBÓ, 2008; BAYART, 1991, p.170). Essa observação de Bayart (1991) aplica-se ao caso guineense.

[...] A provável incapacidade dos dirigentes políticos em gerir os destinos do país, nomeadamente no que diz respeito à implementação das suas próprias políticas económicas ligadas à existência de um Estado que parece ser demasiado omnipresente e simultaneamente fraco. As referências ideológicas e os modelos normativos do desenvolvimento entram em profunda convulsão nos anos 1980, enquanto a crise económica mundial, desencadeada em meados dos anos 1970 se abatia duramente sobre África e outras regiões do Terceiro Mundo. O FMI e o BM dominaram na prática a política económica dos países fortemente endividados. Era o caso da Guiné-Bissau, Moçambique e num próximo futuro de Angola. Cabo Verde consegue uma relativa autonomia na gestão da ajuda multilateral, mas tem ainda por construir um sistema produtivo viável, que não pode assentar na agricultura. (AMPAGATUBÓ, 2008, p.171)

Porém, no entender de Murteira (1991), a queda do Sistema Socialista Mundial apresentou-se como um golpe nas táticas económicas originadas da era pós-colonial, descrédito dos princípios de planificação central, diminuição ou extinção das manobras nas associações com Estados Unidos, fato importantíssimo para a evolução dos conflitos nos países da África- Austral. Finalizaram dolorosamente, as ilusões voluntaristas e ofuscaram também as menções dos modelos para uma evolução interna e independente. Aos ideais radicais da década de 1970, sobreveio o pragmatismo da sobrevivência num pequeno prazo de tempo. Assim a Guiné-Bissau transitou-se definitivamente para o multipartidarismo. As populações tinham grande esperança de mudanças e o desenvolvimento do país. Algo que não aconteceu, a lógica de reprodução social continuou vigorando no país, os mesmos atores políticos continuaram no poder e praticamente nada alterou, todo mantinha na mesma. As instituições do Estado deixaram de funcionar em prol das populações. Passaram a ser instrumentos de desejos pessoais desses atores políticos. (MURTEIRA, 1991, Apud AMPAGATUBÓ, 2008)

A incapacidade dos dirigentes para fazer funcionar o Estado, na concepção do autor supracitado (2008), pensava a sociedade de que [...] “a transformação do regime monopartidário para o multipartidário

alteraria as práticas dos agentes políticos e da classe-Estado nas suas estratégias de reprodução política, econômica e social, assim como, no funcionamento do Estado pós-colonial na Guiné-Bissau”. A própria institucionalização da democracia guineense provocou maior visibilidade de outras organizações sociais, as quais não haviam se envolvido nas ações políticas, especialmente no momento em que fora instaurado na Guiné o regime monopartidarista. Essa condição gerou nos guineenses uma nova motivação, que fora resultado da tal visibilidade dos novos atores e partidos políticos nacionais (AMPAGATUBÓ, 2008, p. 171).

Ainda de acordo com Ampagatubó (2008, p. 172), [...] “com o passar deste período eufórico, verificou-se que nada do que se tinha teorizado acerca da democracia conseguiu consubstanciar na Guiné-Bissau”. Na verdade, em termos das ações dos líderes políticos, no Estado tudo se manteve como antes, já que os governantes que saíram das eleições multipartidárias primárias (1994) continuaram com seus exercícios políticos.

Ainda sobre esse pressuposto, para Candé (2013), é necessário lembrar que as lideranças políticas do golpe de Estado em 1980 foram os ganhadores das eleições multipartidárias iniciais na Guiné-Bissau de 1994. Ainda para o mesmo autor, a chegada do multipartidarismo fez ressurgir antigas manifestações tribais, anteriormente negadas por Cabral. As diferenças étnicas, consideradas antes riquezas nacionais, serviram como recursos para atrair votos na eleição de alguns candidatos. Como já foi dito anteriormente, as fragmentações étnicas podem causar problemas isto é, quando os políticos usam essas estratégias como a forma de conseguir votos e chegar poder. No xadrez político guineense, essa situação é permanente.

Candé (2013) sustenta ainda que a utilização pelos agentes políticos guineenses das suas posições dentro do aparelho de Estado para fins de obtenção de riquezas, assim como o presumível uso privado de bens públicos, continuou e passou a ser praticamente uma regra depois das primeiras eleições democráticas na Guiné-Bissau. A miséria e a corrupção passaram a fazer parte da vida cotidiana dos cidadãos e, em consequência, a sua consolidação dentro da administração pública guineense. É importante ressaltar que esses problemas afetaram fortemente as instituições do Estado, continuavam sendo algo recorrente no contexto sócio-político guineense. Roubo ao Estado passa a ser sistemática. Voltando ao Tilly (1996), para o autor para que haja o Estado na Europa, primeiramente, tem que haver a concentração de coerção e o acúmulo de capital. Pelo que foram analisados pelos autores,

contatamos que com essa condição, dificilmente a Guiné-Bissau cumprirá a pré-condição do Tilly (1996). Podemos admitir que as premissas básicas dele só acorreram no estágio colonial, onde a guerra desempenhou papel fundamental na construção das primeiras estruturas do Estado. Passando esse período histórico, segundo análises de Ampagatubó (2008) e Candé (2013), o país continua se mergulhando em várias crises institucionais que acabam inviabilizando a construção de um Estado institucionalmente forte na Guiné Bissau.

Com base nisso, Candé (2013) fundamenta que “as alegorias das narrativas fundantes da nação cunhadas na unidade e solidariedade étnica, aos poucos vinham definindo e se transformando no discurso de poucos”. A incapacidade de dialogar e solidarizar-se, a dissolução dos camponeses, a abdicação dos chefes tradicionais, o uso abusivo do poder e corrupção, enfim, uma incoerência dos valores guineenses favoreceu o enfraquecimento do Estado-Nação atual (CANDÉ, 2013, p.243).

Conforme a mesma autora, a densa crise atual guineense das Forças Armadas é a condição que acompanhou a falha do projeto de unidade nacional. As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) foram à primeira organização da República empregada dentro do contexto da luta pela libertação nacional, sendo esse importante marco da união nacional e também da ligação territorial desenvolvidas pelo partido (CANDÉ, 2013).

Ainda de acordo com Candé (2013, p. 243):

“Naquela época, as FARP se apresentam em uma profunda crise de autoridade ao transformarem-se arena de conflitos, de disputas políticas e de acesso pelo poder político entre diferentes partidos políticos, impelindo a reconfiguração do campo identitário de cunho étnico, ao pôr em xeque a legitimidade da identidade nacional. O problema que se consubstancia na Guiné-Bissau é que a participação no sistema político, a partir da identificação da unidade étnica, não foi capaz de incluir todos os grupos de modo equilibrado, pois na prática a participação no governo e na representação parlamentar tem sido marcada pelo poder de mobilização e de ativismo dos que tiveram um nível avançado de instrução, gerando conflito e descontentamento na grande maioria

dos grupos que não possuem este nível, e que lutaram pela consolidação da independência”.

No entanto, nota-se que a liberalização política na Guiné-Bissau faz ressurgir alguns grupos anteriormente isolados após a independência como sustenta Candé (2013), pois para ela essa formatação política guineense excita aos grupos que têm se sentido marginalizados, pois os mesmos utilizam de suas próprias resoluções, por vezes distantes do quadro democrático em questão. Ou seja, isso se torna uma maneira de incluí-los no processo político nacional.

Como já foi relatado, alguns chefes partidários adotaram estratégias étnicas que envolvem crescer e valorizar elementos de determinadas etnias, para obtenção de votos e conseqüentemente, almejar o acesso ao poder. Neste sentido a autora enfatiza que, nos dias atuais, a Guiné-Bissau vive certa instabilidade política, advinda de divergências apresentadas lá no início da concepção dos movimentos que lutavam pela libertação, evidenciando conhecimentos étnicos na formação democrática nacional.

Ainda segundo Candé (2013)

[...] Constata-se uma total renúncia dos ideais de luta não apenas em relação à unidade com Cabo Verde, mas também com o propósito da unidade interétnica base das narrativas fundacionais da nação bissau-guineense. A abertura política na Guiné-Bissau inaugurou uma nova fase na história do país. O primeiro passo dessa abertura política iniciou-se dentro do PAIGC. Na qualidade de quem conquistou a independência, se manteve no poder mais de vinte anos em regime político de partido único e que deveria adequar as suas normas estatutárias a fim de se integrar nas regras do jogo democrático e multipartidário, fundamentalmente, nas centralizações das instituições do Estado. (Candé, 2013, p244)

É importante frisar que esses problemas de rivalidades étnicas já vinham acontecendo dentro da estrutura do PAIGC ainda na fase revolucionária. Cabral em alguns momentos conseguia resolvê-los através da mobilização de todas as classes sócias em torno de um objetivo comum (luta armada pela independência nacional contra o

regime colonial portuguesa). Passando esse momento histórico, esses problemas reapareceram na nova estrutura social e política guineense.

Para Ampagatubó (2008), as diferenças entre os grupos, facções, os atores políticos ou não, traduzidos aqui em conflitos de racionalidades no interior do PAIGC, são, algumas das condições que explicam o conflito político-militar de 1998 na Guiné. Assunto que iremos abordar em seguida na próxima seção. Mas Candé (2013, p.246), ressalta que, [...] “a democratização do país fez emergir junto aos cidadãos bissau-guineenses tendências políticas de cunho étnico. Nesse sentido, existem pessoas que votam nos candidatos pertencentes às suas etnias”. É importante sublinhar que no contexto político e democrático guineense, no que tange a forma de votação, em parte, as pessoas geralmente, votam sem preocupar-se com os projetos políticos. Votam nas pessoas dos mesmos grupos étnicos e sócias. Problemas que acabam gerando várias crises institucionais e várias tentativas de golpes, contra golpes e contestação dos resultados eleitorais.

Todavia, essa tendência não se deu nos níveis de partidos políticos ao instigar conflitos étnicos. Neste contexto, Candé (2013, p. 246) afirma ainda que, “o tribalismo apareceu num contexto em que, conquistadas as independências e movidos pelas suas ambições, os políticos quiseram tornar-se gente do povo, propagandeando o slogan ‘*eu sou da mesma etnia que vocês*’”.

Na sua argumentação a autora sustenta que:

“A transição política na Guiné-Bissau poderia trazer mais vantagens e resultados se a classe política tivesse debatido de forma coerente as questões mais pertinentes vinculadas ao funcionamento das instituições do Estado e aos principais problemas que afetam os cidadãos bissau-guineenses, visto que, com a adesão do país à democracia e ao multipartidarismo, a gestão das instituições do Estado passaria a seguir um modelo de administração mais moderna e integrada no âmbito da globalização”.(CANDÉ, 2013, p.247)

Como podemos ver a transição e abertura política na Guiné-Bissau tem suscitado diferentes debates do ponto de vista a sua estrutura e forma como foi conduzido. Um dos autores guineense Cardoso (1996), afirma que, infelizmente, no período em que ocorreu a mudança política, não houve um debate interessante, em termos de melhor forma de

governo. É necessário compreender e reconhecer que uma das fraquezas deste processo de transição é a ausência de debates e de discussões organizadas sobre os seus diferentes aspectos. Também é importante trazer os grandes anciões de volta, fazê-los sentir parte desse processo como foi na mobilização para a luta de independência nacional, onde desempenharam papel fundamental na mobilização das etnias para a luta de libertação nacional. Esses ajudaram o PAIGC mobilizar todas as etnias em torno da luta armada de libertação nacional, sem esse apoio popular seria impossível o partido conseguir alcançar os seus objetivos traçados. Como já foi referido anteriormente, o processo da construção da nação está atrelado ao projeto político da nação, nesse caso, o debate ao projeto seria de extrema importância para as centralizações das estruturas do Estado e discutir o projeto viável para o desenvolvimento da própria nação.

Corroborando com Ampagatubó (2008), Candé (2013) acredita que um debate qualificado tanto das instituições sociais civis quanto dos políticos favoreceria a formação e desenvolvimento de um país mais homogêneo, que possivelmente possibilitaria a sua população melhores condições para viver. De acordo com Ampagatubó (2008, p.186), [...] “o que pareceu existir então era a consolidação de um projeto pessoal, que, inicialmente só beneficiava do regime (os militares), assim como alguns familiares”. Essas informações são destacadas aqui, pois em 1991 houve uma crise limitante dentro do partido, condição essa que trouxe repercussões consideráveis nas estruturas das Forças Armadas da Guiné-Bissau. É importante realçar que essa lógica de captura do poder por parte dos atores políticos guineenses inviabilizou o desenvolvimento do país e impactou fortemente o funcionamento do Estado no que diz respeito à saúde, à educação, segurança e os programas sociais. O Estado de Guiné-Bissau se depara com sérios de problemas para oferecer esses serviços basilares à sua população. Com isso, Ampagatubó (2008) ressalta que:

“A tentativa de conservação do poder por parte dos atores políticos pertencentes ao PAIGC trouxe consigo a crise de hegemonia dos mesmos, assim como de todas as instituições representativas do Estado e dos partidos políticos. Essa suposta crise de hegemonia traduziu-se no que, em princípio, parece ser a existência permanente do conflito, não só no interior da formação partidária, como também no aparelho do Estado e fundamentalmente nas Forças Armadas

guineenses”. (AMPAGATUBÓ 2008, p.192)

Pode se observar que desde a independência, o PAIGC e um grupo de elites políticas continuam e tentam se perpetuar no poder e no aparelho de Estado, como sublinha Ampagatubó (2008, p.209), [...] “as crises socioeconômicas e políticas, sobretudo militar, espalham possivelmente a falência do projeto da construção e o funcionamento do Estado na Guiné-Bissau, e, assim, a consequente frustração popular quanto às expectativas criadas pela independência nacional”. De acordo com Mendy (1993 apud AMPAGATUBÓ, 2008), o PAIGC parou de [...] ser visto como um partido hegemônico e amplamente aceitável na sua liderança política na Guiné-Bissau a partir da implementação de um regime autoritário e despótico, corrupto, sedento por dinheiro, transgressor das leis e dos costumes guineenses.

Com o passar dos tempos, o partido não conseguiu governar corretamente o país. O que de certa forma fez emergir o país de crises em crise, devido à má gestão e corrupção intensa, condições essas que desfiguraram em larga escala as características nacionais. Essa conjuntura tem trazido resultados negativos para o funcionamento do Estado, incluindo a paralisia dos projetos fundamentais para o desenvolvimento do país e da sua população. Também toda essa situação compromete ainda mais a imagem do país a nível externo. É bom deixar claro que o país depende muito da ajuda externa para pagar as dívidas internas.

Assim sendo, Ampagatubó (2008, p.201) garante que “essa crise provocou instabilidade no setor das Forças Armadas e refletindo-se nas promoções das forças armadas, transformando-as possivelmente num foco de instabilidade política na Guiné-Bissau”. Já para Lopes (1982, p. 17), [...] “as promoções são outro foco de instabilidade no seio das Forças Armadas Guineenses. Os jovens oficiais dizem que não são promovidos porque os comandantes que participaram na guerra colonial continuam no ativo”. É oportuno afirmar que essa estratégia visa capturar o poder dentro daquela instituição das Forças Armadas e perpetuar nele. Depois do conflito político-militar de 07 de junho de 1998, tornou-se algo recorrente e que vem atrapalhando o bom funcionamento daquela instituição na manutenção da segurança do território e na defesa das populações.

Em sua análise, Ampagatubó (2008) comenta que a prática de subversão democrática se tornou comum entre os líderes de golpes de Estados, pois isso tem sido frequente desde primeiro golpe de 1980, ressaltando suas consequências graves como a instabilidade nos setores

das Forças Armadas Nacionais. A maior parte dos militares de alto escalão usou dessa condição para se corromperem em detrimento do poder político.

Por fim, analisando a questão dos militares no poder, Tilly (1996, p. 32), aponta que “quando regimes militares estão no poder, essas fontes de renda independentes podem dar-lhes condições de evitar a negociação com os grupos civis”. Essas observações aplicam-se à Guiné-Bissau, onde as Forças Armadas tentam apropriar do aparelho do Estado para fazer valer os seus interesses pessoais em detrimento da população.

3.4 O Conflito Entre Facções no Interior da Instituição Militar

Objetivamos nessa seção fazer um levantamento dos conflitos políticos-militares que ocorreram na Guiné-Bissau após guerra de civil de (1998 a 1999) até o última crise institucional (golpe de abril de 2012)

No que se refere aos conflitos dentro das Forças Armadas de Guiné-Bissau, segundo Ampagatubó (2008), as Forças Armadas são formadas por todas as etnias que compõem as classes sociais de Guiné-Bissau, tanto nos altos oficiais como na base daquela estrutura. Essas composições das Forças Armadas guineenses colaboraram para o adensamento das subversões de racionalidades dentro das estruturas daquela instituição.

No entanto, essas crises internas foram reflexo do que acontecia nas instituições do Estado pós-colonial por vivência de conflitos de estratégias dos dirigentes políticos, quanto aos procedimentos a seguir no desenvolvimento de Guiné-Bissau (AMPAGATUBÓ, 2008). Podemos ressaltar que essa composição heterogênea supra referenciada pode ser relacionada com a existente no meio social guineense, como, aliás, já realçamos anteriormente. Perante essa conjuntura constatamos ao longo da pesquisa que a dificuldade em dialogar entre os principais dirigentes políticos da nação guineense, que interfere na situação sociopolítica e econômica advindas de diferentes estratos sociais e étnicos refletem nas estruturas das Forças Armadas.

Ainda conforme Ampagatubó (2008, p.201):

“É que a complexidade social guineense e heterogeneidade que ainda caracterizam a sociedade guineense no seu todo foram consequência da origem geográfica diversificada

dos seus respectivos povos, os quais ultrapassaram as fronteiras da Guiné-Bissau. Isto durante a luta armada, e também no Estado pós-colonial, por razões relacionadas com as práticas dos atores sociais, sobretudo políticos, pertencentes ao PAIGC no processo de construção e funcionamento daquela instituição”.

De acordo com o autor supracitado, com esta estrutura heterogênea, o adensamento das crises dentro das instituições das Forças Armadas seria difícil de evitar. Essas Forças Armadas ainda permanecem interagindo com as suas origens sociais, sendo que essas sociedades referidas várias vezes, não entendem os procedimentos dos dirigentes políticos na condução dos seus postos dentro do Estado.

É oportuno frisar que durante o período pós-independência os líderes do PAIGC têm recorrido a essa estratégia de promoção como maneira de gerar dentro das estruturas das Forças Armadas ocorrências de fidelidade e de sobrevivência.

Seguindo essa lógica de promoção, o motivo central dessa estratégia incide em acautelar-se na possibilidade de golpes de Estado. Também para permanecer para sempre no poder. Podemos assim afirmar que essa forma de procedimento vem ocorrendo na Guiné-Bissau constantemente desde a sua independência política. Relacionado a isso, Teixeira (2007) aponta que as Forças Armadas na Guiné-Bissau têm atuado de maneira a perpetuar-se dentro daquela estrutura, a qual tende a apoiar os dirigentes políticos no poder, quando esses pertencem à mesma etnia. E destituiu-lo quando esse deriva de outro grupo étnico (TEIXEIRA, 2007).

Conforme Ampagatubó (2008), ainda os problemas de origem social dentro das estruturas das Forças Armadas da Guiné-Bissau e outros componentes de caráter sociológico, especificamente o pertencimento de uma determinada etnia, grupo linguístico e religioso são fatores cruciais no esclarecimento das ações dos dirigentes políticos e do comportamento das Forças Armadas não só no seu próprio meio, como, principalmente diante dos governantes do país:

“Referida tendência verifica-se no que diz respeito ao processo de estreitamento da base social de recrutamento dos militares na Guiné-Bissau, a predominância dos Balantas no setor das Forças Armadas guineenses tanto na chefia como na base. O estreitamento de tal base social de

recrutamento é também responsável pelo autoritarismo que se verifica nas Forças Armadas guineenses”. (AMPAGATUBÓ, 2008, p. 204)

Como já fora referido, é importante realçar que essa forma de procedimento vem sendo usados, várias vezes, pelos dirigentes políticos e das Forças Armadas como forma de controlar o aparelho estatal e conseqüentemente, perpetuar-se no poder.

3.5 Composição demográfica das forças armadas da Guiné-Bissau

As Forças Armadas, em vez de serem uma instituição eficiente e dedicada à missão de servir o Estado na concentração do uso da coerção e para o acúmulo de capital, como observa Tilly (1996). De acordo com O'rgan e Thompson (2013, p.7), [...] “as Forças Armadas na Guiné-Bissau, são um clube elitista de indivíduos mais velhos que agem geralmente em prol de interesses pessoais”. Nos processos de promoção acima referidos, “os critérios de mérito, atuação e aptidão para liderar, são dependentes dos critérios de fidelidade às chefias, hierarquia e nepotismo” (O'REGAN E THOMPSON, 2013, p.8).

No caso guineense, para Tilly (1996), os dirigentes das Forças Armadas ainda usam chantagens e em várias ocasiões revolta para resguardar os seus ensejos e diminuir as atuações dos líderes civis. Essas observações de Tilly (1996) acerca do Terceiro Mundo são aplicáveis à Guiné-Bissau. Depois da independência, constatou-se que as Forças Armadas vêm usando a força como meio para se chegar e controlar ao poder do Estado. Esta prática vem prejudicando fortemente o bom funcionamento das instituições do Estado e desenvolvimento do próprio país.

Quadro 1- Composição das Forças Armadas da Guiné-Bissau.

COMPOSIÇÃO		Total por %
PATENTE	Oficiais	42%
	Sargentos e Cabos	38%
	Soldados e Cabos	20%
RAMOS	Exército	86%
	Força Aérea	4%
	Marinha	10%
FAÍXA ETÁRIA	20 anos ou menos	0,1%
	De 20 a 40 anos	44%
	De 40 a 60 anos	51%
	Mais de 60 anos	5%
TEMPO DE SERVIÇO	Menos de 5 anos	33%
	Menos de 20 anos	23%
	De 20 a 30 anos	20%
	Mais de 30 anos	25%

Fonte: Soares (2013) adaptado pelo autor.

O quadro acima mostra a composição das Forças Armadas da Guiné-Bissau, onde podemos perceber que a nossa Força Armada na sua maioria é composta por pessoas de maior idade o que corrobora com nosso argumento desde início da dissertação, visto que os mesmos são ainda a maioria que veio da luta de libertação nacional e período de partido-Estado. Por outro lado, de acordo com informações expostas no quadro, segundo Soares (2013, p.61):

a) as FARP têm mais oficiais superiores do que

Sargentos ou Praças, o que torna a pirâmide invertida, b) trata-se de um exército envelhecido com predominância de oficiais com maior tempo de serviço, o que pode significar que a maioria dos elementos do exército passou pelos principais momentos de rupturas nas Forças Armadas, c) o exército tem o maior número de elementos, relativamente aos outros ramos; Este desequilíbrio leva-nos a crer que existirão dificuldades no controle da zona marítima e do espaço aéreo, criando vulnerabilidade na vigilância da costa, uma vez que a Guiné-Bissau tem uma larga costa marítima com muitos rios em forma de delta e ilhas.

Pelo tudo que foi exposto no quadro, constatamos que o Estado de Guiné-Bissau tem dificuldade de controlar a sua fronteira marítima, o seu espaço aéreo e as suas populações em geral.

3.6 O Conflito Político-Militar de 07 de Junho de 1998

Segundo Ossagô (2010), o conflito político-militar iniciou-se na madrugada de 07 de junho de 1998. Começado pelos rebeldes autodenominadas Junta Militar, que tinham como objetivo prenunciado a reposição da ordem constitucional, o que acabou se tornando um confronto sangrento que durou meses e em maio de 1999 levou à queda do regime de João Bernardo Vieira “Nino”. Nino Vieira, como era chamado, havia governado o país por quase duas décadas como o chefe supremo do PAIGC e das Forças Armadas da Guiné-Bissau. Conforme Silva (2012, p. 12):

“Para a Junta Militar, o então Presidente da República tinha atuado à margem da constituição e das leis, logo, era ilegítimo. O povo, a sociedade civil, todos os partidos políticos (incluindo o próprio PAIGC) e as demais instituições nacionais contestavam-no. Era responsável pela situação calamitosa a que tinha chegado a Guiné-Bissau. Não podia, por isso, continuar no poder e cabia ao povo, de armas na mão, depô-lo”.

É fundamental deixar claro que esse grupo autodenominado

(Junta Militar), era formado pelos antigos dirigentes militares e políticos do PAIGC que foram afastados do poder ao longo da governação. Na sua fase mais avançada acabou sendo aderido por grande parte da população em função dos desgastes da governação de Nino Vieira. Neste momento, a Guiné-Bissau atravessava graves crises políticas e económicas. Também, é importante deixar claro que esse movimento revolucionário não tinha nenhum outro projeto político alternativo para nação. Depois que assumiram o poder, continuavam com a mesma lógica de reprodução social. Resolver os seus desejos pessoais em nome do povo. De acordo com Jaurá (2007), o chefe de Estado maior das Forças Armadas, Brigadeiro Ansumane Mané⁸, foi deposto da sua função de Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas pelo decreto presidencial, por ser suspeito de facilitar o tráfico de armas aos rebeldes separatistas de casamança⁹ vizinho da Guiné-Bissau. [...] Essa demissão gerou nesse uma sensação de prejuízos sobre os estatutos social e militar, e de revolta e aversão ao contra o então Presidente Nino Vieira. Logo, essa situação levou a atuações militares relacionadas ao sentimento de baixa-estima de Mané em razão da sua demissão do cargo de CEMGFA, que até aquele momento assumia dentro da estrutura militar (JAURÁ, 2007 Apud, AMPAGATUBÓ, 2008).

Ainda segundo Ampagatubó (2008, p. 207), Ansumane Mané afirmava a este respeito que:

O pronunciamento militar veio demonstrar autêntico catalisador dos muitos descontentamentos que desde 14 de novembro de 1980 se acumulam no seio das forças armadas da Guiné-Bissau. Eu próprio sou o exemplo deste descontentamento. Fui eu que praticamente derrubei o Luís Cabral para depois entregar o poder o Nino. Mas este quando começou a consolidar o seu poder na Guiné nem sequer se lembrou de mim para fazer parte do Conselho da Revolução. Retirei-me a casa onde morava como

⁸ Ansumane Mané foi combatente da liberdade da pátria do PAIGC na luta contra o colonialismo português. Foi Chefe de Estado das Forças Armadas da Guiné-Bissau, quando foi acusado pelo presidente Nino Vieira de tráfico de armas para guerrilha de casamansa - uma região fronteiriça entre Guiné-Bissau e Senegal (CORDOSO, 2000, Apud, OSSAGÔ, 2010, p. 47)

⁹ Região fronteiriça do Senegal localizada ao sul da Gâmbia e ao norte da Guiné Bissau.

Chefe do Estado-Maior General das forças armadas depois de ter-me acusado injustamente de tráfico de armas para o movimento independentista de Casamance. A. (Mané), entrevista pessoal, de 28 de setembro 1999). (ANSUMANE, 1999 apud AMPAGATUBÓ, 2008, p.207).

Para Ampagatubó (2008, p. 208), “essa situação fez com que numa altura em que não existia alternativa ao poder na Guiné-Bissau, porque Nino Vieira tinha afirmado em um comício em uma das praças de Bissau (em Tchapa), que só a morte natural o faria sair do poder”. Assim sendo, Ansumane Mané usou desse problema e desapontamento dos guineenses para interferir nos meios políticos e militares por meio do conflito político-militar iniciado em junho de 1998.

Para o autor supracitado, a partir deste momento é notório perceber a união entre os guineenses, por estes que já estavam exaustos de tolerar numa altura em que o poder do regime de Nino Vieira tinha sido colocado em causa pela sua baixa popularidade. Outro elemento fundamental relaciona-se com o vínculo da população dos militares para resolver conflitos políticos. Porém, salienta-se que o conflito político e militar de junho de 1998 fez aumentar o poder dos militares a forma de interferir consequentemente no poder político da Guiné-Bissau até o período em análise (2012), como podemos ver na observação de Ampagatubó (2008):

[...] E foi justamente essa tendência, que porventura proporcionou o aumento da popularidade dos militares, que no caso em análise, se traduziu no apoio maciço dos guineenses ao conflito político-militar. Quer isto dizer que a combinação dos fatores internos à instituição militar guineense, a destituição *do Nino Vieira do seu cargo de Presidente da república*, a origem social dentro do aparelho militar guineense, as variáveis de caráter sociológico, nomeadamente a pertença a determinados grupos sócias, linguísticos e até religiosos, associados aos fatores extra- militares, sobretudo no que diz respeito às questões relacionadas com a angústia da população perante as dificuldades no processo da construção do Estado pós-colonial, assim como das práticas dos

atores políticos pertencentes principalmente ao PAIGC no funcionamento daquela instituição (Estado), proporcionaram possivelmente, as condições para que o golpe tivesse sucesso (AMPAGATUBÓ, 2008, p. 241, *grifo nosso*)

Segundo Ossagô (2010), percebe-se que houve a transformação de racionalidade individual em uma ação coletiva. Em maio de 1999, o conflito terminou depois de onze meses de guerra civil, a junta militar saiu vencedora e Nino Vieira pediu exílio político em Portugal, logo, o presidente da Assembleia Nacional Popular assumiu a presidência do país interinamente.

Durante esse conflito Nino Vieira contava com a ajuda das Forças Armadas de Senegal e de Guiné Conacri. No sentido oposto, a junta militar utilizou-se do apoio dos rebeldes separatistas de casamança e com intenso apoio patriótico, isso, pois, a presença das tropas estrangeiras gerou um sentimento nacionalista dos guineenses.

De acordo com Lopes (2008, p.22), [...] “o conflito político militar de 7 de junho na Guiné-Bissau relaciona-se aos problemas políticos que devem ser compreendidos desde o processo de formação do Estado através dos autores políticos do PAIGC ligados ao governo ao longo do seu processo de independência”. Podemos neste caso, afirmar que as Forças Armadas na Guiné-Bissau foram atores fundamentais durante o processo de formação do Estado. Por conseguinte, essas suas influencias no contexto da luta armada, levou a uma constante guerra de poder dentro das estruturas estatais e isso gerou consequências do mau funcionamento do país, em cumprir com essas promessas feitas a população sobre melhores condições de vida durante o processo de independência nacional. Para Ampagatubó (2008, p. 209):

[...] Esse conjunto de causas é resultante de fatores como: ordem cultural, conflitos de racionalidade no processo de construção do Estado pós-colonial, econômica, política, erosão do Estado traduzia no não funcionamento das instituições, social, polarização da sociedade guineense em ricos e pobres, e finalmente militar pelo uso sistemático do método de dividir para governar e na eliminação física dos seus opositores.¹⁰

¹⁰ O período pós-conflito é fundamental para entendermos os sucessivos golpes

Desde o início da formação do Estado da Guiné-Bissau como analisado no segundo capítulo, percebe-se que as Forças Armadas apresentam a sua influência sobre o poder político. Assim sendo, a partir do período de pós-independência constatou-se uma nova configuração na vida política do país e na organização social, as quais geraram nova forma de relação entre o Estado e a sua população.

Conforme Ossagô (2010, p.86), “as mudanças e políticas ocorridas na sociedade guineense desde o início dos anos 1980, com o primeiro golpe de Estado, afetaram o papel dos diferentes grupos étnicos dentro das Forças Armadas”. Impactaram também no processo de concentração de coerção e o acúmulo de capital na Guiné-Bissau segundo Tilly (1996). Ainda conforme Ossagô, desde o conflito político-militar o país não teve mais estabilidade política. Após o conflito, ainda permanece na conjuntura da Guiné-Bissau os problemas da mesma natureza, relacionado às altas chefias das Forças Armadas, empregando o uso da força para satisfazer as suas necessidades contendo as classes políticas.

Nas palavras do autor supracitado, durante esse período pós-conflito de junho de 1998 a maio de 1999, é possível perceber que a partir desse momento, os poderes político e militar passaram por uma situação de conflito de autoridades na relação entre o poder Executivo e as Forças Armadas. É importante sublinhar que durante esse período, as Forças Armadas dominaram o xadrez político guineense e ditavam ordem de acordo com os seus interesses pessoais.

Para Ossagô (2010, p.87), “as Forças Armadas passaram a desempenhar um papel mais interventor na cena política do país, a partir do golpe de Estado em 1998/99, o que deu mais poderes a essas forças, mas que, mesmo depois do golpe nos anos 1980 contra o regime de Luís Cabral”. Toda essa situação relatada pelo autor vinha inviabilizando a centralização das instituições do Estado e no desempenho das suas funções.

Segundo Ossagô (2010), é possível realçar que a intervenção das Forças Armadas nos assuntos políticos pode ser relacionada com o baixo nível de formação. Principalmente, da sua pouco desenvolvida

militares do país até o último de 2012 que culminou na queda de governo de Carlos Gomes Junior. Para Soares (2013), o período que se seguiu ao conflito de 1998 foi nefasto do ponto de vista econômico e social, aliado a permanente instabilidade política. A história guineense foi marcada pela permanente tensão entre as diferentes instituições do país. As crises eram constantes entre o Governo e as Forças Armadas.

consciência corporativista, que pode se relacionar com a capacidade de submissão, legada da guerra, quando se subjugava as ações das Forças Armadas. Sustenta ainda que:

[...] Com a revogação da Constituição de 1991, as Forças Armadas haviam sido despartidarizadas. A liberalização política e as reformas, que foram introduzidas nas estruturas políticas preconizavam esta despartidarização, mas as Forças Armadas, de fato, continuam ligadas à esfera política. O presidente do Conselho do Estado, reconhecido pela Constituição como o comandante supremo das Forças Armadas, nomeou o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas e manteve uma relação relativamente estreita com os seus princípios; em alguns casos, configurando-se mais uma dependência pessoal. É oportuno esclarecer que essa revogação da Constituição foi feita pelos próprios dirigentes políticos do PAIGC ligados ao Estado, e outros políticos da oposição onde não havia participação de sociedade civil. (OSSAGÔ, 2010, p. 81)

De acordo com aquilo que fora exposto durante essa seção, constatou-se que no período após o conflito político-militar na Guiné-Bissau houve várias tentativas de intervenções das Forças Armadas na política nacional alegando objetivar-se ao cumprimento da Constituição da República no que diz respeito ao estabelecimento da ordem democrática. Isso, porque, segundo Ossagô (2010, p.99), “quando as suas demandas e influências não estão sendo cumpridas, essas intervenções resultariam na imediata paralisação das instituições e do próprio país”. A contínua intervenção militar na vida política é o resultado das constantes mudanças das alianças (Ibid.). Também é o resultado de enfraquecimento das instituições do Estado na Guiné-Bissau e de sucessivas crises políticas.

3.7 Os golpes de Estado na Guiné-Bissau como estratégia de poder e as ameaças à consolidação do Estado

De acordo com Ossagô (2010), após o final do conflito político-militar de 1998 ganhos pela junta militar; as Forças Armadas guineenses

atuaram de maneira a permanecerem no poder com vários benefícios, glória e ajuda das populações, sem que as suas atitudes fossem abertas em relação à ambição do poder político civil. Tentaram de diversas maneiras conservar ou dominar o poder. Entretanto, é oportuno frisar que as políticas adotadas no período pós-independência continuou vigorando no cenário político guineense até os dias atuais, que passa pela captura do poder do Estado para enriquecer ilicitamente em detrimento das populações. Essa prática acaba gerando vários tipos de crises institucionais e golpe militar enfraquece ainda mais a já debilitada instituição estatal guineense.

Perante esse contexto, o vínculo entre militares e civis no país desmoronou-se de forma expressiva, principalmente durante últimas décadas, devido à ingerência das Forças Armadas no assunto político, às fragmentações no meio das Forças Armadas e o aniquilamento da competência na esfera da segurança nacional (OSSAGÔ, 2010). Conforme com O’regan e Thompson (2013, p. 8):

[...] Em 1999 e 2000, após a guerra civil, realizaram-se eleições legislativas e presidenciais sem a candidatura do General Mané. Tornou-se, no entanto, óbvio que Mané recusaria renunciar à sua recém-adquirida influência na escolha de figuras de chefia, capazes de proteger os militares de quaisquer dirigentes civis mais autocráticos. Pouco depois das eleições presidenciais de 2000, foi afixada uma placa de *Co-Presidente* na porta do gabinete de Mané, que passou a ignorar ou rejeitar medidas tomadas pelo novo governo civil para promover ou deslocar tropas e oficiais. Entretanto, Mané começou a perder apoios no seio das Forças Armadas devido à sua participação cada vez maior na luta política. Alguns membros das Forças Armadas tomaram o partido do recém-eleito Presidente Kumba Ialá (2000 -2003), que tentara consolidar a sua autoridade junto das bases ao favorecer a sua própria etnia Balanta. Ialá ordenou a prisão de Mané por subversão e Mané foi assassinado em novembro de 2000 por soldados leais ao seu sucessor, o Chefe de Estado-Maior General Veríssimo Correia Seabra.

Ainda conforme O’regan e Thompson (2013), após do falecimento de Mané em 2000, General Virissimo Seabra ocupou a

função de Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas. Em 2003, “o General Seabra destituiu o Presidente KumbaIalá, que tinha perdido popularidade pelo seu comportamento cada vez mais imprevisível e por ser considerado responsável pela ineficácia geral do governo perante a crise econômica” (O’REGAN; THOMPSON, 2013, p.8-9). O então empresário Henrique Rosa passou ocupar o cargo de Presidente da República.

À similaridade de Mané, Seabra presidiu a volta a um governo civil e à convocação das eleições, mas a fragmentação das Forças Armadas piorou à medida que as diversas classes se organizavam com distintos oficiais e facções militares. Para O’regan e Thompson (2013), Seabra virou-se uma vítima dessa condição arruinada e foi morto em um conflito ocorrido em 2004.

Ainda em 2004, o General Batista Tagme Na Wai assumiu o comando das Forças Armadas depois do falecimento de Seabra, assim, a escolha dele foi motivada pelos líderes militares e não pelos dirigentes políticos, esse foi um forte indicativo do conflito entre as facções das Forças Armadas. O General Na Wai era um integrante da mesma etnia do ex-Presidente Kumba Ialá, a etnia Balanta, todavia, muitos indivíduos do seu meio e dirigentes das Forças Armadas foram requeridos e eram apoiadores do ex-Presidente João Bernardo Vieira, numa busca para promover uma equidade sutil entre as alianças inimigas dentro das Forças Armadas e dos grupos políticos (O’REGAN; THOMPSON, 2013).

Ainda de acordo com O’regan e Thompson (2013), as relações entre as populações e as Forças Armadas continuaram a arruinar-se. Na Wai mantinha uma relação adversário com Joao Bernardo Vieira, o qual acabava de retornado da expatriação e ganhado a segunda volta das eleições para Presidente de 2005 (esse venceu sendo um candidato independente). Em novembro de 2008, as tropas amotinadas assaltaram a casa presidencial, um segurança morreu e o Na Wai conseguiu escapar ileso, considerou-se assim, que os acontecimentos tinham sido planejados pelas duas partes. No dia primeiro de março de 2009, o General Na Wai foi morto em um atentado com bomba, momentos depois, segundo as informações que circularam os grupos fieis a Na Wai atacaram o Palácio Presidencial, torturaram e executaram a tiro Nino Vieira, embora sem provas que Nino estivesse envolvido no crime de general Na Wai (O’REGAN; THOMPSON, 2013).

Ainda conforme O’regan e Thompson (2013, p.9):

“É importante lembrar que Nino Vieira só voltou

ao país graças à intermediação realizada pelo apoio de um grupo dominante dentro das Forças Armadas, naquela altura, entre eles, o próprio General Batista Tagme Na Wai, antigo inimigo de Nino, que usou de suas regalias de força para passar por cima de todos os órgãos da soberania do país, fazendo valer as forças do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas. Mas mesmo assim, depois de sua volta à presidência da República, a situação geral continuava a declinar-se em todos os setores do país (social, político e econômico)”.

Segundo Ossagô (2010), o relacionamento entre os altos oficiais das Forças Armadas continuava tenso, condição essa que se apresentava cada vez mais frequente nas estruturas desta instituição, sua influência na regência da política nacional. Com isso, a chefia das Forças Armadas não vai mudar muitas coisas, pois depois desde Mané em diante todos que ocuparam aquele cargo foram mortos, na análises de O’regan e Thompson (2013, p.9):

“Em 2009, sucedeu a Na Wai o Vice-Almirante José Zamora Induta, um adjunto do General Mané durante a guerra civil de 1998. Induta ocupou o cargo durante apenas um ano, até 1º de abril de 2010, quando o seu adjunto, o General Antônio Indjai descontente com a existência de um acordo entre o Governo do então Primeiro-Ministro Carlos Gomes com o Governo de Angola, para o desmantelamento das Forças Armadas de Guiné-Bissau e promover mudanças no setor de segurança. O General Indjai revoltado com a situação deu golpe e proclamou-se Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas. Ordenou a prisão de José Zamora Induta, assim como o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Jr. Gomes Jr. No entanto o Primeiro-Ministro acabou por ser libertado sob a intensa pressão de grandes manifestações públicas dos líderes influentes da sociedade civil e dos parceiros internacionais. O Vice-Almirante Induta e outro oficial permaneceram detidos durante oito meses sem culpa formada”.

Para O’regan e Thompson (2013), [...] “a partir de então a desconfiança entre Indjai e Gomes Jr. só se agravou. Em abril de 2012, Indjai prendeu novamente Gomes Jr. nas vésperas de acontecer campanha para segundo turno das eleições presidencial onde tinha vencido no primeiro turno Indjai acusou mais uma vez Carlos Gomes Jr. de cooperar com o governo de Angola e ter mobilizado vários militares em uma missão angolana de manutenção de paz na Guiné-Bissau (O’REGAN; THOMPSON, 2013, p, 9).

Neste contexto supracitado, Indjai desconfiava da presença da missão angolana, designada, em seu conceito, a amortecer as Forças Armadas Guineenses e a solidificar disposições no país. Ainda, Gomes Jr. se eleito Presidente da República, em razão da sua influência na política do país, ficaria mais bem colocado para destituir Indjai do seu posto. A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) perpetraram coação sobre Indjai a libertar Gomes e os outros membros do governo foram obrigados a deixar a Guiné-Bissau, tendo que viver no exílio (Portugal) (O’REGAN; THOMPSON, 2013).

Por seu turno, ainda de acordo com O’regan e Thompson (2013, p.10), “o Vice-Almirante Induta, que estivera detido pelas forças do General Indjai durante a maior parte de 2010, fugiu por Casamança e conseqüentemente para a Gâmbia, de onde seguiu para Portugal”. Para estes os autores os grupos militares inimigos foram expulsos durante o golpe. Embora, um governo de transição assumiu o poder imediatamente, o Presidente da Assembleia Nacional Popular, também ex-candidato presidencial Manuel Serifo Nhamadjo assumiu a presidência interinamente. E juntos com forças política no país e com recomendação da CEDEAO formaram governo de transição até novas eleições gerais. E o General Indjai permanecia como a pessoa mais influente na Guiné-Bissau. Ainda segundo O’regan e Thompson (2013, p.10):

A tendência iniciada com o General Mané e que persistia é a de constante instrumentalização política das Forças Armadas. As pretensões iniciais de Mané parecem moderadas em comparação com o que veio depois. Tendo sido ele próprio prejudicado pela liderança política anterior e atravessado um ano de guerra civil, procurava excluir os militares do processo político e usava a sua autoridade para travar certas medidas e dirigentes civis. Os seus sucessores e diversos outros chefes militares procuravam

ampliar esses poderes. O General Na Wai transgredia publicamente a política oficial e ordenava a prisão de parlamentares e políticos em várias ocasiões. Numa delas, durante uma conferência de imprensa, o General Indjai ameaçava matar o então Primeiro-Ministro Gomes Jr. Enquanto Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, Indjai reclamava para si próprios novos e amplos poderes, incluindo a responsabilidade pelas áreas de recrutamento, promoções, orçamento e despesas militares, além da estratégia de defesa nacional, alterações que foram oficializadas por nova legislação adotada em 2011. Como o sector de defesa representa pelo menos 30% do orçamento do Estado nos últimos anos, tais poderes conferem enorme influência às chefias militares.

Como já foi abordado, é importante salientar que as constantes crises dentro das estruturas das Forças Armadas destruíram as já debilitadas instituições do Estado. Eles têm salientado no país os episódios de violência, assassinatos de altos oficiais das Forças Armadas e do governo, tentativas de golpes de Estados e militar (O'REGAN; THOMPSON, 2013).

Conforme O'regan e Thompson (2013, p.10), “a instrumentalização política dos militares contribuiu para agravar as lutas internas e o facciosismo em todo o setor da segurança. Para avançar na carreira, o soldado precisa do apadrinhamento de alguma figura de relevo”. Decisivamente, as estratégias para concentrar o poder, a concorrência e as brigas internas entre elementos das Forças Armadas tornaram-se frequentes e facilitaram a aumento da brutalidade. Também é importante frisar que essas intervenções das Forças Armadas na política trouxeram vários problemas que estão relacionados com o tráfico de droga.

Frequentemente, quando acontecem conflitos ou tiram o Presidente da República do poder sempre afirmam que a ordem democrática será reestabelecida e que não passa de um golpe de Estado (OSSAGÔ, 2010). Essas situações acabam agudizando uma série de crises políticas no país, o que leva como resultado desestabilização do país no plano nacional e internacional (O'REGAN; THOMPSON, 2013). O resultado desse procedimento dos militares é resumido no quadro a seguir.

Quadro 2- Cronologia dos golpes de Estado de 1980 a 2012

ANO	AUTORES GOLPISTAS	OS DESTITUÍDOS NO PODER	FUNÇÃO	PÓS-GOLPE
1980	Nino Vieira	Luís Cabral	Primeiro Ministro	Presidente da República
1999	Ansumane Mané	Nino Vieira	Chefe E. M. F. Armadas	Chefe E. M. F. Armadas
2003	Virissimo Seabra	KumbaIala	Chefe E. M. F. Armadas	Chefe E. M. F. Armadas
2009	Grupos desconhecidos das F.As	Nino Vieira / Tagme Na Wai	Grupo dentro das F.A.	Continuam dentro das F.A
2010	Antonio Indjai	Carlos Gomes Júnior	Vice C. E. M. F. A	Chefe E. M. F. Armadas
2012	Antonio Indjai	José Zamora Induta / Carlos Gomes Júnior	Chefe E. M. F. Armada	Chefe E. M. F. Armada

Fonte: Ossagô (2010) adaptado pelo autor.

O quadro exposto acima retrata todos os golpes militares que vem acontecendo na Guiné-Bissau desde 1980 até 2012. E esses problemas acabam afetando fortemente a instituição do Estado na promoção e desenvolvimento sustentável do seu povo e nas suas políticas internas e externas. Ao longo desta pesquisa constatou-se que constante interferência das Forças Armadas em assuntos políticos vem minar o processo de construção do Estado e na centralização das suas estruturas.

Pelo que fora analisado no Quadro 2 é possível elencar algumas situações: que nenhum Presidente ou Chefe de Estado Maior ficou por muito tempo no poder, também se verificou que esses problemas das Forças Armadas levaram a Guiné-Bissau a ser colocada na lista de países considerados Narco-Estados. De acordo com Ossagô (2010), foram acusados alguns oficiais das Forças Armadas de tráfico de drogas pelo Escritório das Nações Unidas para Droga e Crimes (UNODC). Essa

prática suscita a instabilidade política, uma vez que determinados elementos das Forças Armadas são inteiramente vinculados ao comércio de narcóticos com circulação, ao garantirem as passagens de barco e avião dentro do território nacional. Ainda segundo o autor

“No ranking sobre Percepções da Corrupção da Transparência Internacional 2008, a Guiné-Bissau ocupa a posição 158 de um total de 180 países, sendo também classificado como *NotFree*. Nos últimos anos, a corrupção nas instituições pública tem se generalizada através de ações de cartéis de forças armadas, na administração civil e mesmo no poder judiciário”. (OSSAGÔ, 2010, p. 11)

Por outro lado, ainda segundo o autor, “desde o pós-conflito de 1998/99, os sucessivos governos e presidentes demonstraram fracassos no que diz respeito à resolução de tais problemas”, como explanado anteriormente, durante as nossas discussões e análise. Para Cardoso (2009), em grande parte, isso se deve a influência da guerra pela independência nacional que marcou a população guineense, de tal modo, que no período pós-colonial, os dirigentes políticos não executaram as reformas para discutir sobre o papel das Forças Armadas no país. Na sua reflexão, o autor mostra que isso pode ser qualificado como:

[...] um oportunismo por parte das políticas que, querendo rapidamente chegar ao poder ou perpetuar-se no poder, sempre tentaram cultivar compromissos com as forças armadas. Portanto, desenvolveu-se um contexto onde o exército tivesse-se tornado um elemento central. Os conflitos políticos não se resolviam pela via pacífica, mas utilizando o exército como um instrumento. As políticas instrumentalizavam, em certa medida, o exército aos seus próprios fins. (CARDOSO, 2009, p. 22)

Ainda de acordo com afirmação de Ossagô (2010), os dirigentes políticos aproveitam-se das Forças Armadas como forma de se alcançar ao poder. Nesse caso, o controle do poder político sobre as Forças Armadas não existia. Estes ao serem aproveitados pelos dirigentes políticos como aparelhos para aproximar o poder, após ficar à vontade para resolver os seus problemas. [...] “Em uma relação de troca ou

contrato, as quais ambos os poderes devem respeitar, mas isso só acontece até certo momento, quando as demandas das Forças Armadas não são incluídas”, (OSSAGÔ, 2010, p.99).

Segundo Cardoso (2009), as estruturas do Estado da Guiné-Bissau necessitam de uma nova maneira de funcionamento, reestruturação política e das Forças Armadas. Para que isso aconteça, é imperativo funcionar uma nova forma de governo. Para o autor, é indispensável assumir um acordo com as Forças Armadas e mostrar para estes que o espaço político é um ambiente de procedimentos onde as Forças Armadas não têm o seu recinto e que a sua função é bem determinada como aponta o Tilly (1996) no primeiro capítulo, defesa da integridade territorial do país, das instituições, assim como, o controle da população, não intervir na política, o papel que não lhes diz respeito.

Ainda de acordo com Cardoso (2009), também é fundamental realizar reformas coerentes para as antigas forças colônias nativas, concedendo-lhe uns espaços de mérito na classe social guineense assim como executaram sua luta pela independência, em como os seus direitos precisam ser conferidos. Também é importante criar condições mínimas para a reforma, garantir pensão mensal aos antigos combatentes, fazer com que eles voltem a acreditar nas instituições do Estado e poderem participar no processo da consolidação das organizações.

Segundo Cardoso (2009), essa reforma significaria um passo fundamental na maneira que os governantes políticos fiquem totalmente vinculados às populações. Por outro aspecto, percebemos que é plausível sim uma reestruturação nas Forças Armadas dentro de pouco espaço de tempo, uma vez que as Forças Armadas sejam conscientes das missões que têm para defender a nação.

Para o autor, a reestruturação das Forças Armadas há muito tempo é considerada como um elemento imperativo e necessário na estabilização política do país, contudo, os procedimentos encontrados não aparecem nulos em semelhança a essa ação. De acordo com Cardoso (2009, p. 18), “vai depender da vontade política, que pode provocar essa reforma das Forças Armadas para fazer uma instituição moderna, à altura dos desafios que se põem à Guiné-Bissau”.

A partir daquilo que foi analisado anteriormente nessa dissertação. Nesta ocasião, não se pode afirmar que Tilly (1996) seja suficiente ou insuficiente para explicar a não formação do Estado em Guiné-Bissau, uma vez que sua pré-condição jamais ocorreu no processo de construção de Estado pós-colonial em Guiné-Bissau.

Por tudo que fora comentado no primeiro capítulo por Tilly (1996) através de sua abordagem histórica e sociológica, [...] “A guerra

e os seus preparativos obrigaram o Estado a redobrar os esforços de tirar da sua população os recursos que levaram o governo a negociar com os detentores os meios de guerra”. Por conseguinte, essa situação gerou comprometimento dos Estados em se preocupar com a justiça social para as suas populações, e manter a segurança dos mesmos. Essas observações de Tilly (1996) acerca do Estado europeu não são aplicáveis à Guiné-Bissau. (TILLY, 1996, p. 27).

Constatou-se que o Estado de Guiné-Bissau não foi capaz de garantir segurança e justiça para a sua própria população. Por conseguinte, demonstra a incapacidade do Estado na projeção de poder sobre área da sua jurisdição. Neste caso, podemos concordar com o argumento central de Herbst (2000), onde o mesmo sublinha que um Estado perde a sua capacidade de projeção de poder quando é incapaz de controlar o seu território, fronteiras e garantir a segurança para os seus cidadãos. Portanto, desde a independência nada mudou em termos de crises institucionais e apresenta-se constantemente.

CONCLUSÃO

O objetivo desta dissertação foi testar a teoria de Charles Tilly (1996) para analisar o processo de formação de Estado na Guiné-Bissau e tentar mostrar dentro desse processo como é possível construir um Estado institucionalmente forte.

Foi apresentado o debate teórico e conceitual acerca do processo de formação do Estado na Europa e na África propostos pelos autores Tilly (1996) e Herbst (2000). Procurou-se fazer uma revisão das principais interpretações de Tilly (1996). Ao longo da pesquisa constatou-se que a teoria de Charles Tilly (1996) possui limitações para explicar o processo de formação do Estado e que não houve concentração da coerção e acúmulo de capital em Guiné-Bissau. Herbst et al (2000), concluíram que o fator determinante para que não haja a centralização da autoridade nos Estados nos países africanos relaciona-se com o problema do colonialismo, o impacto da Guerra Fria no continente, assim como os problemas demográficos também têm a ver com a forma de financiamento das guerras africanas através da economia de enclave. Ao mesmo tempo, ao longo desse trabalho, observamos que desde a sua independência até 2012, grande parte dos governos não possuiu o monopólio legítimo da força perante as instituições do Estado. Guiné-Bissau vem sofrendo várias crises institucionais e que acaba refletindo fortemente no processo de desenvolvimento do país. Praticamente, as instituições do Estado não funcionam aos moldes dos Estados modernos. Desde o golpe de 14 novembro de 1980 que separou a Guiné-Bissau e Cabo Verde, havia uma constante interrupção da ordem constitucional por parte das Forças Armadas com intermédio dos políticos para chegar ao poder do Estado.

De acordo com a pesquisa, os autores Ampagatubó (2008), Cardoso (2009), Candé (2013), O'regan e Thompson et al (2013), concluíram que o fim da URSS, a interferência das Forças Armadas na política guineense, os problemas de déficit democrático, corrupção e deterioração das relações étnicas contribuíram para que não acontecesse a concentração de coerção e acúmulo de capital em Guiné-Bissau, que são pré-condições fundamentais, segundo Tilly (1996) para que tenha havido o Estado na Europa moderna.

Concluímos em nossa dissertação que a Guiné-Bissau não cumpre o requisito fundamental de Tilly (1996) para a formação de um Estado-Nação. O nosso argumento relaciona-se com o fato de que desde a sua independência, as instituições do Estado ainda estão débeis e separaram-se com muitos problemas para fornecerem os serviços

mínimos para suas populações como: a educação, a saúde e a segurança. Logo, há um limite em fazer uso da teoria de Tilly (1996) para explicar o processo de formação do Estado em Guiné-Bissau.

Para que esses problemas sejam solucionados, sugerimos que seja de suma importância encontrar formas de reconciliar, através do diálogo e encorajar a distribuição recíproca e assertiva das instituições do Estado, construídas nos períodos colonial e pós-colonial, presentes no contexto sócio-político de Guiné-Bissau, traduzindo tudo em uma visão mais segmentada do Estado. Caminhos possíveis podem ser trazer os grandes anciãos de volta na tomada das decisões no que tange a centralização das instituições do Estado e promover no seio das populações um diálogo profundo sobre identidade nacional, para que os mesmos possam voltar a acreditar nas instituições do Estado. Além do mais, constata-se que uma centralização da autoridade do Estado na Guiné-Bissau só pode ocorrer com sucesso através da inclusão e da participação de uma ampla maioria das classes sociais nos aspectos ligados a organização estatal.

Colocar os interesses nacionais acima de qualquer interesse pessoal ou étnico. Tentar fazer com que todos se sintam como parte integrante desse processo. Para um país multiétnico e plurilinguístico como a Guiné-Bissau, esse diálogo seria de extrema importância.

No curto prazo, combater os golpes através de leis e suas implementações é importante - os responsáveis por qualquer tentativa de golpe que possam colocar o bom funcionamento das instituições do Estado da Guiné-Bissau em risco. E mostrar claramente para as chefias militares que a sua principal missão é servir o Estado na concentração de coerção e o acúmulo de capital e também na defesa do território nacional, segundo Tilly (1996).

REFERÊNCIAS

AMPAGATUBÓ, José. **Pressupostos e significado do golpe de Estado de 1998-1999 na Guiné-Bissau**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 2008.380 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) -Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2008.

BAYART, J.F. Finishing with the Idea of third world: The concept of political trajectory. In J.Manor (Ed), **Rethinking Third World Politics**, (pp. 51-71), 1991.

BENTO, Leonardo Valles.**Governança global: uma abordagem conceitual e normativa das relações internacionais em um cenário de interdependência e globalização**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina. 2007.

BERGHE, Pierre L. Van Den. **O papel das Forças Armadas na África contemporânea**. Publicado em África Report, v. 10, n. 3, Washington, EUA, 1969. Disponível em:<www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/816894.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2014.

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República de Guiné-Bissau**. 1991.

CANDÉ, Artemisa Odila Monteiro. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do Estado-nação-conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. Bahia: Universidade Federal de Bahia, 2013.289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Bahia, 2013.

CARDOSO, Carlos. A Guiné-Bissau tem necessidade de uma nova liderança política. Casa das Áfricas, 20 mar. 2009. Disponível em: <http://www.casadasafricas.com.br/site/index.php?id=noticias&sub=01&id_noticia=750>. Acesso em: 02 jan. 2015.

CASTELLANO DA SILVA, Igor. (2011). **Guerra e construção do Estado na Rep. Democrática do Congo: A definição militar do conflito como pré-condição para a paz**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Congo, a guerra mundial africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz.** Igor Castellano da Silva. Porto Alegre: Leitura XXI, UFRGS, 2012. 272p.

CORDEIRO, Roberto Sousa. **Guiné-Bissau (1973-2005): uma análise sobre a relação civil militar no processo de transição política.** 2008. Disponível em: <<http://www.didinho.org/GUINEBISSAUUMAANALISESOBREARELACAOCIVILMILITAR.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

GOMES, P. Godinho. **Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G. C e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973).** Organização do Estado e relações internacionais. Itália: L'Harmattan, 2010.

GOMES. A.F. Silva. **Inserção política em Guiné-Bissau no processo de transição democrático** (1994-2012). Porta Alegre: Universidade Federal de Rio Grande do Sul, 2012. 51.f. Monografia (Graduação em Ciências Súcias). Programa de Graduação em Ciências Sociais, Porta Alegre, 2012.

HANDEM, Diana Lima. A historicidade da construção nacional na Guiné-Bissau. In: COLÓQUIO INEP/CODESRIA/UNITAR. **Construção da Nação em África: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.** Guiné-Bissau: INEP, 1989.

HERBST, Jeffrey Ira. The creation and maintenance of national boundaries in Africa. **International Organization**, v.43, n. 4, Autumn 1989.

LIBERATO, Carlos Franco. Os conceitos de etnia e classes sociais: uma primeira aproximação dos instrumentos de análise à realidade africana. Soronda: **Revista de Estudos Guineenses**, 7(14), 83-95, 1992.

LOPES, Carlos. **Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau.** [Biblioteca de Estudos Africanos] Lisboa: Edições 70, 1982.

MENDES. P. Rosa. **Guiné-Bissau: Respostas de paz à impunidade e exclusão.** Publicado em EPLO, Brussels, 2013. Disponível em: <http://www.eplo.org/assets/files/2.%20Activities/Civil%20Society%20Dialogue%20Network/Geographic%20Meetings/GuineaBissau/EPLO_Background%20Paper_CSDN%20Meeting_Guinea-Bissau_PT.pdf>.

Acessado em: 20 fev. 2016.

NKIWANE, Tandeka. Africa and international relations: Regional Lessons for a Global Discourse. **International Political Science Review**, v. 22, n. 3, Transformation of International Relations: Between Change and Continuity. (Jul., 2001), pp. 279-290

NÓBREGA, Álvaro. **A luta pelo poder na Guiné Bissau**. Lisboa: ISCSP, [s.d.].2003.

O'REGAN, D.& THOMPSON, P. Promover a estabilidade e a reconciliação na Guiné-Bissau: lições do primeiro narco-Estado de África. **Relatório Especial do CEEAn**. 2, 1.impressão, texto policopiado, 2013.

OSSAGÔ, Ricardo de Carvalho. **Que Democracia?** O processo de Transição Política Guineense e a Atuação das Forças Armadas na Condução da Política Nacional (1994 a 2009). Teresina: Universidade Federal de Piauí, 2010.125f. Dissertação (Mestre em Ciências Políticas). Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Teresina, 2010.

PAIGC. **História da Guiné e ilhas de Cabo Verde**. Porto: Ed. Afrontamento, 1974.

_____. **História da Guiné e ilhas de Cabo Verde**. Porto: Ed. Afrontamento, 1977.

PINTO, Simone Martins Rodrigues. A Construção da África: uma reflexão sobre origem e identidade no continente.**Revista A COALFAPLp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa**, São Paulo, ano 2, n. 3, 2007.Disponível em: <<http://www.mocambas.org>> e ou <<http://www.acoalfaplp.org>>. Acesso em: 20 out. 2015.

SILVA, F. Henriques. **Crônicas dos (Dês) feitos da Guine- Bissau**. Lisboa: Almedina, 2012.

SOARES, L.R.de Castro. **Desafios à paz na Guiné-Bissau:** o papel da etnicidade na Reforma do Setor de segurança. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013.166 t. Dissertação (Mestre em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações

Internacionais, Coimbra, 2013.

SANTOS, D. **Contos africanos. História dos povos de língua portuguesa.** Zangu Digital, 2014.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Militares e civis na Guiné-Bissau: amigos ou inimigos?** 2007. Disponível em: <<http://www.didinho.org/MILITARESECIVISNAGUINEBISSAUAMIGOSOUINIMIGOS.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

VASCONCELOS, D. Oliveira. **Pode um Estado Africano Cooperar?** Os Processos de *State-Building* e Construção da Identidade da Guiné-Bissau no Âmbito da Cooperação Internacional Brasil- PALOP. Instituto de Ciência Política. Brasília: 2014. 60 f. (Bacharel em Ciência Política). Graduação em Ciência Política, Brasília, 2014.

WOOLLACOTT, J. **A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal. Publicado em** University of Manchester, 1983. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223466050T4kAK2od2Ar67WH4.pdf>>. Acessado em 08 mar. 2016.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

CARDOSO, Carlos. Estado e Nação: para uma releitura da construção nacional na Guiné-Bissau. In: **Que Estados, Que Nações, em Construção nos Cinco? Colóquio Internacional de Cidade da Praia.** 2 a 23 de março de 1996. Editado em 1998.

_____. **Os desafios da transição política na Guiné-Bissau: um pacto difícil.** 2008. Disponível em: <<http://www.didinho.org>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

CARDOSO, F. G REIS, C. F. B.,. A crucialidade dos condicionantes internos: o desenvolvimento comparado das colônias temperadas inglesas entre 1850 e 1930. **Revista Estudos Econômicos**, v. 39, n. 2, p. 329-357, 2009.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTENO, M. Angel. **Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America**. University Park: PennsylvaniaStateUniversity Press, 2002.

DAVIDSON, Basil. *The black man's burden: Africa and the curse of the nation-state*. **Three Rivers Press**, New York, 1993.

_____. *A política da luta armada: libertação nacional nas colônias africanas de Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho, 1976. CABRAL, Luís. **Jornal Crônica da libertação**. Lisboa, 1984.

DA SILVA, Carlos Eduardo M. **A transformação da guerra na passagem para o século XXI: um estudo sobre a atualidade do paradigma de Clausewitz**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Carlos-SP: Universidade Federal de São Carlos, 2003.

FERREIRA, P. Magalhães. **Estados Frágeis em África: a intervenção externa nos processos de construção de estado (statebuilding) e da paz (peacebuilding)**, fev. 2014.

GALLI, R E. **Ausência de capitalismo agrário na Guiné-Bissau durante o regime do Estado Novo**. Soronda: *Revista de Estudos Guineenses*, 1 (17), 107-144, 1994

LOPES, CARLOS. *A Guiné-Bissau vive do seu passado*. In: TEIXEIRA, Ricardino J. D. **Forças Armadas, narcotráfico e democracia militarizada na Guiné-Bissau**. 08 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.didinho.org/FORCASARMADASNARCOTRAFICODOESTADOEDEMOCRACIAMILITARIZADA.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

LOPES, José Vicente. **Os bastidores da independência**. Praia-Mindelo: Intituto Camões; Centro Cultural Português, 1996.

MBEMBE, Achille. *At the edge of the world: boundaries, territoriality, and sovereignty in Africa*. **PublicCulture** 12 (1): 259-284, 2000.

PEREIRA, Aristides. **Guine-Bissau, Cabo Verde: uma luta, um partido, dois países**. Lisboa: Editorial Noticias, 2003.

RIZZI, Kamilla R. Instabilidade contínua na Guiné-Bissau. **Meridiano**47, n. 117, p. 23-26, abr. 2010. Disponível em: <<http://seer.bc.e.unb.br/index.php/MED/article/download/437/260>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

SANTOS, Manuel. Guiné-Bissau: a formação da nação. In: COLÓQUIO INEP/CODESRIA/UNITAR. **Construção da Nação em África**: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Guiné-Bissau: INEP, 1989.

SILVA, António E. Duarte. **Invenção e construção da Guiné-Bissau**. [s.l.]: Almedina, 2010. (Coleção: Estudos de Direito Africano - Tema: Direito Constitucional).

VAN CREVELD, Martin. **Ascensão e declínio do Estado**. Trad. Jussara Simões, São Paulo: Martins Fontes, 2004.